

De acordo com o disposto no artigo 10.º do Regulamento n.º5/2008 da CMVM transcreve-se a

EVOLUÇÃO DA ACTIVIDADE NO 3.º TRIMESTRE DE 2011

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS, S.A.

Sociedade Aberta

Sede: Praça D. João I, 28 Porto - 4000-295 Porto - Capital Social de 6.064.999.986 euros
Matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto sob o número único de matrícula e de
Identificação fiscal 501 525 882

Síntese de Indicadores

	<i>Milhões de euros</i>		
	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Balanço			
Activo total	97.353	99.434	-2,1%
Crédito a clientes (bruto) ⁽¹⁾	73.379	76.638	-4,3%
Recursos totais de clientes ^{(1) (2)}	64.552	66.971	-3,6%
Recursos de balanço de clientes ⁽¹⁾	51.351	50.082	2,5%
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.312	45.319	0,0%
Crédito total, líq. / Depósitos de clientes ⁽³⁾	154%	165%	
Resultados			
Resultado líquido	59,4	217,4	-72,7%
Margem financeira	1.196,8	1.091,8	9,6%
Produto bancário ⁽⁴⁾	1.841,0	2.147,3	-14,3%
Custos operacionais ⁽⁵⁾	1.119,6	1.183,4	-5,4%
Imparidade do crédito (líq. de recuperações)	764,0	549,9	38,9%
Outras imparidades e provisões	24,5	130,0	-81,2%
Impostos sobre lucros			
Correntes	57,1	42,5	34,3%
Diferidos	(247,4)	(18,4)	
Rendibilidade			
Produto bancário / Activo líquido médio ⁽³⁾	2,5%	2,9%	
Rendibilidade do activo médio (ROA) ⁽⁶⁾	0,2%	0,4%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Activo líquido médio ⁽³⁾	-0,1%	0,4%	
Rendibilidade dos capitais próprios médios (ROE)	1,5%	5,9%	
Resultado antes de impostos e interesses que não controlam / Capitais próprios médios ⁽³⁾	-1,5%	7,0%	
Qualidade do crédito			
Crédito com incumprimento / Crédito total ⁽³⁾	6,4%	4,7%	
Crédito com incumprimento, líq. / Crédito total, líq. ⁽³⁾	2,2%	1,5%	
Crédito em risco / Crédito total ⁽³⁾	9,5%	7,1%	
Crédito em risco, líq. / Crédito total, líq. ⁽³⁾	5,7%	4,1%	
Imparidade do crédito / Crédito vencido há mais de 90 dias	95,5%	100,2%	
Rácios de eficiência			
Custos operacionais / Produto bancário ^{(3) (7)}	63,1%	55,1%	
Custos operacionais / Produto bancário (actividade em Portugal) ^{(3) (7)}	65,4%	48,7%	
Custos com o pessoal / Produto bancário ^{(3) (7)}	36,2%	30,4%	
Capital ⁽⁸⁾			
Fundos próprios totais	5.463	6.353	
Riscos ponderados	57.424	62.107	
Rácio Core Tier I	8,3%	5,6%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios de Base	9,0%	8,5%	
Rácio de Adequação de Fundos Próprios	9,5%	10,2%	
Sucursais			
Actividade em Portugal	882	908	-2,9%
Actividade internacional	848	891	-4,8%
Colaboradores			
Actividade em Portugal	10.043	10.198	-1,5%
Actividade internacional	11.551	11.654	-0,9%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

(2) Débitos para com clientes titulados e não titulados, activos sob gestão e produtos de capitalização.

(3) De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(4) Margem financeira, rendimentos de instrumentos de capital, comissões líquidas, resultados em operações financeiras, resultados por equivalência patrimonial e outros proveitos líquidos (de acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal).

(5) Custos com o pessoal, outros gastos administrativos e amortizações do exercício.

(6) Com base no resultado antes de impostos e interesses que não controlam.

(7) Exclui impacto de itens específicos.

(8) Rácio de solvabilidade de acordo com o modelo de Notações Internas (IRB) em 30 de Setembro de 2011 e de acordo com o método padrão em 30 de Setembro de 2010.

RESULTADOS E ACTIVIDADE NOS PRIMEIROS NOVE MESES DE 2011

Tendo em consideração a conclusão da alienação da participação correspondente a 95% do capital social do Millennium Bank AS na Turquia (actual Fibabanka, Anonim Sirketi), em 27 de Dezembro de 2010, e a venda da totalidade da rede de sucursais do Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (EUA), da respectiva base de depósitos e de parte da carteira de crédito, em 15 de Outubro de 2010, as demonstrações financeiras consolidadas para os períodos findos em 30 de Setembro de 2011 e de 2010 não são directamente comparáveis, considerando-se, no entanto, materialmente pouco relevante o impacto destas transacções nos resultados e na situação patrimonial do Grupo dada a reduzida dimensão daquelas operações no contexto da actividade consolidada.

RESULTADOS

O **resultado líquido consolidado** do Millennium bcp totalizou 59,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 217,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, reflectindo sobretudo os menores resultados em operações financeiras e o reforço das dotações para imparidade do crédito. Todavia, a evolução do resultado líquido foi positivamente influenciada pelo crescimento da margem financeira, beneficiando dos efeitos volume e taxa de juro positivos, pelo menor nível de outras imparidades e provisões, pelos impactos fiscais reportados, bem como pela redução dos custos operacionais, apurados quer na actividade em Portugal, quer na actividade internacional.

Não obstante o crescimento dos resultados da actividade internacional, o resultado líquido consolidado evidencia fundamentalmente a evolução da actividade em Portugal, cujo desempenho foi condicionado pelos menores resultados em operações financeiras, os quais incluem o impacto do registo de imparidade relacionada com a dívida pública grega, bem como pelo maior nível de dotações para imparidade do crédito, que contrariaram os impactos positivos decorrentes do aumento da margem financeira, do menor nível de outras imparidades e provisões, dos impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo e da diminuição dos custos operacionais.

O aumento do resultado líquido na actividade internacional beneficiou do crescimento do produto bancário, em particular da margem financeira e dos resultados em operações financeiras, a par da redução dos custos operacionais. Este desempenho foi impulsionado pelos maiores resultados líquidos alcançados na generalidade das subsidiárias no exterior, potenciados pelo crescimento dos volumes de negócio e por ganhos de eficiência apesar dos investimentos em curso, destacando-se o nível de resultados líquidos alcançados tanto pelo Bank Millennium na Polónia, como pelo Millennium bim em Moçambique e pelo Banco Millennium Angola.

A **margem financeira** aumentou 9,6%, situando-se em 1.196,8 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 1.091,8 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010, beneficiando da conjugação dos efeitos volume e do efeito taxa de juro favoráveis, corporizados na subida da taxa de margem financeira para 1,75% nos primeiros nove meses de 2011 (1,63% em igual período de 2010). Este desempenho traduz, designadamente, a prossecução de iniciativas visando a adequação do preço ao custo do risco das operações de crédito contratadas com clientes, num contexto de fortes restrições no acesso ao financiamento nos mercados de dívida por grosso e, conseqüentemente, numa maior selectividade na concessão de crédito.

O comportamento da margem financeira foi suportado quer pela actividade em Portugal, quer pela actividade internacional. Na actividade em Portugal, a margem financeira beneficiou do crescimento dos activos geradores de juros, bem como do efeito taxa de juro favorável, reflectindo, por um lado, o ajustamento dos preços aos perfis de risco dos clientes e, por outro, a evolução dos custos relacionados com os depósitos a prazo, em consonância com o esforço de captação de recursos junto da base de clientes. Por seu turno, a margem financeira da actividade internacional foi potenciada tanto pelo efeito taxa de juro como pelo efeito volume favorável, alicerçado no crescimento dos volumes de negócios, beneficiando dos desempenhos na generalidade das operações no exterior, em particular do Bank Millennium na Polónia, do Millennium bim em Moçambique e do Banco Millennium Angola.

BALANÇO MÉDIO

<i>Milhões de euros</i>	Set. 11		Set. 10	
	Saldo	Taxa %	Saldo	Taxa %
Aplicações em instituições de crédito	4.198	1,66	3.838	1,21
Activos financeiros	12.631	4,06	8.670	3,59
Créditos a clientes	73.461	4,31	74.886	3,47
	<u>90.290</u>		<u>87.394</u>	
Activos não correntes detidos para venda	-		943	6,55
Activos geradores de juros	90.290	4,15	88.337	3,42
Activos não geradores de juros	9.143		9.889	
	<u>99.433</u>		<u>98.226</u>	
Depósitos de instituições de crédito	20.207	1,69	13.540	1,41
Depósitos de clientes	46.732	2,79	45.500	1,91
Dívida emitida e passivos financeiros	20.192	2,36	26.363	1,56
Passivos subordinados	1.608	2,89	2.284	3,03
	<u>88.739</u>		<u>87.687</u>	
Passivos não correntes detidos para venda	-		854	4,20
Passivos geradores de juros	88.739	2,44	88.541	1,78
Passivos não geradores de juros	3.440		2.458	
Capitais próprios e Interesses que não controlam	7.254		7.227	
	<u>99.433</u>		<u>98.226</u>	
Taxa de margem financeira ⁽¹⁾		1,75		1,63

(1) Relação entre a margem financeira e o saldo médio do total de activos geradores de juros.

Nota: Os juros dos derivados de cobertura foram alocados, em Setembro de 2011 e de 2010, à respectiva rubrica de balanço.

As **comissões líquidas** totalizaram 594,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 601,8 milhões de euros no período homólogo de 2010. Esta evolução foi influenciada fundamentalmente pelo comportamento desfavorável das comissões relacionadas com mercados financeiros, em particular as comissões associadas a operações sobre títulos, reflexo da volatilidade e das condições particularmente adversas nos mercados de capitais. Contudo, as comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário aumentaram 3,1%, suportadas nos crescimentos das comissões associadas a operações de crédito e garantias e ao negócio de cartões, bem como de outras comissões, das quais se destacam as comissões relacionadas com a manutenção de contas e com a solução "Cliente Frequente".

O desempenho das comissões líquidas foi condicionado especialmente pela evolução registada na actividade em Portugal, em particular das comissões associadas a operações sobre títulos, não obstante o crescimento de 4,1% das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário, reflectindo os desempenhos favoráveis das comissões originadas na prestação de serviços bancários diversos e das comissões relacionadas com operações de crédito e garantias.

Na actividade internacional, as comissões líquidas evoluíram positivamente face ao período homólogo, excluindo o efeito das comissões geradas nos primeiros nove meses de 2010 pelas operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, alienadas parcialmente no final de 2010, tendo sido influenciadas pelos desempenhos alcançados pelas subsidiárias em Moçambique, na Polónia e em Angola, beneficiando sobretudo das comissões mais directamente relacionadas com o negócio bancário.

Os resultados em operações financeiras, que incluem os resultados em operações de negociação e de cobertura e os resultados em activos financeiros disponíveis para venda, cifraram-se em 38,7 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 345,4 milhões de euros no período homólogo de 2010. Esta evolução traduz fundamentalmente o desempenho dos resultados em operações de negociação e de cobertura, nomeadamente das operações associadas a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados, em particular os instrumentos financeiros contabilizados ao *fair value option*, assim como os instrumentos detidos para negociação relacionados com a carteira de títulos de rendimento fixo.

O comportamento dos resultados em operações financeiras foi influenciado sobretudo pela actividade em Portugal, repercutindo o registo de perdas associadas a títulos da dívida pública portuguesa nos primeiros nove meses de 2011, no montante de 126,1 milhões de euros, bem como o reconhecimento contabilístico de perdas por imparidade de títulos da dívida pública grega, no montante de 136,1 milhões de euros no terceiro trimestre de 2011. Paralelamente, os resultados em operações financeiras incluem, por um lado, a contabilização de ganhos relacionados com a recompra de emissões próprias e com a evolução do risco de crédito próprio do Banco, e, por outro, o impacto de perdas associadas à venda de operações de crédito, no montante de 69,5 milhões de euros.

Na actividade internacional, não obstante os menores ganhos relevados pela actividade das subsidiárias em Moçambique e na Polónia, face ao período homólogo de 2010, os resultados em operações financeiras evidenciaram uma evolução globalmente favorável, potenciada pelas operações desenvolvidas na Grécia e, em menor escala, na Roménia.

OUTROS PROVEITOS LÍQUIDOS

<i>Milhões de euros</i>	Set. 11	Set. 10	Var. 11/10
Comissões líquidas			
Comissões bancárias			
Cartões	138,8	136,0	2,1%
Crédito e garantias	135,8	130,3	4,2%
<i>Bancassurance</i>	55,4	55,8	-0,7%
Outras comissões	171,6	164,6	4,3%
Subtotal comissões bancárias	<u>501,6</u>	<u>486,7</u>	3,1%
Comissões relacionadas com mercados			
Operações sobre títulos	55,9	75,4	-25,8%
Gestão de activos	37,0	39,7	-6,8%
Subtotal comissões com mercados	<u>92,9</u>	<u>115,1</u>	-19,3%
Total comissões líquidas	<u>594,5</u>	<u>601,8</u>	-1,2%
Resultados em operações financeiras	38,7	345,4	-88,8%
Outros proveitos de exploração líquidos	7,6	19,6	-61,3%
Rendimentos de instrumentos de capital	1,4	35,5	-96,2%
Resultados por equivalência patrimonial	2,0	53,2	-96,2%
Total outros proveitos líquidos	<u>644,2</u>	<u>1.055,5</u>	-39,0%
Outros proveitos / Produto bancário ⁽¹⁾	35,0%	49,2%	

(1) De acordo com Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

Os **outros proveitos de exploração líquidos**, que incorporam os outros proveitos de exploração, os outros resultados de actividades não bancárias e os resultados de alienação de subsidiárias e outros activos, totalizaram 7,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com os 19,6 milhões de euros em igual período de 2010. Este comportamento foi determinado quer pelo desempenho da actividade em Portugal, reflectindo a contribuição extraordinária sobre o sector bancário em 2011, embora mitigado pelo registo, no primeiro trimestre de 2011, de um ajuste de prémios de seguros relacionados com pensões, quer pelo menor nível de outros proveitos líquidos apurado na actividade internacional, induzido pelas subsidiárias na Grécia e na Polónia, não obstante o contributo positivo do Millennium bim em Moçambique.

Os **resultados por equivalência patrimonial**, que incluem os resultados apropriados pelo Grupo associados à consolidação de entidades onde, apesar de exercer influência significativa, não exerce o controlo das políticas financeira e operacional, situaram-se em 2,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (53,2 milhões de euros em igual período de 2010), incorporando fundamentalmente a menor apropriação de resultados decorrente da participação de 49% detida na Millenniumbcp Ageas, na sequência do registo de imparidades, nomeadamente as relacionadas com a dívida pública grega.

Os **custos operacionais**, que incluem os custos com o pessoal, os outros gastos administrativos e as amortizações do exercício, diminuíram 5,4%, cifrando-se em 1.119,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 1.183,4 milhões de euros em igual período de 2010. A redução dos custos operacionais foi suportada pelo controlo rigoroso de custos que tem vindo a ser empreendido tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional, reflectido nos decréscimos globais de 4,5% nos outros gastos administrativos, de 4,7% nos custos com o pessoal e de 15,8% nas amortizações do exercício. O rácio de eficiência consolidado, em base comparável, situou-se em 63,1% nos primeiros nove meses de 2011 (55,1% em igual período de 2010), enquanto que na actividade em Portugal situou-se em 65,4% nos primeiros nove meses de 2011 (48,7% em igual período de 2010).

Na actividade em Portugal, a redução de 5,8% nos custos operacionais foi favoravelmente influenciada pelas poupanças alcançadas nas rubricas de outros gastos administrativos, em particular em publicidade, estudos e consultas, *outsourcing* e outros serviços especializados, a par da diminuição dos custos com o pessoal, influenciados pela anulação de provisões para custos com pensões, bem como pelo menor nível de amortizações do exercício apurado nos primeiros nove meses de 2011. Por seu turno, na actividade internacional, a diminuição dos custos operacionais reflecte fundamentalmente o impacto resultante da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, ocorrida no final de 2010, o qual mais do que compensou o aumento dos custos operacionais relevados nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola e em Moçambique, traduzindo o suporte aos planos de negócio em curso.

Os **custos com o pessoal** decresceram 4,7%, situando-se em 622,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 653,4 milhões de euros relevados em igual período de 2010, reflectindo os decréscimos de 4,6% na actividade em Portugal e de 4,8% na actividade internacional. Na actividade em Portugal, os custos com pessoal foram influenciados fundamentalmente pelos menores custos com pensões, resultantes da anulação de provisões no montante de 46,2 milhões de euros, dos quais 31,4 milhões de euros no primeiro trimestre de 2011 e 14,8 milhões de euros no terceiro trimestre de 2011. Na actividade internacional, os custos com pessoal foram influenciados pelo já mencionado impacto da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, o qual mais do que compensou os aumentos evidenciados pelas subsidiárias na Polónia, em Angola e em Moçambique, traduzindo o aumento do número de colaboradores, em particular nestas últimas operações em +139 e +230, respectivamente, entre 30 de Setembro de 2010 e de 2011, em consonância com a estratégia de reforço da importância do negócio nestes mercados enquanto plataforma de crescimento para África.

Os **outros gastos administrativos** reduziram 4,5%, cifrando-se em 426,3 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 446,4 milhões de euros relevados em igual período de 2010. A redução dos outros gastos administrativos beneficiou das poupanças alcançadas na maioria dos agregados, nomeadamente dos gastos com serviços especializados, publicidade, *outsourcing*, comunicações e deslocações, tendo sido especialmente influenciada pela actividade em Portugal, a qual registou uma contracção nos gastos de 7,1%, face aos primeiros nove meses de 2010, materializando o impacto da implementação de iniciativas enfocadas na racionalização e contenção de custos operacionais.

Paralelamente, os custos operacionais na actividade internacional diminuíram 1,3%, situando-se em 196,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (198,8 milhões de euros no período homólogo de 2010), induzidos pelo mencionado efeito da alienação parcial das operações na Turquia e nos Estados Unidos da América, a par dos menores gastos relevados pela subsidiária na Grécia, como resultado do redimensionamento da rede de distribuição, não obstante os aumentos dos outros gastos administrativos apurados pelo Bank Millennium na Polónia, pelo Banco Millennium Angola e pelo Millennium bim em Moçambique, na sequência da expansão da actividade nestes últimos mercados, corporizando a estratégia de enfoque em geografias de elevado potencial para suportar o crescimento a médio prazo.

As amortizações do exercício diminuíram 15,8%, totalizando 70,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, face aos 83,7 milhões de euros relevados em igual período de 2010, beneficiando fundamentalmente do menor nível de amortizações apurado na actividade em Portugal (-11,2%), em particular as amortizações relacionadas com equipamentos e imóveis, acompanhando o gradual termo do período de amortização de investimentos realizados, não obstante o aumento do nível de amortizações associado ao *software*, influenciado pelo processo de contínua renovação tecnológica.

Na actividade internacional, as amortizações do exercício cifraram-se em 33,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (42,5 milhões de euros em igual período de 2010), representando 48% do montante consolidado de amortizações do exercício. Este comportamento foi influenciado pelo já referido impacto da alienação das subsidiárias na Turquia e nos Estados Unidos da América e, simultaneamente, pela redução do nível de amortizações relevado pelo Bank Millennium na Polónia, não obstante os aumentos de amortizações observados nas subsidiárias em Angola e em Moçambique, como resultado dos investimentos efectuados no âmbito dos planos de expansão da actividade em curso nestas geografias.

CUSTOS OPERACIONAIS

<i>Milhões de euros</i>	Set. 11	Set. 10	Var. 11/10
Custos com o pessoal ⁽¹⁾	622,9	653,4	-4,7%
Outros gastos administrativos	426,3	446,4	-4,5%
Amortizações do exercício	70,4	83,7	-15,8%
	<u>1.119,6</u>	<u>1.183,4</u>	-5,4%
dos quais:			
Actividade em Portugal	682,0	724,1	-5,8%
Actividade internacional	437,6	459,3	-4,7%
Custos operacionais / Produto bancário ^{(2) (3)}	65,4%	48,7%	

(1) Inclui a anulação de provisões nos primeiros nove meses de 2011 relacionadas pensões, no montante de 46,2 milhões de euros, e a contabilização no segundo trimestre de 2011 de custos relacionados com reformas antecipadas, no montante de 3,4 milhões de euros.

(2) Actividade em Portugal. De acordo com a Instrução n.º 23/2011 do Banco de Portugal.

(3) Exclui impacto de itens específicos.

A imparidade do crédito (líquida de recuperações) cifrou-se em 764,0 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que compara com 549,9 milhões de euros relevados no período homólogo de 2010. Este desempenho reflecte sobretudo o reforço das dotações para imparidade do crédito na actividade em Portugal, influenciado pelo comportamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, induzido pelo enquadramento económico-financeiro particularmente adverso e incidindo sobre diversos sectores de actividade, não obstante o aperfeiçoamento e o reforço dos mecanismos de prevenção e de controlo e gestão do risco. Na actividade internacional registaram-se igualmente maiores imparidades do crédito (líquidas de recuperações), face aos primeiros nove meses de 2010, como resultado do maior nível de dotações apurado pelas subsidiárias na Grécia, Suíça, Moçambique e Angola, apesar da retracção do nível de dotações para imparidade do crédito evidenciada pelo Bank Millennium na Polónia.

O custo do risco, calculado pela proporção das dotações para imparidade do crédito (líquidas de recuperações) em função da carteira de crédito, situou-se em 135 pontos base nos primeiros nove meses de 2011 (96 pontos base nos primeiros nove meses de 2010).

As **outras imparidades e provisões**, que incluem as dotações para imparidades de outros activos, entre os quais os activos recebidos em dação não totalmente cobertos por garantias, a imparidade do *goodwill* e as outras provisões, fixaram-se em 24,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, que comparam com 130,0 milhões de euros em igual período de 2010. Esta evolução foi influenciada por um lado pelo reconhecimento de uma imparidade no montante de 73,6 milhões de euros, relevada no segundo trimestre de 2010, associada ao *goodwill* do Millennium bank na Grécia, e, por outro, pela diminuição do efeito líquido entre as dotações e a anulação de provisões relacionadas com dações e outras contingências, tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional.

Os **impostos correntes sobre lucros** situaram-se em 57,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com os 42,5 milhões de euros apurados no período homólogo de 2010. Os impostos diferidos sobre lucros totalizaram -247,4 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011 (-18,4 milhões de euros em igual período de 2010) reflectindo essencialmente os impactos fiscais apurados no âmbito do processo de reestruturação das participações financeiras do Grupo.

BALANÇO

O **activo total** consolidado totalizou 97.353 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com 99.434 milhões de euros relevados em igual data de 2010.

O **crédito a clientes** (bruto), em base comparável (ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros), registou uma contracção de 4,3%, situando-se em 73.379 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, face aos 76.638 milhões de euros relevados em igual data de 2010. O desempenho do crédito a clientes traduziu essencialmente o comportamento da actividade em Portugal, a qual evidenciou um decréscimo de 5,5% face a 30 de Setembro de 2010, enquanto que na actividade internacional o crédito a clientes registou uma estabilização (+0,2%) no mesmo período, influenciada pela redução do crédito concedido a clientes na quase generalidade das operações internacionais, mais do que contrariada pelos acréscimos observados nas subsidiárias na Polónia e em Angola.

A evolução do crédito a clientes traduziu fundamentalmente o comportamento do crédito a empresas, o qual, apesar de repercutir o efeito da venda de operações de crédito e o abrandamento na concessão de crédito, manteve-se como a principal componente da carteira de crédito a clientes, representando 52% do crédito total, cifrando-se em 38.238 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 em base comparável (41.797 milhões de euros em 30 de Setembro de 2010). Por seu turno, a carteira de crédito a clientes particulares totalizou 35.141 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (+0,9%), que compara com os 34.841 milhões de euros apurados em igual data de 2010, repercutindo sobretudo a evolução do crédito hipotecário (+1,9%), alicerçada fundamentalmente no desempenho da actividade internacional, apesar do contributo também positivo embora mais moderado da actividade em Portugal, enquanto que o crédito ao consumo diminuiu em 5,7%, face a 30 de Setembro de 2010, traduzindo os decréscimos evidenciados tanto na actividade em Portugal como na actividade internacional.

CRÉDITO A CLIENTES (BRUTO)

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Particulares			
Crédito hipotecário	30.592	30.014	1,9%
Crédito ao consumo	4.549	4.827	-5,7%
	<u>35.141</u>	<u>34.841</u>	0,9%
Empresas			
Serviços ⁽¹⁾	15.219	16.301	-6,6%
Comércio	4.440	4.860	-8,6%
Construção	5.500	4.939	11,4%
Outros	13.079	15.697	-16,7%
	<u>38.238</u>	<u>41.797</u>	-8,5%
Total ⁽¹⁾	<u>73.379</u>	<u>76.638</u>	-4,3%
Do qual:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	56.280	59.573	-5,5%
Actividade internacional	17.099	17.065	0,2%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

A qualidade da carteira de crédito, mensurada pelos indicadores de incumprimento, em especial pela proporção do crédito vencido há mais de 90 dias em função do crédito total, situou-se em 4,3% em 30 de Setembro de 2011 (3,1% em igual data de 2010), reflectindo o agravamento das condições económicas e financeiras das famílias e das empresas num contexto persistentemente adverso, tendo o mencionado rácio situado-se em 2,3% no segmento de clientes particulares, determinado sobretudo pelo crédito ao consumo, e em 6,0% no segmento de empresas. O rácio de cobertura do crédito vencido há mais de 90 dias por imparidade situou-se em 95,5% em 30 de Setembro de 2011.

CRÉDITO VENCIDO HÁ MAIS DE 90 DIAS E IMPARIDADE EM 30 DE SETEMBRO DE 2011

<i>Milhões de euros</i>	Crédito vencido há mais de 90 dias	Imparidade para riscos de crédito	Crédito vencido há mais de 90 dias / Crédito total	Grau de cobertura (Imparidade/ CV>90 dias)
Particulares				
Crédito hipotecário	214	190	0,7%	88,7%
Crédito ao consumo	589	515	13,0%	87,4%
	<u>803</u>	<u>705</u>	2,3%	87,7%
Empresas				
Serviços	656	749	3,8%	114,2%
Comércio	359	302	8,1%	84,0%
Construção	788	495	14,3%	62,8%
Outros	641	851	4,9%	132,9%
	<u>2.444</u>	<u>2.397</u>	6,0%	98,1%
Total	<u>3.247</u>	<u>3.102</u>	4,3%	95,5%

Os **recursos totais** de clientes em base comparável (ajustados de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros) totalizaram 64.552 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, diminuindo 3,6%, quando comparado com os 66.971 milhões de euros relevados em igual data de 2010. A evolução dos recursos totais de clientes reflecte essencialmente o comportamento dos recursos fora de balanço de clientes (-21,8%), induzido quer pelos seguros de capitalização, quer pelos activos sob gestão, não obstante o crescimento de 2,5% dos recursos de balanço de clientes para os 51.351 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (50.082 milhões de euros no final de Setembro de 2010), mantendo-se os depósitos de clientes, apesar da estabilização observada no período em análise, na liderança destacada dos recursos mobilizados junto de clientes, ao representar 70% dos recursos totais de clientes no final de Setembro de 2011.

O comportamento dos recursos totais de clientes foi influenciado sobretudo pelo decréscimo de 3,9% dos recursos de clientes na actividade em Portugal, situando-se em 48.695 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (50.676 milhões de euros em igual data de 2010), determinado pelos recursos fora de balanço de clientes, não obstante o aumento de 3,5% nos recursos de balanço de clientes verificado no mesmo período. Por seu turno, a evolução dos recursos totais de clientes na actividade internacional foi parcialmente condicionada pelo efeito da desvalorização do zloti face ao euro, cifrando-se em 15.857 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011 (16.295 milhões de euros em igual data de 2010). Excluindo o efeito cambial, os recursos totais na actividade internacional evidenciaram um desempenho positivo, suportados pelo Bank Millennium na Polónia, beneficiando do aumento dos recursos de balanço de clientes, e pela actividade do Banco Millennium Angola e do Millennium bim em Moçambique, designadamente através da captação de depósitos de clientes.

RECURSOS TOTAIS DE CLIENTES

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Recursos de balanço de clientes			
Depósitos de clientes ⁽¹⁾	45.312	45.319	0,0%
Débitos para com clientes titulados ⁽²⁾	6.039	4.763	26,8%
	<u>51.351</u>	<u>50.082</u>	2,5%
Recursos fora de balanço de clientes			
Activos sob gestão	3.767	4.855	-22,4%
Produtos de capitalização ⁽³⁾	9.434	12.034	-21,6%
	<u>13.201</u>	<u>16.889</u>	-21,8%
Total ⁽¹⁾	<u>64.552</u>	<u>66.971</u>	-3,6%
dos quais:			
Actividade em Portugal ⁽¹⁾	48.695	50.676	-3,9%
Actividade internacional	15.857	16.295	-2,7%

(1) Ajustado de uma operação de Repo, no montante de 2.256 milhões de euros, à data de 30 de Setembro de 2011.

(2) Emissões de títulos de dívida do Banco colocados junto de clientes.

(3) Inclui Unit linked e Planos poupança reforma.

GESTÃO DE LIQUIDEZ

No terceiro trimestre de 2011, a incerteza e a complexidade na definição de acordos e instrumentos para a mitigação da crise de dívida soberana na Europa contribuíram para a deterioração do clima de confiança, com consequências nefastas no desempenho dos mercados financeiros, em particular no mercado interbancário europeu. Em reacção à deterioração do sentimento de mercado, quer os Bancos Centrais quer o Banco Central Europeu (BCE) actuaram sobre a liquidez, tendo este último retomado quer a realização de operações extraordinárias de cedência de liquidez a um ano, quer o programa de compra de obrigações hipotecárias em complemento da aquisição de dívida pública, em defesa da estabilidade financeira e da sustentabilidade económica da área do euro.

Neste contexto, o Millennium bcp continuou a efectuar uma gestão de liquidez proactiva tendo em vista a prossecução, quer da melhoria sustentada do *gap* comercial, quer dos objectivos definidos no Plano de Liquidez para 2011, de modo a garantir atempadamente a satisfação das necessidades de refinanciamento previstas até final do exercício em curso. Neste âmbito, enquadra-se a emissão pelo Banco, no decurso do terceiro trimestre de 2011, de obrigações no montante de 1.750 milhões de euros, com garantia do Estado Português, contribuindo para o reforço do colateral a utilizar em eventuais operações de refinanciamento junto do BCE.

No final de Setembro de 2011, a exposição do Millennium bcp ao BCE cifrava-se em 15,3 mil milhões de euros, mantendo-se, deste modo, sensivelmente em linha com a verificada no final dos trimestre anteriores. Por seu turno, num contexto de agravamento dos mercados financeiros e de simultânea reavaliação de um conjunto de operações em carteira, em 30 de Setembro de 2011 a carteira de títulos elegíveis para colateral em eventuais operações de financiamento junto de Bancos Centrais situou-se em 18,8 mil milhões de euros, incluindo a retoma de uma operação que havia deixado de integrar a *pool* no final de Setembro de 2011.

CAPITAL

Na sequência da solicitação oportunamente endereçada pelo Millennium bcp, o Banco de Portugal autorizou formalmente a adopção de metodologias baseadas em modelos de notações internas (IRB) no cálculo de requisitos de capital para riscos de crédito e de contraparte, cobrindo uma parte substancial dos riscos da actividade em Portugal e com efeitos a 31 de Dezembro de 2010.

No final de Setembro de 2011, o rácio Core Tier I consolidado, incluindo a operação de *liability management* sobre acções preferenciais finalizada no início de Outubro, atingiu 9,1%, ultrapassando os 9% fixados como mínimo para o final de 2011, tendo aumentado 58 pontos base face a 30 de Junho de 2011. Esta evolução foi determinada pelo impacto positivo decorrente da concretização da mencionada operação de *liability management* sobre acções preferenciais e dívida subordinada, não obstante ter sido parcialmente contrariado pelo provisionamento efectuado para a dívida pública grega em carteira e pelo provisionamento regulamentar de crédito tratado pelo método padrão, assim como por outras condicionantes da actividade, com destaque para os efeitos negativos dos diferimentos da transição para as IFRS, da tábua de mortalidade de 2005 e das perdas actuariais de 2008.

Os riscos ponderados diminuíram 1.008 milhões de euros, tendo sido favoravelmente influenciados quer pelo *deleveraging* em curso e pela manutenção do esforço de optimização de riscos ponderados, nomeadamente no que se refere ao reforço de colaterais, quer pelo impacto decorrente da aplicação das regras recentemente comunicadas pelo Banco de Portugal no que respeita aos ponderadores a aplicar às posições em risco sobre Angola.

RÁCIO DE SOLVABILIDADE

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11 Incluindo operação de <i>Liability Management</i>	30 Set. 11	30 Jun. 11
Fundos Próprios			
Base	4.799	5.165	5.441
dos quais: Acções preferenciais e "Valores"	173	943	945
Outras deduções ⁽¹⁾	(573)	(573)	(453)
Complementares	495	431	810
Deduções aos Fundos Próprios Totais	(133)	(133)	(125)
Total	5.161	5.463	6.125
Riscos Ponderados	57.424	57.424	58.432
Rácios de Solvabilidade			
Core Tier I	9,1%	8,3%	8,5%
Tier II	0,6%	0,5%	1,2%
Total	9,0%	9,5%	10,5%

(1) Inclui as deduções relacionadas com o diferencial de perdas esperadas face à imparidade e com a detenção de participações significativas no capital de instituições financeiras não consolidadas para efeitos prudenciais, nomeadamente as associadas às participações detidas na Millenniumbcp Ageas e no Banque BCP (França e Luxemburgo).

Nota: O Banco de Portugal autorizou a utilização dos métodos de notações internas (IRB) para o cálculo de requisitos de fundos próprios para risco de crédito, com efeitos a 31 de Dezembro de 2010. Foram consideradas estimativas próprias das probabilidades de incumprimento e das perdas dado o incumprimento (IRB Advanced) para as exposições de retalho sobre pequenas empresas e colateralizadas por bens imóveis, residenciais ou comerciais, e estimativas próprias para as probabilidades de incumprimento (IRB Foundation) para as carteiras de empresas, em Portugal, excluindo as do segmento de promoção imobiliária e as tratadas pelo sistema de rating simplificado. No 1º semestre de 2009, o Banco recebeu autorização do Banco de Portugal para a utilização do método avançado (modelo interno) para o risco genérico de mercado e para a utilização do método padrão para o risco operacional.

SEGMENTOS

O Millennium bcp desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a actividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que actua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes *Mass-market*, e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes *Prestige* e Negócios; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de *cross-selling* do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento. A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de *Project finance*, *Corporate finance*, corretagem de valores mobiliários e *Equity research*, bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o Millennium bim em Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Nos primeiros nove meses de 2010 faziam também parte deste segmento o Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010). Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas; na Grécia por uma operação centrada no retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço; na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de Private Banking de direito suíço; e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas; em Angola por um banco focado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado; e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais, na área de Private Banking, a clientes com elevado património financeiro (segmento *Affluent*).

Actividade por segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: (i) nos primeiros nove meses de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e (ii) nos primeiros nove meses de 2011 o *IRB Advanced* para riscos de crédito da carteira de retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e *IRB Foundation* para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de *rating* simplificado. A afectação de capital a cada segmento, nos primeiros nove meses de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

Na sequência da autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado, a partir de 2009, o método standard para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não se registando alterações ao nível consolidado.

A informação referente aos primeiros nove meses de 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada para os primeiros nove meses de 2011 reflectindo a estrutura actual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de Setembro de 2011.

Retalho em Portugal

O Retalho em Portugal registou uma contribuição líquida de 18,1 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 81,7 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada sobretudo pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

O desempenho da margem financeira nos primeiros nove meses de 2011 reflecte, por um lado, a contracção no volume do crédito concedido, decorrente da crescente selectividade na concessão do crédito e da diminuição da procura, e por outro, a redução da taxa de margem financeira do crédito. Não obstante o elevado aumento concorrencial na captação de recursos, o esforço de captação traduziu-se num aumento do volume dos depósitos a prazo e à ordem e no crescimento das taxas de margem.

A evolução dos outros proveitos líquidos, face aos primeiros nove meses de 2010, foi condicionada pelo decréscimo das comissões, nomeadamente as relacionadas com operações de crédito e seguros de poupança, não obstante o aumento das comissões referentes a depósitos à ordem, produtos estruturados e seguros de risco.

As dotações para imparidade do crédito registaram uma subida nos primeiros nove meses de 2011, quando comparadas com o valor relevado no período homólogo de 2010, como resultado do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

O aumento registado nos custos operacionais decorre essencialmente dos maiores custos com pensões relacionados com a amortização das diferenças actuariais acima do corredor, e de maiores custos associados aos processos de recuperação de crédito.

Os recursos totais de clientes decresceram 0,4%, ascendendo a 35.357 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 35.508 milhões de euros apurados em 30 de Setembro de 2010. Os depósitos de clientes evidenciaram um aumento de 9,1% face a 30 de Setembro de 2010, reflectindo o esforço comercial na captação de recursos. Por seu turno, o crédito a clientes atingiu 32.121 milhões de euros no final de Setembro de 2011, reduzindo 5,3% face aos 33.905 milhões de euros contabilizados no final de Setembro de 2010.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	352,3	398,2	-11,5%
Outros proveitos líquidos	334,4	334,7	-0,1%
	686,7	732,9	-6,3%
Custos operacionais	512,2	502,9	1,9%
Imparidade	148,7	118,8	25,2%
Contribuição antes de impostos	25,8	111,2	-76,8%
Impostos	7,7	29,6	-73,9%
Contribuição líquida	18,1	81,7	-77,9%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	955	1.287	-25,8%
Rendibilidade do capital afecto	2,5%	8,5%	
Riscos ponderados	14.686	19.801	-25,8%
Rácio de eficiência	74,6%	68,6%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	32.121	33.905	-5,3%
Recursos totais de clientes	35.357	35.508	-0,4%

(1) Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Rede de Empresas

A rede de Empresas registou uma contribuição líquida negativa de 29,5 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida igualmente negativa de 6,9 milhões de euros no período homólogo de 2010, e reflectindo essencialmente o aumento das dotações para imparidade do crédito.

O bom desempenho da margem financeira evidencia o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes que suplantou o efeito da redução dos volumes de negócio. Para este desempenho foi crucial o enfoque na rentabilidade através do reforço do processo de *repricing* das operações de crédito, de modo a adequar o preço dos produtos ao perfil de risco de cada cliente.

A diminuição dos outros proveitos líquidos está associada ao decréscimo das comissões referentes a serviços financeiros e ao negócio de empresas não residentes, apesar do aumento das comissões relacionadas com crédito.

O acréscimo das dotações para imparidade do crédito, face aos primeiros nove meses de 2010, decorre quer da desvalorização dos colaterais financeiros quer do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Pelo terceiro trimestre consecutivo verifica-se uma diminuição dos custos operacionais encontrando-se suportada nas medidas de simplificação organizativa e de optimização dos processos que têm vindo a ser implementadas de forma consistente, consubstanciada, nomeadamente, nas reduções observadas nos outros gastos administrativos.

O crédito a clientes diminuiu 4,7%, totalizando 9.625 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, que comparam com os 10.096 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, evidenciando a redução do financiamento em moeda nacional, do crédito à promoção imobiliária e do papel comercial.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 2.543 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 2.882 milhões de euros atingidos em 30 de Setembro de 2010.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	133,9	131,8	1,6%
Outros proveitos líquidos	60,6	68,6	-11,7%
	194,5	200,4	-3,0%
Custos operacionais	42,1	45,2	-6,8%
Imparidade	194,0	164,6	17,8%
Contribuição antes de impostos	(41,6)	(9,3)	-
Impostos	(12,1)	(2,5)	-
Contribuição líquida	(29,5)	(6,9)	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	648	642	1,0%
Rendibilidade do capital afecto	-6,1%	-1,4%	
Riscos ponderados	9.976	9.875	1,0%
Rácio de eficiência	21,7%	22,5%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	9.625	10.096	-4,7%
Recursos totais de clientes	2.543	2.882	-11,8%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Corporate & Banca de Investimento

O segmento Corporate & Banca de Investimento registou uma contribuição líquida de 22,2 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 58,6 milhões de euros no período homólogo de 2010, como resultado do aumento das dotações para imparidade do crédito e da redução dos outros proveitos líquidos.

O bom desempenho da margem financeira, suportado pela Rede Corporate, reflecte o efeito do aumento da taxa de margem dos depósitos à ordem e do crédito a clientes na sequência do enfoque na rentabilidade através do processo de *repricing*, promovendo a adequação do *spread* das operações ao risco e reforçando os mitigantes a elas associados.

Não obstante o aumento das comissões na rede Corporate, com destaque para as comissões associadas ao crédito, seguros de risco, negócio de empresas não residentes e depósitos à ordem, a diminuição dos resultados em operações financeiras da Banca de Investimento determinou o decréscimo dos outros proveitos líquidos.

O reforço das dotações para imparidade do crédito registado nos primeiros nove meses de 2011, quando comparado com o período homólogo de 2010, decorre quer da desvalorização dos colaterais financeiros quer do aumento dos sinais de imparidade da carteira de crédito na sequência da deterioração das condições económicas e financeiras, nomeadamente, em empresas ligadas ao sector da construção e turismo.

Em conformidade com a prioridade estratégica de *deleverage*, o crédito a clientes diminuiu 9,1%, ao totalizar 12.341 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 13.578 milhões de euros contabilizados na mesma data de 2010, determinado pela redução do financiamento em moeda nacional, do crédito *syndicated* e do *leasing*. Os recursos totais de clientes cresceram 10,8%, ascendendo a 11.718 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com 10.577 milhões de euros apurados em 30 de Setembro de 2010 determinados por um aumento dos depósitos de clientes.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	172,9	147,4	17,3%
Outros proveitos líquidos	115,7	137,8	-16,0%
	288,6	285,2	1,2%
Custos operacionais	57,7	54,6	5,7%
Imparidade	199,6	150,8	32,4%
Contribuição antes de impostos	31,3	79,8	-60,8%
Impostos	9,1	21,1	-57,1%
Contribuição líquida	22,2	58,6	-62,1%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.049	992	5,7%
Rendibilidade do capital afecto	2,8%	7,9%	
Riscos ponderados	16.135	15.267	5,7%
Rácio de eficiência	20,0%	19,1%	
Crédito a clientes ⁽¹⁾	12.341	13.578	-9,1%
Recursos totais de clientes	11.718	10.577	10,8%

⁽¹⁾ Inclui papel comercial.

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Private Banking & Asset Management

O segmento Private Banking & Asset Management, considerando o critério de segmentação geográfica, registou uma contribuição líquida negativa de 61,9 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida também negativa de 8,4 milhões de euros no período homólogo de 2010, determinada pelo aumento das dotações para imparidade do crédito.

A redução da margem financeira reflecte a diminuição dos volumes do crédito a clientes e da taxa de margem dos recursos a prazo, não obstante o esforço de implementação do *repricing* de forma a reflectir o custo do risco e de liquidez, e o aumento da taxas de margem financeira dos recursos à ordem e da taxa de margem do crédito a clientes.

O acréscimo dos outros proveitos líquidos em 34,8%, decorre quer da actividade do Private Banking em Portugal quer do International Private Banking, determinado pelo aumento das comissões associadas ao património sob gestão, que permitiram compensar o decréscimo das comissões relacionadas com fundos de investimento, produtos estruturados e com operações de bolsa.

O aumento das dotações para imparidade do crédito resultou da desvalorização de colaterais financeiros e do agravamento da carteira de crédito com sinais de imparidade, nomeadamente no International Private Banking.

O crédito a clientes totalizou 1.313 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, decrescendo 5,5% face a 30 de Setembro de 2010, como resultado da redução do crédito concedido pelo Private Banking em Portugal.

Os recursos totais de clientes ascenderam a 4.960 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, comparando com os 5.629 milhões de euros registados em 30 de Setembro de 2010, suportados na diminuição dos recursos fora de balanço, dado o acréscimo de 15,0% registado nos depósitos de clientes.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	15,7	16,0	-1,9%
Outros proveitos líquidos	21,6	16,0	34,8%
	37,3	32,1	16,4%
Custos operacionais	24,1	23,7	1,7%
Imparidade	100,4	20,1	-
Contribuição antes de impostos	(87,2)	(11,7)	-
Impostos	(25,3)	(3,3)	-
Contribuição líquida	(61,9)	(8,4)	-
Síntese de indicadores			
Capital afecto	56	58	-4,2%
Rendibilidade do capital afecto	-147,8%	-19,2%	
Riscos ponderados	861	899	-4,2%
Rácio de eficiência	64,5%	73,8%	
Crédito a clientes	1.313	1.389	-5,5%
Recursos totais de clientes	4.960	5.629	-11,9%

Nota: Crédito e recursos de clientes em saldos médios mensais.

Negócios no Exterior

A contribuição líquida do segmento Negócios no Exterior, considerando o critério de segmentação geográfica, ascendeu a 119,6 milhões de euros nos primeiros nove meses de 2011, comparando com uma contribuição líquida de 58,5 milhões de euros apurada no período homólogo de 2010. O aumento de 104,2% face ao período homólogo foi determinado pelo aumento da margem financeira e pela redução dos custos operacionais.

O aumento da margem financeira em 20,6% face aos primeiros nove meses 2010 foi suportado no desempenho da globalidade das operações, com destaque para o desempenho das operações desenvolvidas na Polónia, em Moçambique e em Angola.

O decréscimo dos outros proveitos líquidos reflecte, essencialmente, os impactos relevados nos primeiros nove meses de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas, bem como o desempenho das operações desenvolvidas na Polónia, na Suíça e na Grécia.

Os custos operacionais diminuíram 4,7% nos primeiros nove meses de 2011, face ao período homólogo de 2010, apesar dos aumentos verificados nas operações desenvolvidas na Polónia, em Angola e em Moçambique, fundamentalmente influenciados pelos custos operacionais relevados nos primeiros nove meses de 2010 relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América.

O aumento das dotações para imparidade do crédito, face ao período homólogo, está, essencialmente, associado ao maior nível de provisionamento relevado nas subsidiárias da Grécia e da Suíça parcialmente compensado pela diminuição verificada na Polónia.

Os recursos totais de clientes diminuíram 2,7%, totalizando 15.857 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, sendo de destacar o desempenho favorável dos depósitos de clientes e desfavorável dos activos sob gestão.

O crédito concedido a clientes decresceu 0,4%, ascendendo a 16.447 milhões de euros em 30 de Setembro de 2011, suportado no crédito a particulares, em que a diminuição evidenciada nas operações nas Ilhas Caimão, na Grécia e na Suíça foi parcialmente compensada pelos aumentos registados na Polónia, em Angola e em Moçambique.

<i>Milhões de euros</i>	30 Set. 11	30 Set. 10	Var. 11 / 10
Demonstração de resultados			
Margem financeira	460,2	381,5	20,6%
Outros proveitos líquidos	253,6	268,5	-5,6%
	713,8	650,0	9,8%
Custos operacionais	437,7	459,3	-4,7%
Imparidade	123,2	115,4	6,8%
Contribuição antes de impostos	152,9	75,2	103,2%
Impostos	33,3	16,7	99,6%
Contribuição líquida	119,6	58,5	104,2%
Síntese de indicadores			
Capital afecto	1.265	1.441	-12,2%
Rendibilidade do capital afecto	12,6%	5,4%	
Riscos ponderados	14.123	14.791	-4,5%
Rácio de eficiência	61,3%	70,7%	
Crédito a clientes	16.447	16.514	-0,4%
Recursos totais de clientes	15.857	16.295	-2,7%

Nota: Em Setembro de 2010 o crédito a clientes e os recursos totais de clientes foram ajustados dos impactos relacionados com as actividades desenvolvidas na Turquia e nos Estados Unidos da América, as quais foram parcialmente alienadas no decurso de 2010.

ACONTECIMENTOS SIGNIFICATIVOS

A actividade do Millennium bcp no 3.º trimestre de 2011 ficou marcada pelo início da implementação da nova agenda estratégica, anunciada em Julho de 2011, cujas principais linhas de orientação centram-se em quatro áreas chave: (i) garantir níveis de solvabilidade acima dos requisitos regulatórios de 9% de Core Tier I em 2011 e 10% em 2012; (ii) gerir o processo de desalavancagem para estabilizar as necessidades e estrutura de financiamento; (iii) recuperar os níveis de rentabilidade do negócio em Portugal, com o objectivo de superar uma rentabilidade de capitais próprios de 10%; e (iv) focar o *portfolio* internacional em função da sua atractividade e recursos disponíveis, elegendo como mercados prioritários os mercados de afinidade. Merecem saliência durante o 3.º trimestre de 2011:

- Lançamento de uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de acções preferenciais, inserindo-se na gestão proactiva da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo-se como uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de Core Tier I de 9% em 2011.
- Assinatura de acordo de parceria com o Banco Privado Atlântico, S.A. para a constituição de um banco no Brasil, tendo em vista a exploração de oportunidades no mercado brasileiro, nomeadamente nas áreas de *corporate finance* e *trade finance*, através de parcerias.
- Nomeação de António Ramalho para Vice-Presidente do Conselho de Administração Executivo do BCP.
- Nomeação de Dimitrios Romossios para *Chief Executive Officer* do Millennium bank na Grécia.
- Renovação do Certificado de Qualidade, no âmbito da Norma ISO 9001:2008, atribuído pela Bureau Veritas Certification. Para além dos 34 processos já certificados, o Millennium bcp obteve a certificação de mais cinco: Mercado Monetário Interbancário - Negociação, Confirmação e Registo de Operações; Custódia e Eventos/Rendimentos; Conta Empréstimo - CLS; Contas Correntes e Descobertos Contratados; e Garantias Bancárias, Fianças e Avals.
- Estabelecimento de Protocolos de parceria entre a rede de Microcrédito do Millennium bcp e o Instituto da Segurança Social, a Beta-i - Associação para a Promoção da Inovação e Empreendedorismo, o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa e a Câmara Municipal de Faro, com o objectivo de estimular e apoiar a capacidade de iniciativa e a vocação empreendedora.
- Atribuição, pela 6.ª vez consecutiva, do prémio "*Best Bank in Real Estate em Portugal*" pela Euromoney.
- Distinção do Millennium bcp com o prémio de "Melhor Relatório de Gestão em 2010", com o Relatório e Contas de 2009, pela Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa.
- Distinção do ActivoBank pela Global Finance com a atribuição de prémios no âmbito dos "*World's Best Internet Banks in Europe 2011*" em quatro categorias: "*Best Consumer Internet Bank*" em Portugal, "*Best Integrated Consumer Bank Site*", "*Best Web Site Design*" e "*Best in Mobile Banking*", na Europa.
- A atribuição do prémio de "Melhor Seguradora de 2011 em Portugal" à Millenniumbcp Ageas pela World Finance.
- Atribuição, pela 1.ª vez a um banco moçambicano, do prémio "Melhor Banco Local de África" ao Millennium bim pela revista African Banker. A African Banker seleccionou igualmente o Millennium bim como um dos cinco melhores bancos de África em 2011 nas categorias de "Banco Mais Inovador" e "Banco Socialmente Responsável".
- Nomeação do Millennium bim (Moçambique) como "Marca de Excelência" pela Superbrands.
- Atribuição do prémio de "Melhor Banco em Angola" ao Millennium Angola pela revista Euromoney.

- Integração, pela 2.^a vez consecutiva, do Bank Millennium (Polónia) no “Respect Index” - primeiro índice da Europa Central e de Leste de empresas socialmente responsáveis.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de “cinco estrelas” na análise da revista mensal Forbes e do prémio de “*Best Bank for Companies*”.
- Atribuição ao Bank Millennium (Polónia) de importantes distinções no âmbito da qualidade do serviço oferecido aos Clientes: o Banco está entre os melhores na “Newsweek Friendly Banks”, encontrando-se na terceira posição nas categorias “*Traditional Customer’s Friendly Bank*” e “*Best Internet Bank*”.
- Atribuição do Prémio de Excelência “2010 EUR Straight - Through Processing” à operação do Millennium na Grécia pelo Deutsche Bank.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* da República Portuguesa em quatro *notches*, de “Baa1” para “Ba2”, a agência de *ratings* Moody’s reduziu, em 7 de Julho de 2011, os *ratings* atribuídos a dívida garantida pelo Estado Português emitida por quatro bancos portugueses sendo o *rating* atribuído à dívida do BCP garantida pelo Estado reduzido de “Baa1” para “Ba2”. Ainda como consequência da redução da notação de *rating* de longo prazo da República de Portugal, em 15 de Julho de 2011, a Moody’s procedeu também à revisão das notações de *rating* de diversos bancos portugueses, reduzindo as notações de *rating* do BCP em um *notch*, de “Baa3/P-3” para “Ba1/NP”, permanecendo sob observação com possível revisão em baixa.

Acontecimentos posteriores ao final do 3.º trimestre de 2011

- Divulgação dos resultados alcançados na operação de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e acções preferenciais, em 7 de Outubro de 2011, tendo a oferta registado um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas.
- Atribuição, pela 2.^a vez, do prémio “Banco mais Inovador” ao Millennium Angola pela Emea Finance.
- Na sequência do *downgrade* do *rating* de Portugal de “BBB+” para “BBB-” e da colocação em “*Rating Watch Negative*” das notações dos bancos portugueses, a Fitch anunciou, em 7 de Outubro, ter mantido as principais notações de *rating* para o BCP, designadamente o *rating* de longo e curto prazo (“BBB-/F3”), mantendo o *outlook* em “*Rating Watch Negative*”.
- A agência de *rating* Moody’s anunciou, em 7 de Outubro, ter concluído o processo de revisão das notações de *rating* dos bancos portugueses iniciada em 15 de Julho de 2011, após a redução do *rating* da República de Portugal de “Baa1” para “Ba2”. Neste contexto, a notação da dívida do Banco Comercial Português, S.A. (BCP) foi reduzida de “Ba1/NP” para “Ba3/NP” e a notação “*Standalone*” de “Ba2” para “B1”. As notações de *rating* permanecem com *outlook* “Negativo”.
- Em 20 de Outubro, a agência de *rating* DBRS anunciou, na sequência da revisão do *rating* de Portugal de “BBB(High)” para “BBB”, a confirmação ou revisão das notações de *rating* atribuídas a bancos portugueses. Neste contexto, o *rating* de longo prazo do BCP passou de “BBB(High)” para “BBB”, mantendo o “*Negative Trend*” (idêntico ao da República de Portugal) e o *rating* de curto prazo foi confirmado em R-2 (High) com “*Negative Trend*”.

ENQUADRAMENTO ECONÓMICO

Ao longo do 3.º trimestre, a actividade económica mundial registou um abrandamento, com quebra dos níveis de confiança e aumento dos riscos quanto à estabilidade económica e financeira global. As economias desenvolvidas têm enfrentado dificuldades na implementação de medidas capazes de resolver os problemas estruturais e de endividamento excessivo e que limita o potencial de crescimento económico. A alteração da notação de risco de crédito dos EUA e a intermitência e complexidade na definição de acordos e instrumentos para a mitigação da crise de dívida soberana na Europa, na sequência da cimeira de Julho, agravaram o clima de confiança, com consequências dramáticas no desempenho dos mercados financeiros, em particular no mercado interbancário europeu. As economias emergentes, apesar de manterem ritmos de crescimento superiores, também evidenciaram uma desaceleração da actividade económica a par com alguma evidência de refluxo dos investimentos de carteira.

A instabilidade e a retracção na propensão ao risco conduziram a uma maior volatilidade nos mercados. Acentuaram-se as estratégias de redução de exposição aos mercados accionistas, de reforço de posições em mercados de dívida pública de melhor notação de crédito e persistiu o investimento em metais preciosos. Os principais índices accionistas desvalorizaram em média 15% no trimestre, as taxas de juro da dívida pública alemã e norte-americana registaram valores inferiores a 2% nas maturidades a 10 anos, o euro depreciou-se face ao dólar, para valores em redor de 1,35 dólares por euro.

A reacção dos bancos centrais à deterioração do sentimento de mercado e ao abrandamento da actividade económica compreendeu medidas de natureza diversa, nomeadamente, a actuação sobre a liquidez, a revisão da trajectória para as taxas de juro de referência e suporte acrescido aos mercados de dívida pública. O BCE suspendeu o ciclo de normalização da política monetária em curso, anunciou a realização de operações extraordinárias de cedência de liquidez a um ano e procedeu à reintrodução do programa de compra de obrigações hipotecárias em complemento da aquisição de dívida pública.

A intensificação e disseminação da crise da dívida soberana a vários Estados-Membros pressionaram as autoridades europeias a uma abordagem mais consistente na defesa da estabilidade financeira e da sustentabilidade económica na Área do Euro. Da cimeira de Julho resultou um conjunto de acções no sentido do reforço dos mecanismos europeus de suporte financeiro, da reformulação da arquitectura de supervisão e governo comunitário, e compromisso reforçado de cada Estado-Membro para a promoção da sustentabilidade da dívida a médio prazo. Não obstante, a adversidade do contexto económico, a complexidade na definição dos instrumentos e no acordo entre as partes contribuiu para o arrastamento de um contexto de indefinição prejudicial ao clima de confiança e que culminou com a realização de nova cimeira já em Outubro. Desta resultou uma proposta para o perdão da dívida grega em 50% por parte dos investidores privados ainda em discussão, a par com o reforço da necessidade de recapitalização dos bancos, com exigências adicionais muito significativas em termos de requisitos mínimos de capital, e propostas para o reforço significativo dos mecanismos de assistência financeira europeus.

A evolução da actividade económica portuguesa tem sido condicionada pela aplicação do programa de assistência económica e financeira, cuja primeira avaliação foi positiva. A detecção de desvios na execução orçamental em 2011, provenientes do menor controlo da despesa da Administração Regional e Local e das necessidades de financiamento das empresas do sector empresarial do Estado, conduziu à definição de um plano de correcção por via de medidas extraordinárias em 2011 (antecipação do IVA, sobretaxa do IRS, concessões e fundos de pensões) e pelo estabelecimento de um compromisso de redução significativa da despesa do Estado em 2012. A estratégia orçamental para o próximo ano implicará um grande esforço da parte do sector privado, em particular das famílias. O aumento da carga fiscal, os impactos fiscais na inflação e a desvalorização real da economia por redução dos custos salariais condicionarão a capacidade de poupança. A quebra da procura interna no biénio 2011/2012 será profunda (queda superior a 5% em termos reais), com impacto muito desfavorável no emprego, que continuará a cair entre um 1% e 2% ao ano.

O sistema financeiro tem sido afectado pelo enquadramento económico adverso, na qualidade do crédito e na captação de recursos estáveis, com pressão sobre as margens. Permanecerá condicionado pelas exigências do programa de ajustamento e pelos requisitos regulamentares de capital e liquidez, que obrigam a grande disciplina para assegurar o financiamento à economia e garantir a solvabilidade reforçada dos bancos. A médio prazo, a estrutura de capital e os objectivos de desalavancagem do sector serão influenciados pelas decisões acerca do plano de recapitalização dos bancos europeus e pela avaliação da qualidade de balanço.

INFORMAÇÃO TRIMESTRAL INDIVIDUAL/CONSOLIDADA (Não Auditada)
(Modelo aplicável às entidades sujeitas à disciplina do Plano de Contas para o Sistema Bancário/Leasing/Factoring)

Empresa: Banco Comercial Português, S.A. _____
 Sede: Praça D. João I, 28 - 4000-295 Porto _____ NIPC: 501 525 882 ____
 Período de referência: _____ Valores de referência em 000Esc em Euros
 1º Trimestre 3º Trimestre 5º Trimestre Início: 01/07/2011 Fim: 30/09/2011

Rubricas do Balanço	Individual			Consolidada		
	n (NCA)	n-1 (NCA)	Var. (%)	n (IAS)	n-1 (IAS)	Var. (%)
ACTIVO (Líquido)						
Créditos sobre Instituições de Crédito ⁽²⁾	10.930.543.541	8.573.158.213	27,50%	3.325.925.008	2.283.265.479	45,67%
Créditos sobre clientes	52.263.458.715	54.314.251.817	-3,78%	72.532.357.897	74.254.392.604	-2,32%
Títulos de rendimento fixo	22.390.890.161	20.892.799.863	7,17%	11.002.117.495	11.649.662.320	-5,56%
Títulos de rendimento variável	2.280.144.687	2.661.251.408	-14,32%	1.431.277.799	1.968.718.961	-27,30%
Participações	3.862.534.098	3.905.591.259	-1,10%	308.828.641	459.627.790	-32,81%
CAPITAIS PRÓPRIOS E EQUIPARADOS						
Valor do Capital social	6.064.999.986	4.694.600.000	29,19%	6.064.999.986	4.694.600.000	29,19%
<i>Nº de acções ordinárias</i>	7.207.167.060	4.694.600.000	-	7.207.167.060	4.694.600.000	-
<i>Nº de acções de outra natureza</i>	0	0	-			-
Valor das Acções próprias	6.235.013	4.803.115	29,81%	10.952.885	19.519.479	-43,89%
<i>Nº de acções com voto</i>	20.328.598	6.985.803	-	44.522.815	30.016.107	-
<i>Nº de acções pref. Sem voto</i>	0	0	-			-
Empréstimos subordinados	2.717.224.537	3.398.882.072	-20,06%	1.090.510.483	2.043.097.090	-46,62%
Interesses minoritários	0	0	-	528.411.163	467.559.182	13,01%
PASSIVO						
Débitos p/ c/ instituições de crédito	27.426.820.924	25.518.283.208	7,48%	19.656.037.708	18.419.387.771	6,71%
Débitos para com clientes	32.809.473.797	30.963.381.826	5,96%	47.567.701.272	45.319.369.376	4,96%
Débitos representados por títulos	13.385.623.680	14.580.921.011	-8,20%	14.799.552.996	17.777.638.201	-16,75%
TOTAL DO ACTIVO (Líquido)	100.134.577.583	97.688.041.303	2,50%	97.352.800.691	99.433.980.922	-2,09%
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO	6.288.790.049	6.550.893.280	-4,00%	6.766.627.330	6.871.092.857	-1,52%
TOTAL DO PASSIVO	93.845.787.534	91.137.148.024	2,97%	90.057.762.198	92.095.328.883	-2,21%

Rubricas da Demonstração de Resultados	Individual			Consolidada		
	n	n-1	Var. (%)	n	n-1	Var. (%)
Margem Financeira ⁽³⁾	686.083.390	652.083.805	5,21%	1.196.787.591	1.091.759.193	9,62%
Comissões e outros prov. exploração (líquido)	456.210.900	312.757.358	45,87%	602.130.773	621.434.182	-3,11%
Rend. Títulos e result. operac. financ. (líquido)	-261.430.675	578.767.950	-145,17%	40.022.859	380.918.851	-89,49%
Produto Bancário	880.863.615	1.543.609.113	-42,93%	1.838.941.223	2.094.112.226	-12,19%
Custos pessoal, administ. e outros custos	-663.615.837	-703.018.686	-5,60%	-1.049.199.965	-1.099.748.933	-4,60%
Amortizações	-30.007.783	-33.653.102	-10,83%	-70.414.844	-83.656.797	-15,83%
Provisões (líquidas de reposições)	-753.584.881	-708.237.571	6,40%	-788.480.285	-679.907.040	15,97%
Resultados extraordinários	0	0	n.a.	0	0	n.a.
Resultados antes de impostos	-566.344.886	98.699.754	-673,81%	-69.153.871	230.799.456	-129,96%
Imposto sobre o rendimento ⁽⁴⁾	264.342.437	78.319.352	237,52%	190.294.250	-24.107.558	-889,36%
Interesses minorit. e res. emp. excl. cons.	0	0	-	-61.756.609	10.718.565	-676,16%
Resultado líquido ao trimestre	-302.002.449	177.019.106	-270,60%	59.383.770	217.410.463	-72,69%
Resultado líquido ao trimestre por acção	-0,0498	0,0377	-232,06%	0,0082	0,0463	-82,21%
Autofinanciamento ⁽⁵⁾	481.590.215	918.909.779	-47,59%	918.278.899	980.974.300	-6,39%

⁽¹⁾ Aplicável no primeiro exercício económico das sociedades que adoptem um exercício anual diferente do correspondente

ao ano civil (Art. 65.º - A do Código das Sociedades comerciais)

⁽²⁾ Inclui disponibilidades à vista sobre Instituições de Crédito

⁽³⁾ Margem Financeira = Juros e proveitos equiparados - Juros e custos equiparados

⁽⁴⁾ Estimativa de imposto sobre rendimento

⁽⁵⁾ Autofinanciamento = Resultados líquidos + Amortizações + Provisões

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados
para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	30 Setembro 2011	30 Setembro 2010
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	2.984.471	2.497.103
Juros e custos equiparados	<u>(1.787.684)</u>	<u>(1.405.344)</u>
Margem financeira	1.196.787	1.091.759
Rendimentos de instrumentos de capital	1.354	35.470
Resultado de serviços e comissões	594.540	601.823
Resultados em operações de negociação e de cobertura	19.077	354.229
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	19.592	(8.780)
Outros proveitos de exploração	<u>(1.826)</u>	<u>12.291</u>
	1.829.524	2.086.792
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>14.916</u>	<u>12.439</u>
Total de proveitos operacionais	1.844.440	2.099.231
Custos com o pessoal	622.910	653.351
Outros gastos administrativos	426.290	446.398
Amortizações do exercício	70.415	83.657
Total de custos operacionais	<u>1.119.615</u>	<u>1.183.406</u>
	724.825	915.825
Imparidade do crédito	(764.000)	(549.901)
Imparidade de outros activos	(61.672)	(38.046)
Imparidade do goodwill	-	(73.565)
Outras provisões	<u>37.192</u>	<u>(18.395)</u>
Resultado operacional	(63.655)	235.918
Resultados por equivalência patrimonial	2.033	53.205
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>(5.498)</u>	<u>(5.118)</u>
Resultado antes de impostos	(67.120)	284.005
Impostos		
Correntes	(57.076)	(42.503)
Diferidos	<u>247.370</u>	<u>18.395</u>
Resultado após impostos	<u>123.174</u>	<u>259.897</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:		
Accionistas do Banco	59.384	217.410
Interesses que não controlam	<u>63.790</u>	<u>42.487</u>
Lucro do período	<u>123.174</u>	<u>259.897</u>
Resultado por acção (em euros)		
Básico	0,00	0,04
Diluído	0,00	0,04

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Setembro de 2011 e de 2010 e 31 de Dezembro de 2010

	30 Setembro 2011	31 Dezembro 2010	30 Setembro 2010
	(Milhares de Euros)		
<i>Activo</i>			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	1.790.255	1.484.262	1.843.196
Disponibilidades em outras instituições de crédito	1.552.278	1.259.025	934.746
Aplicações em instituições de crédito	1.773.647	2.343.972	1.348.519
Créditos a clientes	72.532.358	73.905.406	74.254.393
Activos financeiros detidos para negociação	3.172.950	5.136.299	4.378.055
Activos financeiros disponíveis para venda	3.699.834	2.573.064	2.682.183
Activos com acordo de recompra	55.205	13.858	59.876
Derivados de cobertura	560.754	476.674	712.603
Activos financeiros detidos até à maturidade	5.505.407	6.744.673	6.498.267
Investimentos em associadas	308.829	397.373	459.628
Activos não correntes detidos para venda	1.065.713	996.772	1.801.482
Propriedades de investimento	514.403	404.734	407.787
Outros activos tangíveis	615.606	617.240	613.318
Goodwill e activos intangíveis	397.048	400.802	472.892
Activos por impostos correntes	27.785	33.946	28.301
Activos por impostos diferidos	989.675	688.630	625.550
Outros activos	2.791.055	2.533.009	2.313.186
	<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>	<u>99.433.982</u>
<i>Passivo</i>			
Depósitos de instituições de crédito	19.656.038	20.076.556	18.419.388
Depósitos de clientes	47.567.701	45.609.115	45.319.369
Títulos de dívida emitidos	14.799.553	18.137.390	17.777.638
Passivos financeiros detidos para negociação	1.440.934	1.176.451	1.349.789
Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados	3.451.504	4.038.239	4.637.518
Derivados de cobertura	539.801	346.473	172.593
Passivos não correntes detidos para venda	-	-	874.770
Provisões	218.601	235.333	245.684
Passivos subordinados	1.090.510	2.039.174	2.043.097
Passivos por impostos correntes	10.823	11.960	1.782
Passivos por impostos diferidos	1.803	344	4.081
Outros passivos	1.280.496	1.091.228	1.249.620
	<u>90.057.764</u>	<u>92.762.263</u>	<u>92.095.329</u>
<i>Capitais Próprios</i>			
Capital	6.065.000	4.694.600	4.694.600
Títulos próprios	(77.396)	(81.938)	(85.767)
Prémio de emissão	71.722	192.122	192.122
Acções preferenciais	1.000.000	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	9.853	1.000.000	1.000.000
Reservas de justo valor	(374.082)	(166.361)	43.475
Reservas e resultados acumulados	12.146	(190.060)	(190.746)
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	59.384	301.612	217.410
	<u>6.766.627</u>	<u>6.749.975</u>	<u>6.871.094</u>
Interesses que não controlam	528.411	497.501	467.559
	<u>7.295.038</u>	<u>7.247.476</u>	<u>7.338.653</u>
	<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>	<u>99.433.982</u>

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS INTERCALARES

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	Notas	30 Setembro 2011	30 Setembro 2010
		(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	3	2.984.471	2.497.103
Juros e custos equiparados	3	<u>(1.787.684)</u>	<u>(1.405.344)</u>
Margem financeira		1.196.787	1.091.759
Rendimentos de instrumentos de capital	4	1.354	35.470
Resultados de serviços e comissões	5	594.540	601.823
Resultados em operações de negociação e de cobertura	6	19.077	354.229
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	7	19.592	(8.780)
Outros proveitos de exploração	8	<u>(1.826)</u>	<u>12.291</u>
		1.829.524	2.086.792
Outros resultados de actividades não bancárias		<u>14.916</u>	<u>12.439</u>
Total de proveitos operacionais		<u>1.844.440</u>	<u>2.099.231</u>
Custos com o pessoal	9	622.910	653.351
Outros gastos administrativos	10	426.290	446.398
Amortizações do exercício	11	<u>70.415</u>	<u>83.657</u>
Total de custos operacionais		<u>1.119.615</u>	<u>1.183.406</u>
		724.825	915.825
Imparidade do crédito	12	(764.000)	(549.901)
Imparidade de outros activos	26, 28 e 31	(61.672)	(38.046)
Imparidade do goodwill	29	-	(73.565)
Outras provisões	13	<u>37.192</u>	<u>(18.395)</u>
Resultado operacional		(63.655)	235.918
Resultados por equivalência patrimonial	14	2.033	53.205
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	15	<u>(5.498)</u>	<u>(5.118)</u>
Resultado antes de impostos		(67.120)	284.005
Impostos			
Correntes	16	(57.076)	(42.503)
Diferidos	16	<u>247.370</u>	<u>18.395</u>
Resultado após impostos		<u>123.174</u>	<u>259.897</u>
Resultado consolidado do período atribuível a:			
Accionistas do Banco		59.384	217.410
Interesses que não controlam	44	<u>63.790</u>	<u>42.487</u>
Lucro do período		<u>123.174</u>	<u>259.897</u>
Resultado por acção (em Euros)	17		
Básico		0,00	0,04
Diluído		0,00	0,04

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Balanço Consolidado em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010

	Notas	30 Setembro 2011	31 Dezembro 2010
(Milhares de Euros)			
Activo			
Caixa e disponibilidades em bancos centrais	18	1.790.255	1.484.262
Disponibilidades em outras instituições de crédito	19	1.552.278	1.259.025
Aplicações em instituições de crédito	20	1.773.647	2.343.972
Créditos a clientes	21	72.532.358	73.905.406
Activos financeiros detidos para negociação	22	3.172.950	5.136.299
Activos financeiros disponíveis para venda	22	3.699.834	2.573.064
Activos com acordo de recompra		55.205	13.858
Derivados de cobertura	23	560.754	476.674
Activos financeiros detidos até à maturidade	24	5.505.407	6.744.673
Investimentos em associadas	25	308.829	397.373
Activos não correntes detidos para venda	26	1.065.713	996.772
Propriedades de investimento	27	514.403	404.734
Outros activos tangíveis	28	615.606	617.240
Goodwill e activos intangíveis	29	397.048	400.802
Activos por impostos correntes		27.785	33.946
Activos por impostos diferidos	30	989.675	688.630
Outros activos	31	2.791.055	2.533.009
		<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>
Passivo			
Depósitos de instituições de crédito	32	19.656.038	20.076.556
Depósitos de clientes	33	47.567.701	45.609.115
Títulos de dívida emitidos	34	14.799.553	18.137.390
Passivos financeiros detidos para negociação	35	1.440.934	1.176.451
Outros passivos financeiros ao justo valor			
através de resultados	36	3.451.504	4.038.239
Derivados de cobertura	23	539.801	346.473
Provisões	37	218.601	235.333
Passivos subordinados	38	1.090.510	2.039.174
Passivos por impostos correntes		10.823	11.960
Passivos por impostos diferidos	30	1.803	344
Outros passivos	39	1.280.496	1.091.228
		<u>90.057.764</u>	<u>92.762.263</u>
Capitais Próprios			
Capital	40	6.065.000	4.694.600
Títulos próprios	43	(77.396)	(81.938)
Prémio de emissão		71.722	192.122
Acções preferenciais	40	1.000.000	1.000.000
Outros instrumentos de capital	40	9.853	1.000.000
Reservas de justo valor	42	(374.082)	(166.361)
Reservas e resultados acumulados	42	12.146	(190.060)
Lucro líquido do período atribuível aos accionistas do Banco		<u>59.384</u>	<u>301.612</u>
Total de Capitais Próprios atribuíveis aos accionistas do Banco		6.766.627	6.749.975
Interesses que não controlam	44	<u>528.411</u>	<u>497.501</u>
		<u>7.295.038</u>	<u>7.247.476</u>
		<u>97.352.802</u>	<u>100.009.739</u>

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO EXECUTIVO

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Resultados Consolidados para o período de 3 meses compreendido entre 1 Julho e 30 de Setembro de 2011 e 2010

	<u>3º Trimestre 2011</u>	<u>3º Trimestre 2010</u>
	(Milhares de Euros)	
Juros e proveitos equiparados	1.045.794	860.247
Juros e custos equiparados	<u>(656.716)</u>	<u>(473.447)</u>
Margem financeira	389.078	386.800
Rendimentos de instrumentos de capital	246	16.383
Resultados de serviços e comissões	193.431	196.832
Resultados em operações de negociação e de cobertura	28.097	34.249
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	(10.453)	(3.357)
Outros proveitos de exploração	<u>(6.759)</u>	<u>3.200</u>
	593.640	634.107
Outros resultados de actividades não bancárias	<u>5.191</u>	<u>3.875</u>
Total de proveitos operacionais	<u>598.831</u>	<u>637.982</u>
Custos com o pessoal	205.335	229.137
Outros gastos administrativos	142.301	145.304
Amortizações do exercício	<u>22.470</u>	<u>32.105</u>
Total de custos operacionais	<u>370.106</u>	<u>406.546</u>
	228.725	231.436
Imparidade do crédito	(201.873)	(165.724)
Imparidade de outros activos	(19.552)	(17.653)
Outras provisões	<u>(724)</u>	<u>1.871</u>
Resultado operacional	6.576	49.930
Resultados por equivalência patrimonial	(21.961)	24.318
Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos	<u>(1.051)</u>	<u>(2.564)</u>
Resultado antes de impostos	(16.436)	71.684
Impostos		
Correntes	(14.892)	(13.995)
Diferidos	<u>25.863</u>	<u>11.634</u>
Resultado após impostos	<u>(5.465)</u>	<u>69.323</u>
Resultado consolidado do exercício atribuível a:		
Accionistas do Banco	(29.014)	54.170
Interesses minoritários	<u>23.549</u>	<u>15.153</u>
Lucro do período	<u>(5.465)</u>	<u>69.323</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração dos Fluxos de Caixa Consolidados para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	30 Setembro 2011	30 Setembro 2010
	(Milhares de Euros)	
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Juros recebidos	2.684.122	2.380.640
Comissões recebidas	724.343	708.511
Recebimentos por prestação de serviços	87.477	80.741
Pagamento de juros	(1.688.636)	(1.419.300)
Pagamento de comissões	(105.919)	(93.406)
Recuperação de empréstimos previamente abatidos	12.257	23.267
Prémios de seguros recebidos	15.751	14.999
Pagamento de indemnizações da actividade seguradora	(7.538)	(6.758)
Pagamentos (de caixa) a empregados e a fornecedores	(1.232.916)	(1.244.788)
	<u>488.941</u>	<u>443.906</u>
Diminuição / (aumento) de activos operacionais:		
Fundos adiantados a instituições de crédito	(515.505)	677.640
Depósitos detidos de acordo com fins de controlo monetário	744.946	316.476
Fundos adiantados a clientes	944.570	391.926
Títulos negociáveis a curto prazo	2.032.474	(643.937)
Aumento / (diminuição) nos passivos operacionais:		
Débitos para com instituições de crédito – à vista	175.616	(77.730)
Débitos para com instituições de crédito – a prazo	(797.078)	7.596.094
Débitos para com clientes – à vista	(615.305)	(29.514)
Débitos para com clientes – a prazo	2.457.262	(840.255)
	<u>4.915.921</u>	<u>7.834.606</u>
Impostos sobre o rendimento (pagos) / recebidos	(41.211)	(21.697)
	<u>4.874.710</u>	<u>7.812.909</u>
Fluxos de caixa de actividades de investimento		
Cedência de investimentos em subsidiárias e associadas	-	21.704
Aquisição de investimentos em subsidiárias e associadas	-	(23.895)
Dividendos recebidos	7.692	41.595
Juros recebidos de activos financeiros disponíveis para venda	305.980	133.991
Venda de activos financeiros disponíveis para venda	13.851.772	47.336.994
Compra de activos financeiros disponíveis para venda	(19.782.967)	(62.266.759)
Vencimentos de activos financeiros disponíveis para venda	4.407.866	14.388.685
Compra de imobilizações	(69.049)	(117.067)
Venda de imobilizações	1.427	30.709
Aumento / (diminuição) em outras contas do activo	891.180	(3.856.066)
	<u>(386.099)</u>	<u>(4.310.109)</u>
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		
Emissão de dívida subordinada	221.774	150.705
Reembolso de dívida subordinada	(1.134.311)	(315.449)
Emissão de empréstimos obrigacionistas	964.295	3.532.426
Reembolso de empréstimos obrigacionistas	(4.850.915)	(4.394.769)
Emissão de papel comercial	1.103.710	5.426.920
Reembolso de papel comercial	(866.634)	(7.633.045)
Aumento de capital	250.050	-
Dividendos pagos	-	(89.095)
Dividendos pagos a interesses que não controlam	(19.140)	(3.422)
Aumento / (diminuição) noutras contas de passivo e interesses que não controlam	131.897	(156.031)
	<u>(4.199.274)</u>	<u>(3.481.760)</u>
Efeitos de alterações da taxa de câmbio em caixa e seus equivalentes	(45.153)	(10.898)
Varição líquida em caixa e seus equivalentes	244.184	10.142
Caixa e seus equivalentes no início do período	1.952.447	1.523.026
Caixa (nota 17)	644.353	598.422
Outros investimentos de curto prazo (nota 18)	1.552.278	934.746
Caixa e seus equivalentes no fim do período	<u>2.196.631</u>	<u>1.533.168</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração das alterações dos Capitais Próprios Consolidados para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

(Valores expressos em milhares de Euros)

	Outro rendimento integral do período											
	Total dos capitais próprios	Outros			Prémio de emissão	Reservas legais e estatutárias	Reservas justo valor e cobertura		Reservas livres e resultados acumulados	'Goodwill'	Títulos próprios	Interesses que não controlam
		Capital	Acções preferenciais	instrumentos de capital			fluxo de caixa	Outros				
Saldos em 31 de Dezembro de 2009	7.220.801	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	435.410	93.760	(96.478)	2.526.210	(2.883.580)	(85.548)	344.305
Constituição de reservas (nota 42):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	20.632	-	-	(20.632)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Dividendos distribuídos em 2010	(89.095)	-	-	-	-	-	-	-	(89.095)	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(56.000)	-	-	-	-	-	-	-	(56.000)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	14.025	-	-	-	-	-	-	-	14.025	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	217.410	-	-	-	-	-	-	-	217.410	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 44)	42.487	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	42.487
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	(219)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(219)	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(10.898)	-	-	-	-	-	-	(10.898)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(44.103)	-	-	-	-	-	(44.103)	-	-	-	-	-
Cobertura de Fluxo de Caixa	(6.182)	-	-	-	-	-	(6.182)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	80.767	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	80.767
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(2.625)	-	-	-	-	-	-	-	(2.625)	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2010	7.338.653	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	43.475	(107.376)	2.551.578	(2.883.580)	(85.767)	467.559
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(14.000)	-	-	-	-	-	-	-	(14.000)	-	-	-
Impostos relativos às despesas e aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	3.501	-	-	-	-	-	-	-	3.501	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	84.202	-	-	-	-	-	-	-	84.202	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 44)	16.820	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16.820
Dividendos acções preferenciais	(21.195)	-	-	-	-	-	-	-	(21.195)	-	-	-
Títulos próprios	3.829	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.829	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	29.324	-	-	-	-	-	-	29.324	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(201.989)	-	-	-	-	-	(201.989)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	(7.847)	-	-	-	-	-	(7.847)	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	13.122	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	13.122
Outras reservas de consolidação (nota 44)	3.056	-	-	-	-	-	-	-	3.056	-	-	-
Saldos em 31 de Dezembro de 2010	7.247.476	4.694.600	1.000.000	1.000.000	192.122	466.042	(166.361)	(78.052)	2.607.142	(2.883.580)	(81.938)	497.501
Constituição de reservas (nota 42):												
Reserva legal	-	-	-	-	-	30.065	-	-	(30.065)	-	-	-
Reserva estatutária	-	-	-	-	-	10.000	-	-	(10.000)	-	-	-
Aumento de capital por emissão de 2.512.567.060 acções, conversão de valores mobiliários perpétuos subordinados e incorporação de reservas (nota 40)	259.853	1.370.400	-	(990.147)	(120.400)	-	-	-	-	-	-	-
Despesas de registo do aumento de capital	(9.803)	-	-	-	-	-	-	-	(9.803)	-	-	-
Custo financeiro relativo à emissão de valores mobiliários perpétuos	(21.345)	-	-	-	-	-	-	-	(21.345)	-	-	-
Impostos relativos aos juros da emissão de valores mobiliários perpétuos	5.358	-	-	-	-	-	-	-	5.358	-	-	-
Lucro do período atribuível aos accionistas do Banco	59.384	-	-	-	-	-	-	-	59.384	-	-	-
Lucro do período atribuível aos interesses que não controlam (nota 44)	63.790	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	63.790
Despesas associadas a instrumentos de capital	(100)	-	-	-	-	-	-	-	(100)	-	-	-
Dividendos acções preferenciais	(27.715)	-	-	-	-	-	-	-	(27.715)	-	-	-
Títulos próprios	4.542	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.542	-
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	(45.153)	-	-	-	-	-	-	(45.153)	-	-	-	-
Reservas de justo valor (nota 42)												
Activos financeiros disponíveis para venda	(225.343)	-	-	-	-	-	(225.343)	-	-	-	-	-
Cobertura de fluxo de caixa	17.622	-	-	-	-	-	17.622	-	-	-	-	-
Interesses que não controlam (nota 44)	(32.880)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(32.880)
Outras reservas de consolidação (nota 42)	(648)	-	-	-	-	-	-	-	(648)	-	-	-
Saldos em 30 de Setembro de 2011	7.295.038	6.065.000	1.000.000	9.853	71.722	506.107	(374.082)	(123.205)	2.572.208	(2.883.580)	(77.396)	528.411

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Demonstração Consolidada do Rendimento Integral para o período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010

	Notas	30 Setembro 2011	30 Setembro 2010
		(Milhares de Euros)	
Reserva de justo valor			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	(278.038)	(46.974)
Cobertura de fluxos de caixa	42	21.738	(7.633)
Impostos			
Activos financeiros disponíveis para venda	42	52.695	2.871
Cobertura de fluxos de caixa	42	(4.116)	1.451
		(207.721)	(50.285)
Diferença cambial resultante da consolidação das empresas do Grupo	42	(45.153)	(10.898)
		(252.874)	(61.183)
Lucro do período		123.174	259.897
Total do rendimento integral do período		(129.700)	198.714
Atribuíveis a:			
Accionistas do Banco		(193.490)	156.227
Interesses que não controlam		63.790	42.487
Total do rendimento integral do período		(129.700)	198.714

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares

30 de Setembro de 2011

1. Políticas contabilísticas

a) Bases de apresentação

O Banco Comercial Português, S.A. Sociedade Aberta (o 'Banco') é um Banco de capitais privados, constituído em Portugal em 1985. Iniciou a sua actividade em 5 de Maio de 1986 e as demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas reflectem os resultados das operações do Banco e de todas as suas subsidiárias (em conjunto 'Grupo') e a participação do Grupo nas associadas para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 e 2010.

No âmbito do disposto no Regulamento (CE) n.º 1606/2002 do Parlamento Europeu e do Conselho de 19 de Julho de 2002, na sua transposição para a legislação portuguesa através do Decreto-Lei n.º 35/2005, de 17 de Fevereiro e do Aviso do Banco de Portugal n.º 1/2005, as demonstrações financeiras consolidadas do Grupo são preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ('IFRS') conforme aprovadas pela União Europeia (UE) a partir do exercício de 2005. As IFRS incluem as normas emitidas pelo International Accounting Standards Board ('IASB') bem como as interpretações emitidas pelo International Financial Reporting Interpretations Committee ('IFRIC') e pelos respectivos órgãos antecessores. As demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração Executivo do Banco em 31 de Outubro de 2011. As demonstrações financeiras são apresentadas em euros, arredondadas ao milhar mais próximo.

O Grupo adoptou as IFRS e interpretações de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciaram a 1 de Janeiro de 2010.

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo para os nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 foram preparadas para efeitos de reconhecimento e mensuração em conformidade com as IFRS aprovadas pela UE e em vigor nessa data, sendo as divulgações apresentadas de acordo com os requisitos definidos pela IAS 34. Estas demonstrações financeiras apresentam também a demonstração de resultados do terceiro trimestre de 2011 com os comparativos do terceiro trimestre do ano anterior. As demonstrações financeiras do período de nove meses findos em 30 de Setembro de 2011 não incluem toda a informação a divulgar nas demonstrações financeiras anuais completas.

Em 2010, o Grupo adoptou a IFRS 3 (revista) - Concentrações de actividades empresariais e IAS 27 – (alterada) – Demonstrações financeiras consolidadas e separadas, a IAS 39 (alterada) – Instrumentos financeiros: reconhecimento e mensuração – activos e passivos elegíveis para cobertura e a IFRS 5 – Activos não correntes detidos para venda e unidades operacionais em descontinuação. Estas normas, de aplicação obrigatória com referência a 1 de Janeiro de 2010, tiveram impacto ao nível dos activos e passivos do Grupo.

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela aplicação do justo valor para os instrumentos financeiros derivados, activos financeiros e passivos financeiros reconhecidos ao justo valor através de resultados (negociação e fair value option) e activos financeiros disponíveis para venda, excepto aqueles para os quais o justo valor não está disponível. Os activos financeiros e passivos financeiros que se encontram cobertos no âmbito da contabilidade de cobertura são apresentados ao justo valor relativamente ao risco coberto, quando aplicável. Os outros activos financeiros e passivos financeiros e activos e passivos não financeiros são registados ao custo amortizado ou custo histórico. Activos não correntes detidos para venda e grupos detidos para venda ('disposal groups') são registados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido dos respectivos custos de venda. O passivo sobre obrigações de benefícios definidos é reconhecido ao valor presente dessa obrigação líquido dos activos do fundo, deduzido de perdas actuariais não reconhecidas.

As políticas contabilísticas apresentadas nesta nota foram aplicadas de forma consistente a todas as entidades do Grupo, em todos os períodos das demonstrações financeiras consolidadas agora apresentadas.

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as IFRS requer que o Conselho de Administração Executivo formule julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e o valor dos activos, passivos, proveitos e custos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e noutros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade ou para as quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos são apresentados na nota 1 ac).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

b) *Bases de consolidação*

A partir de 1 de Janeiro de 2010, o Grupo BCP passou a aplicar a IFRS 3 (revista) para o reconhecimento contabilístico das concentrações de actividades empresariais. As alterações de políticas contabilísticas decorrentes da aplicação da IFRS 3 (revista) são aplicadas prospectivamente.

Participações financeiras em subsidiárias

As participações financeiras em empresas subsidiárias em que o Grupo exerce o controlo são consolidadas pelo método de consolidação integral desde a data em que o Grupo assume o controlo sobre as suas actividades financeiras e operacionais até ao momento em que esse controlo cessa. Presume-se a existência de controlo quando o Grupo detém mais de metade dos direitos de voto. Existe também controlo quando o Grupo detém o poder, directa ou indirectamente, de gerir a política financeira e operacional de determinada empresa de forma a obter benefícios das suas actividades, mesmo que a percentagem que detém sobre os seus capitais próprios seja inferior a 50%.

Após 1 de Janeiro de 2010, as perdas acumuladas são atribuídas aos interesses que não controlam nas proporções detidas, o que poderá implicar o reconhecimento de interesses que não controlam negativos. Anteriormente a essa data, quando as perdas acumuladas de uma subsidiária atribuíveis aos interesses que não controlam excederam o interesse não controlado no capital próprio dessa subsidiária, o excesso é atribuível ao Grupo, sendo os prejuízos registados em resultados na medida em que foram incorridos. Os lucros obtidos subsequentemente foram reconhecidos como proveitos do Grupo até que as perdas atribuídas a interesses que não controlam anteriormente absorvidas pelo Grupo sejam recuperadas.

Após 1 de Janeiro de 2010, numa operação de aquisição por fases/ etapas ("step acquisition") que resulte na aquisição de controlo, aquando do cálculo do "goodwill", a reavaliação de qualquer participação anteriormente adquirida é reconhecida por contrapartida de resultados. No momento de uma venda parcial, da qual resulte a perda de controlo sobre uma subsidiária, qualquer participação remanescente é reavaliada ao mercado na data da venda e o ganho ou perda resultante dessa reavaliação é registado por contrapartida de resultados.

Investimentos financeiros em associadas

Os investimentos financeiros em associadas são consolidados pelo método de equivalência patrimonial desde a data em que o Grupo adquire a influência significativa até ao momento em que a mesma termina. As empresas associadas são entidades nas quais o Grupo tem influência significativa mas não exerce controlo sobre a sua política financeira e operacional. Presume-se que o Grupo exerce influência significativa quando detém o poder de exercer mais de 20% dos direitos de voto da associada. Caso o Grupo detenha, directa ou indirectamente, menos de 20% dos direitos de voto, presume-se que o Grupo não possui influência significativa, excepto quando essa influência pode ser claramente demonstrada.

A existência de influência significativa por parte do Grupo é normalmente demonstrada por uma ou mais das seguintes formas:

- representação no Conselho de Administração Executivo ou órgão de direcção equivalente;
- participação em processos de definição de políticas, incluindo a participação em decisões sobre dividendos ou outras distribuições;
- transacções materiais entre o Grupo e a participada;
- intercâmbio de pessoal de gestão;
- fornecimento de informação técnica essencial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos da associada contabilizada de acordo com o método da equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico deve ser reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

Diferenças de consolidação e de reavaliação - "Goodwill"

O "goodwill" resultante das concentrações de actividades empresariais ocorridas até 1 de Janeiro de 2004 foi registado por contrapartida de reservas.

As concentrações de actividades empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2004 são registadas pelo método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos, adicionado dos custos directamente atribuíveis à aquisição, para aquisições ocorridas até 31 de Dezembro de 2009.

Após 1 de Janeiro de 2010, o registo dos custos directamente relacionados com a aquisição de uma subsidiária passam a ser directamente imputados a resultados.

A partir da data de transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, a totalidade do "goodwill" positivo resultante de aquisições é reconhecido como um activo e registado ao custo de aquisição, não sendo sujeito a amortização.

O "goodwill" resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor total ou proporcional da situação patrimonial adquirida, consoante a opção tomada.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Caso o "goodwill" apurado seja negativo este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades ocorre.

O valor recuperável do "goodwill" das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor em uso dos activos, sendo calculado com recurso a metodologias de avaliação, suportadas em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

Até 31 de Dezembro de 2009, os preços de aquisição contingentes eram determinados com base na melhor estimativa de pagamentos prováveis, podendo as alterações posteriores ser registadas por contrapartida de "goodwill". Após 1 de Janeiro de 2010, o "goodwill" não é corrigido em função da determinação final do valor do preço contingente pago, sendo este impacto reconhecido por contrapartida de resultados.

Aquisição e diluição de Interesses que não controlam

Até 31 de Dezembro de 2009, quando uma parte da participação numa subsidiária era alienada sem que tivesse ocorrido perda de controlo, a diferença entre o valor de venda e o valor contabilístico dos capitais próprios atribuídos à proporção do capital a ser alienada pelo Grupo, acrescido do valor contabilístico do "goodwill" relativo a essa subsidiária, era reconhecido em resultados do exercício como um ganho ou uma perda decorrente da alienação. O efeito de diluição ocorria quando a percentagem de participação numa subsidiária diminuía sem que o Grupo tivesse alienado as suas partes de capital nessa subsidiária, por exemplo, no caso em que o Grupo não participava proporcionalmente no aumento de capital da subsidiária. Até 31 de Dezembro de 2009 o Grupo reconhecia os ganhos e perdas decorrentes da diluição de uma participação financeira numa subsidiária na sequência de uma alienação ou aumento de capital nos resultados do exercício.

Também nas aquisições de interesses que não controlam, até 31 de Dezembro de 2009, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos foram registadas por contrapartida de "goodwill". As aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originaram o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. Sempre que existiu um diferencial entre os interesses que não controlam adquiridos e o justo valor da responsabilidade, esse diferencial foi registado por contrapartida de "goodwill". O justo valor foi determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de "goodwill" e o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado por contrapartida de resultados. Este tratamento contabilístico mantém-se para as opções contratadas até 31 de Dezembro de 2009.

A partir de 1 de Janeiro de 2010, a aquisição de interesses que não controlam da qual não resulte uma alteração de controlo sobre uma subsidiária, é contabilizada como uma transacção com accionistas e, como tal, não é reconhecido "goodwill" adicional resultante desta transacção. A diferença entre o custo de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos é reconhecida directamente em reservas. De igual forma, os ganhos ou perdas decorrentes de alienações de interesses que controlam, das quais não resulte uma perda de controlo sobre uma subsidiária, são sempre reconhecidos por contrapartida de reservas.

Os ganhos ou perdas decorrentes da diluição ou venda de uma parte da participação financeira numa subsidiária, com perda de controlo, são reconhecidos pelo Grupo na demonstração dos resultados.

Da mesma forma, após 1 de Janeiro de 2010, as aquisições de interesses que não controlam, por via de contratos de opções de venda por parte dos interesses que não controlam ("written put options"), originam o reconhecimento de uma responsabilidade pelo justo valor a pagar, por contrapartida de interesses que não controlam na parte adquirida. O justo valor é determinado com base no preço definido no contrato, que poderá ser fixo ou variável. No caso do preço ser variável, o valor da responsabilidade é actualizado por contrapartida de resultados, assim como o efeito financeiro do desconto ("unwinding") dessa responsabilidade é registado também por contrapartida de resultados. Após 1 de Janeiro de 2010, nas diluições de interesses que controlam sem perda de controlo, as diferenças entre o valor de aquisição e o justo valor dos interesses que não controlam adquiridos são registadas por contrapartida de reservas.

Entidades de finalidade especial ("SPEs")

O Grupo consolida pelo método integral SPEs resultantes de operações de securitização de activos com origem em entidades do Grupo (conforme nota 21), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, independentemente da percentagem que detém sobre os seus capitais próprios. Para além das referidas entidades resultantes de operações de securitização, não foram consolidadas outras SPEs por não estarem abrangidas pelos critérios abaixo referidos de acordo com a SIC 12.

A avaliação da existência de controlo é efectuada com base nos critérios definidos pela SIC 12, analisados como segue:

- As actividades da SPE estão, em substância, a ser conduzidas a favor do Grupo, de acordo com as suas necessidades específicas de negócio, de forma a que o Grupo obtenha benefícios do funcionamento da SPE;
- O Grupo tem os poderes de tomada de decisão para obter a maioria dos benefícios das actividades da SPE ou, ao estabelecer mecanismos de "auto-pilot", a entidade delegou estes poderes de tomada de decisão;
- O Grupo tem direitos para obter a maioria dos benefícios da SPE, estando consequentemente exposto aos riscos inerentes às actividades do SPE;
- O Grupo retém a maioria dos riscos residuais ou de propriedade relativos à SPE ou aos seus activos, com vista à obtenção de benefícios da sua actividade.

Gestão de fundos de investimento

O Grupo administra e gere activos detidos por fundos de investimento, cujas unidades de participação são detidas por terceiras entidades. As demonstrações financeiras destas entidades não são consolidadas pelo Grupo BCP, excepto quando o Grupo detém o controlo desses fundos de investimento, isto é, quando detém mais de 50% das unidades de participação.

No caso de o Grupo consolidar fundos de investimento imobiliário, os imóveis provenientes desses fundos são classificados como propriedades de investimento, conforme referido na política contabilística nota 1 r).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Investimentos em subsidiárias e associadas residentes no estrangeiro

As demonstrações financeiras das subsidiárias e associadas do Grupo residentes no estrangeiro são preparadas na sua moeda funcional, definida como a moeda da economia onde estas operam ou como a moeda em que as subsidiárias obtêm os seus proveitos ou financiam a sua actividade. Na consolidação, o valor dos activos e passivos, incluindo o "goodwill", de subsidiárias residentes no estrangeiro é registado pelo seu contravalor em Euros à taxa de câmbio oficial em vigor na data de balanço. O "goodwill" existente sobre estes investimentos é reavaliado por contrapartida de reservas.

Relativamente às participações expressas em moeda estrangeira em que se aplica o método de consolidação integral, proporcional e equivalência patrimonial, as diferenças cambiais apuradas entre o valor de conversão em Euros da situação patrimonial no início do ano e o seu valor convertido à taxa de câmbio em vigor na data de balanço, a que se reportam as contas consolidadas, são relevadas por contrapartida de reservas - diferenças cambiais. As diferenças cambiais resultantes dos instrumentos de cobertura relativamente às participações expressas em moeda estrangeira são diferenças cambiais registadas em capitais próprios em relação aquelas participações financeiras. Sempre que a cobertura não seja totalmente efectiva, a diferença apurada é registada em resultados do exercício.

Os resultados destas subsidiárias são transpostos pelo seu contravalor em Euros a uma taxa de câmbio aproximada das taxas em vigor na data em que se efectuaram as transacções. As diferenças cambiais resultantes da conversão em Euros dos resultados do exercício, entre as taxas de câmbio utilizadas na demonstração de resultados e as taxas de câmbio em vigor na data de balanço, são registadas em reservas - diferenças cambiais.

Na alienação de participações financeiras em subsidiárias residentes no estrangeiro para as quais existe perda de controlo, as diferenças cambiais associadas à participação financeira e à respectiva operação de cobertura previamente registadas em reservas são transferidas para resultados, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

Investimentos em empresas controladas conjuntamente

As entidades controladas conjuntamente, consolidadas pelo método proporcional, são entidades em que o Grupo tem controlo conjunto definido por acordo contratual. As demonstrações financeiras consolidadas incluem, nas linhas respectivas, a parcela proporcional do Grupo nos activos, passivos, receitas e despesas, com itens de natureza similar linha a linha, desde a data em que o controlo conjunto se iniciou até à data em que cesse.

Transacções eliminadas em consolidação

Os saldos e transacções entre empresas do Grupo, bem como os ganhos e perdas não realizados resultantes dessas transacções, são anulados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Os ganhos e perdas não realizados de transacções com associadas e entidades controladas conjuntamente são eliminados na proporção da participação do Grupo nessas entidades.

c) Crédito a clientes

A rubrica crédito a clientes inclui os empréstimos originados pelo Grupo para os quais não existe uma intenção de venda no curto prazo, sendo o seu registo efectuado na data em que os fundos são disponibilizados aos clientes.

O desreconhecimento destes activos no balanço ocorre nas seguintes situações: (i) os direitos contratuais do Grupo expiram; ou (ii) o Grupo transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios associados.

O crédito a clientes é reconhecido inicialmente ao seu justo valor, acrescido dos custos de transacção, e é subsequentemente valorizado ao custo amortizado, com base no método da taxa de juro efectiva, sendo apresentado em balanço deduzido de perdas por imparidade.

Imparidade

A política do Grupo consiste na avaliação regular da existência de evidência objectiva de imparidade na sua carteira de crédito. As perdas por imparidade identificadas são registadas por contrapartida de resultados, sendo subsequentemente revertidas por resultados caso se verifique uma redução do montante da perda estimada, num período posterior.

Após o reconhecimento inicial, um crédito ou uma carteira de créditos sobre clientes, definida como um conjunto de créditos com características de risco semelhantes, poderá ser classificada como carteira com imparidade quando existe evidência objectiva de imparidade resultante de um ou mais eventos, e quando estes tenham impacto no valor estimado dos fluxos de caixa futuros do crédito ou carteira de créditos sobre clientes, que possam ser estimados de forma fiável.

De acordo com a IAS 39 existem dois métodos para o cálculo das perdas por imparidade: (i) análise individual; e (ii) análise colectiva.

(i) Análise individual

A avaliação da existência de perdas por imparidade em termos individuais é determinada através de uma análise da exposição total de crédito caso a caso. Para cada crédito considerado individualmente significativo, o Grupo avalia, em cada data de balanço, a existência de evidência objectiva de imparidade. Na determinação das perdas por imparidade em termos individuais são considerados os seguintes factores:

- A exposição total de cada cliente junto do Grupo e a existência de crédito vencido;
- A viabilidade económico-financeira do negócio do cliente e a sua capacidade de gerar meios suficientes para fazer face ao serviço da dívida no futuro;
- A existência, natureza e o valor estimado dos colaterais associados a cada crédito;
- A deterioração significativa no 'rating' do cliente;
- O património do cliente em situações de liquidação ou falência;
- A existência de credores privilegiados;
- O montante e os prazos de recuperação estimados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

As perdas por imparidade são calculadas através da comparação do valor actual dos fluxos de caixa futuros esperados descontados à taxa de juro efectiva original de cada contrato e o valor contabilístico de cada crédito, sendo as perdas registadas por contrapartida de resultados. O valor contabilístico dos créditos com imparidade é apresentado no balanço líquido das perdas por imparidade. Para os créditos com uma taxa de juro variável, a taxa de desconto utilizada corresponde à taxa de juro efectiva anual, aplicável no período em que foi determinada a imparidade.

Os créditos em que não seja identificada uma evidência objectiva de imparidade são agrupados em carteiras com características de risco de crédito semelhantes, as quais são avaliadas colectivamente.

(ii) Análise colectiva

As perdas por imparidade baseadas na análise colectiva podem ser calculadas através de duas perspectivas:

- para grupos homogéneos de créditos não considerados individualmente significativos; ou
- em relação a perdas incorridas mas não identificadas ('IBNR') em créditos para os quais não existe evidência objectiva de imparidade (ver parágrafo (i) anterior).

As perdas por imparidade em termos colectivos são determinadas considerando os seguintes aspectos:

- experiência histórica de perdas em carteiras de risco semelhante;
- conhecimento das actuais envolventes económica e creditícia e da sua influência sobre o nível das perdas históricas; e
- período estimado entre a ocorrência da perda e a sua identificação.

A metodologia e os pressupostos utilizados para estimar os fluxos de caixa futuros são revistos regularmente pelo Grupo de forma a monitorizar as diferenças entre as estimativas de perdas e as perdas reais.

Os créditos para os quais não foi identificada evidência objectiva de imparidade são agrupados tendo por base características de risco semelhantes com o objectivo de determinar as perdas por imparidade em termos colectivos. Esta análise permite ao Grupo o reconhecimento de perdas cuja identificação, em termos individuais, só ocorrerá em períodos futuros.

Em conformidade com a Carta Circular n.º 15/2009 do Banco de Portugal, a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas realistas de recuperação dos créditos, numa perspectiva económica, e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

d) Instrumentos Financeiros

(i) Classificação, reconhecimento inicial e mensuração subsequente

1) Activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados

1a) Activos financeiros detidos para negociação

Os activos e passivos financeiros adquiridos ou emitidos com o objectivo de venda ou recompra no curto prazo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, ou que façam parte de uma carteira de instrumentos financeiros identificados e para os quais existe evidência de um padrão recente de tomada de lucros no curto prazo ou que se enquadrem na definição de derivado (excepto no caso de um derivado classificado como de cobertura), são classificados como de negociação. Os dividendos associados a acções destas carteiras são registados em Resultados em operações de negociação e de cobertura.

Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos em margem financeira.

Os derivados de negociação com um justo valor positivo são incluídos na rubrica activos financeiros detidos para negociação, sendo os derivados de negociação com justo valor negativo incluídos na rubrica passivos financeiros detidos para negociação.

1b) Outros activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option")

O Grupo adoptou o "Fair Value Option" para algumas emissões próprias, crédito e depósitos a prazo efectuados desde o exercício de 2007 que contêm derivados embutidos ou com derivados de cobertura associados. As variações de risco de crédito do Grupo associadas a passivos financeiros em "Fair Value Option" encontram-se divulgadas na nota da rubrica "Resultados em operações de negociação e de cobertura".

A designação de outros activos ou passivos financeiros ao justo valor através de resultados ("Fair Value Option") é realizada desde que se verifique pelo menos um dos seguintes requisitos:

- os activos e passivos financeiros são geridos, avaliados e reportados internamente ao seu justo valor;
- a designação elimina ou reduz significativamente o "mismatch" contabilístico das transacções;
- os activos ou passivos financeiros contêm derivados embutidos que alteram significativamente os fluxos de caixa dos contratos originais ("host contract").

Os activos e passivos financeiros ao "Fair Value Option" são reconhecidos inicialmente ao seu justo valor, com os custos ou proveitos associados às transacções reconhecidos em resultados no momento inicial, com as variações subsequentes de justo valor reconhecidas em resultados. A periodificação dos juros e do prémio/desconto (quando aplicável) é reconhecida na margem financeira com base na taxa de juro efectiva de cada transacção, assim como a periodificação dos juros dos derivados associados a instrumentos financeiros classificados nesta categoria.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

2) Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda detidos com o objectivo de serem mantidos pelo Grupo, nomeadamente obrigações, títulos do tesouro ou acções, são classificados como disponíveis para venda, excepto se forem classificados numa outra categoria de activos financeiros. Os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente ao justo valor, incluindo os custos ou proveitos associados às transacções. Os activos financeiros disponíveis para venda são posteriormente mensurados ao seu justo valor. As alterações no justo valor são registadas por contrapartida de reservas de justo valor até ao momento em que são vendidos ou até ao reconhecimento de perdas de imparidade, caso em que passam a ser reconhecidos em resultados. Na alienação dos activos financeiros disponíveis para venda, os ganhos ou perdas acumulados reconhecidos em reservas de justo valor são reconhecidos na rubrica "Resultados de activos financeiros disponíveis para venda" da demonstração de resultados. Os juros de instrumentos de dívida são reconhecidos com base na taxa de juro efectiva em margem financeira, incluindo um prémio ou desconto, quando aplicável. Os dividendos são reconhecidos em resultados quando for atribuído o direito ao recebimento.

3) Activos financeiros detidos até à maturidade

Nesta categoria são reconhecidos activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis e maturidade fixa, para os quais o Grupo tem a intenção e capacidade de manter até à maturidade e que não foram designados para nenhuma outra categoria de activos financeiros. Estes activos financeiros são reconhecidos ao seu justo valor no momento inicial do seu reconhecimento e mensurados subsequentemente ao custo amortizado. O juro é calculado através do método da taxa de juro efectiva e reconhecido em margem financeira. As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

Qualquer reclassificação ou venda de activos financeiros reconhecidos nesta categoria que não seja realizada próxima da maturidade, obrigará o Grupo a reclassificar integralmente esta carteira para activos financeiros disponíveis para venda e o Grupo ficará durante dois anos impossibilitado de classificar qualquer activo financeiro nesta categoria.

4) Crédito a clientes - Crédito titulado

Os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em mercado, e que o Grupo não tenha a intenção de venda imediata, nem num futuro próximo, podem ser classificados nesta categoria.

O Grupo apresenta nesta categoria, para além do crédito concedido, obrigações não cotadas e papel comercial. Os activos financeiros aqui reconhecidos são inicialmente registados ao seu justo valor e subsequentemente ao custo amortizado líquido de imparidade. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva destes instrumentos financeiros. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As perdas por imparidade são reconhecidas em resultados quando identificadas.

5) Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros são todos os passivos financeiros que não se encontram registados na categoria de passivos financeiros ao justo valor através de resultados. Esta categoria inclui tomadas em mercado monetário, depósitos de clientes e de outras instituições financeiras, dívida emitida, entre outros.

Estes passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado. Os custos de transacção associados fazem parte da taxa de juro efectiva. Os juros reconhecidos pelo método da taxa de juro efectiva são reconhecidos em margem financeira.

As mais e menos-valias apuradas no momento da recompra de outros passivos financeiros são reconhecidas em Resultados de Operações Financeiras no momento em que ocorrem.

(ii) Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade, nomeadamente de um impacto adverso nos fluxos de caixa futuros estimados de um activo financeiro ou grupo de activos financeiros que possa ser medido de forma fiável ou com base numa queda acentuada ou prolongada do justo valor do activo financeiro, abaixo do custo de aquisição.

Se for identificada imparidade num activo financeiro disponível para venda, a perda acumulada (mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor, excluindo perdas de imparidade anteriormente reconhecidas por contrapartida de resultados) é transferida de reservas de justo valor e reconhecida em resultados. Caso, num período subsequente, o justo valor dos instrumentos de dívida classificados como activos financeiros disponíveis para venda aumente e esse aumento possa ser objectivamente associado a um evento ocorrido após o reconhecimento da perda por imparidade em resultados, a perda por imparidade é revertida por contrapartida de resultados. A reversão das perdas de imparidade reconhecidas em instrumentos de capital classificados como activos financeiros disponíveis para venda é registada por contrapartida de reservas de justo valor quando se revertem.

(iii) Derivados embutidos

Os derivados embutidos em instrumentos financeiros são tratados separadamente sempre que os riscos e benefícios económicos do derivado não estão relacionados com os do instrumento principal ("host contract"), desde que o instrumento híbrido (conjunto) não esteja, à partida, reconhecido ao justo valor através de resultados. Os derivados embutidos são registados ao justo valor com as variações de justo valor subsequentes registadas em resultados do exercício e apresentadas na carteira de derivados de negociação.

e) Contabilidade de cobertura

(i) Contabilidade de cobertura

O Grupo designa derivados e outros instrumentos financeiros para cobertura do risco de taxa de juro e risco cambial resultantes de actividades de financiamento e de investimento. Os derivados que não se qualificam para contabilidade de cobertura são registados como de negociação.

Os derivados de cobertura são registados ao justo valor e os ganhos ou perdas resultantes da reavaliação são reconhecidos de acordo com o modelo de contabilidade de cobertura adoptado pelo Grupo. Uma relação de cobertura existe quando:

- à data de início da relação existe documentação formal da cobertura;
- se espera que a cobertura seja altamente efectiva;
- a efectividade da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- a cobertura é avaliada numa base contínua e efectivamente determinada como sendo altamente efectiva ao longo do período de relato financeiro; e
- em relação à cobertura de uma transacção prevista, esta é altamente provável e apresenta uma exposição a variações nos fluxos de caixa que poderia em última análise afectar os resultados.

Quando um instrumento financeiro derivado é utilizado para cobrir variações cambiais de elementos monetários activos ou passivos, não é aplicado qualquer modelo de contabilidade de cobertura. Qualquer ganho ou perda associado ao derivado é reconhecido em resultados do exercício, assim como as variações do risco cambial dos elementos monetários subjacentes.

(ii) Cobertura de justo valor

As variações do justo valor dos derivados que sejam designados e que se qualifiquem como de cobertura de justo valor são registadas por contrapartida de resultados, em conjunto com as variações de justo valor do activo, passivo ou grupo de activos e passivos a cobrir no que diz respeito ao risco coberto. Se a relação de cobertura deixa de cumprir com os requisitos da contabilidade de cobertura, os ganhos ou perdas acumulados pelas variações do risco de taxa de juro associado ao item de cobertura até à data da descontinuação da cobertura são amortizados por resultados pelo período remanescente do item coberto.

(iii) Cobertura de fluxos de caixa

As variações de justo valor dos derivados, que se qualificam para coberturas de fluxos de caixa, são reconhecidas em capitais próprios - reservas de fluxos de caixa na parte efectiva das relações de cobertura. As variações de justo valor da parcela inefectiva das relações de cobertura são reconhecidas por contrapartida de resultados, no momento em que ocorrem.

Os valores acumulados em capitais próprios são reclassificados para resultados do exercício nos períodos em que o item coberto afecta resultados.

No caso de uma cobertura da variabilidade dos fluxos de caixa, quando o instrumento de cobertura expira ou é alienado, ou quando a relação de cobertura deixa de cumprir os requisitos de contabilidade de cobertura, ou a relação de cobertura é revogada, a relação de cobertura é descontinuada prospectivamente. Desta forma, as variações de justo valor do derivado acumuladas em capitais próprios até à data da descontinuação da cobertura podem ser:

- Diferidas pelo prazo remanescente do instrumento coberto, ou;
- Reconhecidas de imediato em resultados do exercício, no caso de o instrumento coberto se ter extinguido.

No caso da descontinuação de uma relação de cobertura de uma transacção futura, as variações de justo valor do derivado registadas em capitais próprios mantêm-se aí reconhecidas até que a transacção futura seja reconhecida em resultados. Quando já não é expectável que a transacção ocorra, os ganhos ou perdas acumulados registados por contrapartida de capitais próprios são reconhecidos imediatamente em resultados.

(iv) Efectividade de cobertura

Para que uma relação de cobertura seja classificada como tal de acordo com a IAS 39, deve ser demonstrada a sua efectividade. Assim, o Grupo executa testes prospectivos na data de início da relação de cobertura, quando aplicável, e testes retrospectivos de modo a demonstrar em cada data de balanço a efectividade das relações de cobertura, mostrando que as alterações no justo valor do instrumento de cobertura são cobertas por alterações no item coberto no que diz respeito ao risco coberto. Qualquer inefectividade apurada é reconhecida em resultados no momento em que ocorre.

(v) Cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira

A cobertura de um investimento líquido numa entidade estrangeira é contabilizada de forma similar à cobertura de fluxos de caixa. Os ganhos e perdas cambiais resultantes do instrumento de cobertura são reconhecidos em capitais próprios na parte efectiva da relação de cobertura. A parte inefectiva é reconhecida em resultados do exercício. Os ganhos e perdas cambiais acumulados relativos ao investimento e à respectiva operação de cobertura registados em capitais próprios são transferidos para resultados do exercício no momento da venda da entidade estrangeira, como parte integrante do ganho ou perda resultante da alienação.

f) Reclassificação entre categorias de instrumentos financeiros

Em Outubro de 2008, o IASB emitiu a revisão da norma IAS 39 - Reclassificação de instrumentos financeiros ("Amendments to IAS 39 Financial Instruments: Recognition and Measurement and IFRS 7: Financial Instruments Disclosures"). Esta alteração veio permitir que uma entidade transfira instrumentos financeiros de Activos financeiros ao justo valor através de resultados - negociação para as carteiras de Activos financeiros disponíveis para venda, Crédito a clientes - Crédito titulado ou para Activos financeiros detidos até à maturidade ("Held-to-maturity"), desde que sejam verificados os requisitos enunciados na norma para o efeito, nomeadamente:

- Se um activo financeiro, na data da reclassificação, apresentar características de um instrumento de dívida para o qual não exista mercado activo; ou
- Quando se verificar algum evento que é incomum e altamente improvável que volte a ocorrer no curto prazo, isto é, esse evento puder ser considerado uma rara circunstância.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

O Grupo adoptou esta possibilidade para um conjunto de activos financeiros, conforme descrito na nota 22.

As transferências de activos financeiros reconhecidas na categoria de Activos financeiros disponíveis para venda para as categorias de Crédito a clientes - Crédito titulado e Activos financeiros detidos até à maturidade são permitidas.

g) Desreconhecimento

O Grupo desreconhece activos financeiros quando expiram todos os direitos aos fluxos de caixa futuros. Numa transferência de activos, o desreconhecimento apenas pode ocorrer quando substancialmente todos os riscos e benefícios dos activos financeiros foram transferidos ou o Grupo não mantém controlo dos mesmos.

O Grupo procede ao desreconhecimento de passivos financeiros quando estes são cancelados ou extintos.

h) Instrumentos de capital

Um instrumento financeiro é classificado como instrumento de capital quando não existe uma obrigação contratual de a sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro a terceiros, independentemente da sua forma legal, evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

Os custos de transacção directamente atribuíveis à emissão de instrumentos de capital são registados por contrapartida do capital próprio como uma dedução ao valor da emissão. Os valores pagos e recebidos pelas compras e vendas de instrumentos de capital são registados no capital próprio, líquidos dos custos de transacção.

As acções preferenciais emitidas pelo Grupo são classificadas como capital quando o reembolso ocorre apenas por opção do Grupo e os dividendos são pagos pelo Grupo numa base discricionária.

Os rendimentos de instrumentos de capital (dividendos) são reconhecidos quando o direito ao seu recebimento é estabelecido e deduzidos ao capital próprio.

i) Instrumentos financeiros compostos

Os instrumentos financeiros que contenham um passivo financeiro e uma componente de capital (ex.: obrigações convertíveis) são classificados como instrumentos financeiros compostos. Para os instrumentos financeiros classificados como instrumentos compostos, os termos da sua conversão para acções ordinárias (número de acções) não podem variar em função de alterações do seu justo valor. A componente de passivo financeiro corresponde ao valor actual dos reembolsos de capital e juros futuros descontados à taxa de juro de mercado, aplicável a passivos financeiros similares que não possuam nenhuma opção de conversão. A componente de capital corresponde à diferença entre o valor recebido da emissão e o valor atribuído ao passivo financeiro. Os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado através do método da taxa de juro efectiva. Os juros são reconhecidos em margem financeira.

j) Empréstimo de títulos e transacções com acordo de recompra

(i) Empréstimo de títulos

Os títulos cedidos através de acordos de empréstimo de títulos continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. O montante recebido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um passivo financeiro. Os títulos obtidos através de acordos de empréstimo de títulos não são reconhecidos patrimonialmente. O montante cedido pelo empréstimo de títulos é reconhecido como um débito para com clientes ou instituições financeiras. Os proveitos ou custos resultantes de empréstimo de títulos são periodificados durante o período das operações e são incluídos em juros e proveitos ou custos equiparados (margem financeira).

(ii) Acordos de recompra

O Grupo realiza compras/vendas de títulos com acordo de revenda/recompra de títulos substancialmente idênticos numa data futura a um preço previamente definido. Os títulos adquiridos que estiverem sujeitos a acordos de revenda numa data futura não são reconhecidos em balanço. Os montantes pagos são reconhecidos em crédito a clientes ou aplicações em instituições de crédito. Os valores a receber são colateralizados pelos títulos associados. Os títulos vendidos através de acordos de recompra continuam a ser reconhecidos no balanço e são reavaliados de acordo com a política contabilística da categoria a que pertencem. Os recebimentos da venda de investimentos são considerados como depósitos de clientes ou de outras instituições de crédito.

A diferença entre as condições de compra/venda e as de revenda/recompra é periodificada durante o período das operações e é registada em juros e proveitos ou custos equiparados.

k) Activos não correntes detidos para venda e operações em descontinuação

Os activos não correntes, grupos de activos não correntes detidos para venda (grupos de activos em conjunto com os respectivos passivos, que incluem pelo menos um activo não corrente) e operações em descontinuação são classificados como detidos para venda quando existe a intenção de alienar os referidos activos e passivos e os activos ou grupos de activos estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é muito provável.

O Grupo também classifica como activos não correntes detidos para venda os activos não correntes ou grupos de activos adquiridos apenas com o objectivo de venda posterior, que estão disponíveis para venda imediata e cuja venda é muito provável.

Imediatamente antes da sua classificação como activos não correntes detidos para venda, a mensuração de todos os activos não correntes e todos os activos e passivos incluídos num grupo de activos para venda é efectuada de acordo com as IFRS aplicáveis. Após a sua reclassificação, estes activos ou grupos de activos são mensurados ao menor entre o seu custo e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

As operações em descontinuação e as subsidiárias adquiridas exclusivamente com o objectivo de venda no curto prazo são consolidadas até ao momento da sua venda.

O Grupo classifica igualmente em activos não correntes detidos para venda os imóveis detidos por recuperação de crédito, que se encontram mensurados inicialmente pelo menor entre o seu justo valor líquido de despesas e o valor contabilístico do crédito existente na data em que foi efectuada a dação ou arrematação judicial do bem.

O justo valor é baseado no valor de mercado, sendo este determinado com base no preço expectável de venda obtido através de avaliações periódicas efectuadas pelo Grupo.

A mensuração subsequente destes activos é efectuada ao menor do seu valor contabilístico e o correspondente justo valor, líquido de despesas, não sendo sujeitos a amortização. Caso existam perdas não realizadas, estas são registadas como perdas de imparidade por contrapartida de resultados do exercício.

l) Locação financeira

Na óptica do locatário os contratos de locação financeira são registados na data do seu início como activo e passivo pelo justo valor da propriedade locada, que é equivalente ao valor actual das rendas de locação vincendas.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital. Os encargos financeiros são imputados aos períodos durante o prazo de locação, a fim de produzir uma taxa de juro periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo para cada período.

Na óptica do locador os activos detidos sob locação financeira são registados no balanço como capital em locação pelo valor equivalente ao investimento líquido de locação financeira.

As rendas são constituídas pelo proveito financeiro e pela amortização financeira do capital.

O reconhecimento do resultado financeiro reflecte uma taxa de retorno periódica constante sobre o investimento líquido remanescente do locador.

m) Reconhecimento de juros

Os resultados referentes a juros de instrumentos financeiros activos e passivos mensurados ao custo amortizado são reconhecidos nas rubricas de juros e proveitos similares ou juros e custos similares (margem financeira), pelo método da taxa de juro efectiva. Os juros à taxa efectiva de activos financeiros disponíveis para venda também são reconhecidos em margem financeira assim como dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

A taxa de juro efectiva corresponde à taxa que desconta os pagamentos ou recebimentos futuros estimados durante a vida esperada do instrumento financeiro (ou, quando apropriado, por um período mais curto) para o valor líquido actual de balanço do activo ou passivo financeiro.

Para a determinação da taxa de juro efectiva, o Grupo procede à estimativa dos fluxos de caixa futuros considerando todos os termos contratuais do instrumento financeiro (por exemplo opções de pagamento antecipado), não considerando eventuais perdas por imparidade. O cálculo inclui as comissões pagas ou recebidas consideradas como parte integrante da taxa de juro efectiva, custos de transacção e todos os prémios ou descontos directamente relacionados com a transacção, excepto para activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados.

No caso de activos financeiros ou grupos de activos financeiros semelhantes para os quais foram reconhecidas perdas por imparidade, os juros registados em resultados são determinados com base na taxa de juro utilizada para desconto de fluxos de caixa futuros na mensuração da perda por imparidade.

Especificamente no que diz respeito à política de registo dos juros de crédito vencido são considerados os seguintes aspectos:

- Os juros de créditos vencidos com garantias reais até que seja atingido o limite de cobertura prudentemente avaliado são registados por contrapartida de resultados de acordo com a IAS 18 no pressuposto de que existe uma razoável probabilidade da sua recuperação; e
- Os juros já reconhecidos e não pagos relativos a crédito vencido há mais de 90 dias que não esteja coberto por garantia real são anulados, sendo os mesmos apenas reconhecidos quando recebidos por se considerar, no âmbito da IAS 18, que a sua recuperação é remota.

Para os instrumentos financeiros derivados, com excepção daqueles que forem classificados como instrumentos de cobertura do risco de taxa de juro, a componente de juro não é autonomizada das alterações no seu justo valor, sendo classificada como Resultados de operações de negociação e cobertura. Para derivados de cobertura do risco de taxa de juro e associados a activos financeiros ou passivos financeiros reconhecidos na categoria de "Fair Value Option", a componente de juro é reconhecida em Juros e proveitos equiparados ou em Juros e custos equiparados (margem financeira).

n) Reconhecimento de proveitos resultantes de serviços e comissões

Os proveitos resultantes de serviços e comissões são reconhecidos de acordo com os seguintes critérios:

- quando são obtidos à medida que os serviços são prestados, o seu reconhecimento em resultados é efectuado no período a que respeitam;
- quando resultam de uma prestação de serviços, o seu reconhecimento é efectuado quando o referido serviço está concluído.

Quando são uma parte integrante da taxa de juro efectiva de um instrumento financeiro, os proveitos resultantes de serviços e comissões são registados na margem financeira.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

o) Resultados de operações financeiras (Resultados em operações de negociação e de cobertura e Resultados de activos financeiros disponíveis para venda)

O Resultado de operações financeiras reflecte os ganhos e perdas dos activos e passivos financeiros ao justo valor através de resultados, isto é, variações de justo valor e juros de derivados de negociação e de derivados embutidos, assim como os dividendos recebidos associados a estas carteiras. Inclui igualmente, os resultados do reconhecimento das perdas por imparidade, dividendos e mais ou menos-valias das alienações de activos financeiros disponíveis para venda. As variações de justo valor dos derivados afectos a carteiras de cobertura e dos itens cobertos, quando aplicável a cobertura de justo valor, também aqui são reconhecidas.

p) Actividades fiduciárias

Os activos detidos no âmbito de actividades fiduciárias não são reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo. Os resultados obtidos com serviços e comissões provenientes destas actividades são reconhecidos na demonstração de resultados no período em que ocorrem.

q) Outros activos tangíveis

Os outros activos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das respectivas amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para o Grupo. As despesas com manutenção e reparação são reconhecidas como custo à medida que são incorridas de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o maior entre o valor de uso e o valor realizável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes, de acordo com os seguintes períodos de vida útil esperada:

	<u>Número de anos</u>
Imóveis	50
Obras em edifícios alheios	10
Equipamento	4 a 12
Outras imobilizações	3

Sempre que exista uma indicação de que um activo fixo tangível possa ter imparidade, é efectuada uma estimativa do seu valor recuperável, devendo ser reconhecida uma perda por imparidade sempre que o valor líquido desse activo exceda o valor recuperável.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido de custos de venda e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa estimados futuros que se espera vir a obter com o uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

As perdas por imparidade de activos fixos tangíveis são reconhecidas em resultados do exercício.

r) Propriedades de investimento

Os imóveis detidos pelos fundos de investimento consolidados pelo Grupo são reconhecidos como propriedades de investimento, dado que estes imóveis têm como objectivo a valorização do capital a longo prazo e não a venda a curto prazo, nem são destinados à venda no curso ordinário do negócio nem para sua utilização.

Estes investimentos são inicialmente reconhecidos ao custo de aquisição, incluindo os custos de transacção, e subsequentemente são reavaliados ao justo valor. O justo valor da propriedade de investimento deve reflectir as condições de mercado à data do balanço. As variações de justo valor são reconhecidas em resultados do exercício na rubrica de Outros proveitos operacionais.

s) Activos intangíveis

Encargos com projectos de investigação e desenvolvimento

O Grupo não procede à capitalização de despesas de investigação e desenvolvimento. Todos os encargos são registados como custo no exercício em que ocorrem.

Software

O Grupo regista em activos intangíveis os custos associados ao *software* adquirido a entidades terceiras e procede à sua amortização linear pelo período de vida útil estimado em 3 anos. O Grupo não capitaliza custos gerados internamente relativos ao desenvolvimento de *software*.

t) Caixa e equivalentes de caixa

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a caixa e seus equivalentes englobam os valores registados no balanço com maturidade inferior a três meses a contar da data de balanço, onde se incluem a caixa e as disponibilidades em outras instituições de crédito.

A caixa e equivalentes de caixa excluem os depósitos de natureza obrigatória realizados junto de bancos centrais.

u) Offsetting

Os activos e passivos financeiros são compensados e reconhecidos pelo seu valor líquido em balanço quando o Grupo tem um direito legal de compensar os valores reconhecidos e as transacções podem ser liquidadas pelo seu valor líquido.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

v) *Transacções em moeda estrangeira*

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes da conversão são reconhecidas em resultados. Os activos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao custo histórico são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos não monetários registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor é determinado e reconhecido por contrapartida de resultados, com excepção daqueles reconhecidos em activos financeiros disponíveis para venda, cuja diferença é registada por contrapartida de capitais próprios.

w) *Benefícios a empregados*

Plano de benefícios definidos

O Grupo tem a responsabilidade de pagar aos seus colaboradores pensões de reforma por velhice, pensões de reforma por invalidez e pensões de sobrevivência, nos termos do estabelecido nas duas convenções colectivas de trabalho que outorgou. Estes benefícios estão previstos nos planos de pensões "Plano ACT" e "Plano ACTQ" do "Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português", os quais correspondem ao plano base das referidas convenções colectivas (condições previstas no sistema de segurança social privado do sector bancário para a constituição do direito ao recebimento de uma pensão).

A par dos benefícios previstos nos dois planos acima referidos, o Grupo assumiu a responsabilidade, desde que verificadas determinadas condições em cada exercício, de atribuir complementos de reforma aos colaboradores do Grupo, tendo em conta as especificidades dos instrumentos da regulamentação colectiva e a situação previdencial de cada um (Plano Complementar).

A responsabilidade líquida do Grupo com planos de reforma (planos de benefício definido) é estimada semestralmente, com referência a 31 de Dezembro e 30 de Junho de cada ano.

A partir de 1 de Janeiro de 2011, os empregados bancários serão integrados no Regime Geral da Segurança Social, que passará a assegurar a protecção dos colaboradores nas eventualidades de maternidade, paternidade, adopção e ainda de velhice, permanecendo sob a responsabilidade dos bancos a protecção na doença, invalidez, sobrevivência e morte (Decreto-Lei n.º 1-A/2011, de 3 de Janeiro).

A taxa contributiva será de 26,6% cabendo 23,6% à entidade empregadora e 3% aos trabalhadores, em substituição da Caixa de Abono de Família dos Empregados Bancários (CAFEB) que é extinta por aquele mesmo diploma. Em consequência desta alteração o direito à pensão dos empregados no activo passa a ser coberto nos termos definidos pelo Regime Geral da Segurança Social, tendo em conta o tempo de serviço prestado de 1 de Janeiro de 2011 até à idade da reforma, passando os bancos a suportar o diferencial necessário para a pensão garantida nos termos do Acordo Colectivo de Trabalho.

O Grupo optou na data da transição para as IFRS, 1 de Janeiro de 2004, pela aplicação retrospectiva da IAS 19, tendo efectuado o recálculo das responsabilidades com o fundo de pensões e dos respectivos ganhos e perdas actuariais, cujo diferimento é efectuado de acordo com o método do corredor definido nesta Norma. O cálculo actuarial é efectuado com base no método de crédito da unidade projectada e utilizando pressupostos actuariais e financeiros de acordo com os parâmetros exigidos pela IAS 19.

Os custos de serviço corrente e o custo dos juros resultante do 'unwinding' dos passivos do plano deduzidos do retorno esperado dos activos do plano são registados por contrapartida de custos operacionais.

A responsabilidade líquida do Grupo relativa ao plano de pensões de benefício definido é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor de benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e em períodos passados. O benefício é descontado de forma a determinar o seu valor actual, sendo aplicada a taxa de desconto correspondente à taxa de obrigações de alta qualidade de sociedades com maturidade semelhante à data do termo das obrigações do plano. A responsabilidade líquida é determinada após a dedução do justo valor dos activos do Fundo de Pensões.

Outros benefícios que não de pensões, nomeadamente os encargos de saúde dos colaboradores na situação de reforma e benefícios atribuíveis ao cônjuge e descendentes por morte antes da reforma são igualmente considerados no cálculo das responsabilidades.

Os custos resultantes de reformas antecipadas e os respectivos ganhos e perdas actuariais são registados por contrapartida de resultados no exercício em que as reformas antecipadas são aprovadas e comunicadas.

De acordo com o método do corredor, os ganhos e perdas actuarias não reconhecidos que excedam 10% do maior entre o valor actual das obrigações definidas e o justo valor dos activos do Fundo são registados por contrapartida de resultados pelo período correspondente à vida útil remanescente estimada dos colaboradores no activo.

Os pagamentos aos fundos são efectuados anualmente por cada empresa do Grupo de acordo com um plano de contribuições determinado de forma a assegurar a solvência do fundo, incluindo a cobertura do Plano Complementar. O financiamento mínimo das responsabilidades é de 100% para as pensões em pagamento e 95% para os serviços passados do pessoal no activo.

Plano de contribuição definida

Para o Plano de contribuição definida, aplicável ao Plano Complementar, as responsabilidades relativas ao benefício atribuível aos colaboradores do Grupo são reconhecidas como um custo do exercício quando devidas.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Planos de remuneração com acções

À data de 30 de Junho de 2011 não se encontra em vigor nenhum plano de remuneração com acções.

Remuneração variável paga aos colaboradores

Compete ao Conselho de Administração Executivo fixar os respectivos critérios de alocação a cada colaborador, sempre que a mesma seja atribuída.

A remuneração variável atribuída aos colaboradores é registada por contrapartida de resultados no exercício a que dizem respeito.

x) Impostos sobre lucros

O Grupo está sujeito ao regime estabelecido no Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC). Adicionalmente são registados impostos diferidos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados contabilísticos e os resultados fiscalmente aceites para efeitos de IRC sempre que haja uma probabilidade razoável de que tais impostos venham a ser pagos ou recuperados no futuro.

Os impostos sobre lucros registados em resultados incluem o efeito dos impostos correntes e impostos diferidos. O imposto é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando relacionado com itens que sejam movimentados em capitais próprios, facto que implica o seu reconhecimento em capitais próprios. Os impostos diferidos reconhecidos nos capitais próprios decorrentes da reavaliação de activos financeiros disponíveis para venda e de derivados de cobertura de fluxos de caixa são posteriormente reconhecidos em resultados no momento em que forem reconhecidos em resultados os ganhos e perdas que lhes deram origem.

Os impostos correntes correspondem ao valor que se apura relativamente ao rendimento tributável do exercício, utilizando a taxa de imposto em vigor ou substancialmente aprovada pelas autoridades à data de balanço e quaisquer ajustamentos aos impostos de exercícios anteriores.

Os impostos diferidos são calculados, de acordo com o método do passivo com base no balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a sua base fiscal, utilizando as taxas de imposto aprovadas ou substancialmente aprovadas à data de balanço e que se espera que venham a ser aplicadas quando as diferenças temporárias se reverterem.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais (incluindo prejuízos fiscais reportáveis).

O Grupo procede, conforme estabelecido na IAS 12, parágrafo 74, à compensação dos activos e passivos por impostos diferidos sempre que: (i) tenha o direito legalmente executável de compensar activos por impostos correntes e passivos por impostos correntes; e (ii) os activos e passivos por impostos diferidos se relacionarem com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal sobre a mesma entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis que pretendam liquidar passivos e activos por impostos correntes numa base líquida, ou realizar os activos e liquidar os passivos simultaneamente, em cada período futuro em que os passivos ou activos por impostos diferidos se esperem que sejam liquidados ou recuperados.

y) Relato por segmentos

O Grupo determina e apresenta segmentos operacionais baseados na informação de gestão produzida internamente.

Um segmento operacional de negócio é uma componente identificável do Grupo que se destina a fornecer um produto ou serviço individual ou um grupo de produtos ou serviços relacionados, dentro de um ambiente económico específico e que esteja sujeito a riscos e benefícios que sejam diferenciáveis de outros, que operem em ambientes económicos diferentes. O Grupo controla a sua actividade através dos seguintes segmentos operacionais principais:

Portugal

- Banca de Retalho;
- Banca de Empresas;
- Private Banking e Gestão de Activos;
- Corporate Banking e Banca de Investimento.

Actividade no Estrangeiro

- Polónia;
- Grécia;
- Angola;
- Moçambique.

O agregado Outros inclui a actividade não alocada aos segmentos anteriormente referidos, nomeadamente a desenvolvida pelas subsidiárias na Roménia, Suíça, Cayman e EUA.

z) Provisões

São reconhecidas provisões quando (i) o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou decorrente de práticas passadas ou políticas publicadas que impliquem o reconhecimento de certas responsabilidades), (ii) seja provável que o seu pagamento venha a ser exigido e (iii) quando possa ser feita uma estimativa fiável do valor dessa obrigação.

As provisões são revistas no final de cada data de reporte e ajustadas para reflectir a melhor estimativa, sendo revertidas por resultados na proporção dos pagamentos que não sejam prováveis.

As provisões são desreconhecidas através da sua utilização para as obrigações para as quais foram inicialmente constituídas ou nos casos em que estas deixem de se observar.

aa) Resultado por acção

Os resultados por acção básicos são calculados dividindo o resultado líquido atribuível a accionistas do Grupo pelo número médio ponderado de acções ordinárias emitidas, excluindo o número médio de acções ordinárias compradas pelo Grupo e detidas como acções próprias.

Para o resultado por acção diluído, o número médio de acções ordinárias emitidas é ajustado para assumir a conversão de todas as potenciais acções ordinárias tratadas como diluidoras. Emissões contingentes ou potenciais são tratadas como diluidoras quando a sua conversão para acções faz decrescer o resultado por acção.

Se o resultado por acção for alterado em resultado de uma emissão a prémio ou desconto ou outro evento que altere o número potencial de acções ordinárias ou alterações nas políticas contabilísticas, o cálculo do resultado por acção para todos os períodos apresentados é ajustado retrospectivamente.

ab) Contratos de seguro

Classificação

O Grupo emite contratos que incluem risco seguro, risco financeiro ou uma combinação dos riscos seguro e financeiro. Um contrato em que o Grupo aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensar o segurado no caso de um acontecimento futuro incerto específico afectar adversamente o segurado é classificado como um contrato de seguro.

Um contrato emitido pelo Grupo cujo risco seguro transferido não é significativo, mas cujo o risco financeiro transferido é significativo com participação nos resultados discricionária, é considerado como um contrato de investimento e reconhecido e mensurado de acordo com as políticas contabilísticas aplicáveis aos contratos de seguro. Um contrato emitido pelo Grupo que transfere apenas risco financeiro, sem participação nos resultados discricionária, é registado como um instrumento financeiro.

Reconhecimento e mensuração

Os prémios de apólices de seguro de vida e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária e que são considerados como contratos de longa duração, são reconhecidos como proveitos quando devidos pelos tomadores de seguro. Os benefícios e outros custos são reconhecidos em simultâneo com o reconhecimento dos proveitos ao longo da vida dos contratos. Esta especialização é efectuada através da constituição de provisões/responsabilidades de contratos de seguros e contratos de investimento com participação nos resultados discricionária.

As responsabilidades correspondem ao valor actual dos benefícios futuros a pagar, líquidos de despesas administrativas associadas directamente aos contratos, deduzidos dos prémios teóricos que seriam necessários para cumprir com os benefícios estabelecidos e as respectivas despesas. As responsabilidades são determinadas com base em pressupostos de mortalidade, despesas de gestão ou de investimento à data da avaliação.

Relativamente aos contratos cujo período de pagamento é significativamente mais reduzido do que o período do benefício, os prémios são diferidos e reconhecidos em resultados proporcionalmente ao período de duração da cobertura do risco.

No que respeita aos contratos de curta duração, nomeadamente contratos do ramo não vida, os prémios são registados no momento da sua emissão. O prémio é reconhecido como proveito adquirido numa base pro-rata durante o período de vigência do contrato. A provisão para prémios não adquiridos representa o montante dos prémios emitidos relativos aos riscos não decorridos.

Prémios

Os prémios brutos emitidos são registados como proveitos no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização dos exercícios.

Os prémios de resseguro cedido são registados como custos no exercício a que respeitam da mesma forma que os prémios brutos emitidos.

Provisão para prémios não adquiridos de seguro directo e resseguro cedido

A provisão para prémios não adquiridos é baseada na avaliação dos prémios emitidos antes do final do exercício, mas com vigência após essa data. A sua determinação é efectuada mediante a aplicação do método "pro rata temporis", por cada recibo em vigor.

Teste de adequação das responsabilidades

À cada data de reporte, o Grupo procede à avaliação da adequação das responsabilidades decorrentes de contratos de seguro e de contratos de investimento com participação nos resultados discricionária. A avaliação da adequação das responsabilidades é efectuada tendo por base a projecção dos cash flows futuros associados a cada contrato, descontados à taxa de juro de mercado sem risco. Esta avaliação é efectuada produto a produto ou agregada quando os riscos dos produtos são similares ou geridos de forma conjunta. Qualquer deficiência, se existir, é registada nos resultados do Grupo quando determinada.

ac) Estimativas contabilísticas na aplicação das políticas contabilísticas

As IFRS estabeleceram um conjunto de tratamentos contabilísticos que requerem que o Conselho de Administração Executivo utilize o julgamento e faça as estimativas necessárias de forma a decidir qual o tratamento contabilístico mais adequado. As principais estimativas contabilísticas e julgamentos utilizados na aplicação dos princípios contabilísticos pelo Grupo são analisadas nos parágrafos seguintes, no sentido de melhorar o entendimento de como a sua aplicação afecta os resultados reportados do Grupo e a sua divulgação.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Considerando que em algumas situações as normas contabilísticas permitem um tratamento contabilístico alternativo em relação ao adoptado pelo Conselho de Administração Executivo, os resultados reportados pelo Grupo poderiam ser diferentes caso um tratamento diferente fosse escolhido. O Conselho de Administração Executivo considera que os critérios adoptados são apropriados e que as demonstrações financeiras apresentam de forma adequada a posição financeira do Grupo e das suas operações em todos os aspectos materialmente relevantes.

Os resultados das alternativas analisadas de seguida são apresentados apenas para assistir o leitor no entendimento das demonstrações financeiras e não têm intenção de sugerir que outras alternativas ou estimativas são mais apropriadas.

Imparidade dos activos financeiros disponíveis para venda

O Grupo determina que existe imparidade nos seus activos financeiros disponíveis para venda quando existe uma desvalorização continuada ou de valor significativo no seu justo valor. A determinação de uma desvalorização continuada ou de valor significativo requer julgamento. No julgamento efectuado, o Grupo avalia, entre outros factores, a volatilidade normal dos preços dos activos financeiros.

Adicionalmente, as avaliações são obtidas através de preços de mercado ou de modelos de avaliação, os quais requerem a utilização de determinados pressupostos ou julgamento no estabelecimento de estimativas de justo valor.

Metodologias alternativas e a utilização de diferentes pressupostos e estimativas poderiam resultar num nível diferente de perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Perdas por imparidade em créditos a clientes

O Grupo efectua uma revisão periódica da sua carteira de crédito de forma a avaliar a existência de perdas por imparidade, conforme referido na nota 1 c).

O processo de avaliação da carteira de crédito de forma a determinar se uma perda por imparidade deve ser reconhecida é sujeito a diversas estimativas e julgamentos. Este processo inclui factores como a probabilidade de incumprimento, as notações de risco, o valor dos colaterais associado a cada operação, as taxas de recuperação e as estimativas quer dos fluxos de caixa futuros, quer do momento do seu recebimento.

Metodologias alternativas e a utilização de outros pressupostos e estimativas poderiam resultar em níveis diferentes das perdas por imparidade reconhecidas, com o conseqüente impacto nos resultados consolidados do Grupo.

Justo valor dos instrumentos financeiros derivados

O justo valor é baseado em cotações de mercado, quando disponíveis, e na sua ausência é determinado com base na utilização de preços de transacções recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado ou com base em metodologias de avaliação, baseadas em técnicas de fluxos de caixa futuros descontados considerando as condições de mercado, o efeito do tempo, a curva de rentabilidade e factores de volatilidade. Estas metodologias podem requerer a utilização de pressupostos ou julgamentos na estimativa do justo valor.

Consequentemente, a utilização de diferentes metodologias ou de diferentes pressupostos ou julgamentos na aplicação de determinado modelo poderiam originar resultados financeiros diferentes daqueles reportados.

Securitizações e Entidades de Finalidade Especial (SPEs)

O Grupo patrocina a constituição de SPEs com o objectivo principal de efectuar operações de securitização de activos por motivos de liquidez e/ou de gestão de capital.

No âmbito da aplicação desta política e de acordo com a nota 21, foram incluídas no perímetro de consolidação as seguintes SPEs resultantes de operações de securitização: NovaFinance nº 4, Magellan nº 2, 3, 5 e 6, Kion nº1 e 2, Orchis Sp zo.o, Caravela SME nº 1 e 2 e Tagus Leasing. Por outro lado o Grupo não consolidou as seguintes SPEs igualmente resultantes das operações de securitização de crédito do Grupo: Magellan nº 1 e 4. Para estas SPEs, que estão desreconhecidas no balanço, concluiu-se que foram transferidos substancialmente os riscos e benefícios associados aos mesmos, uma vez que o Grupo não detém quaisquer títulos emitidos pelas SPEs em causa que tenham exposição à maioria dos riscos residuais, nem está de outra forma exposto à *performance* das correspondentes carteiras de crédito.

Impostos sobre os lucros

O Grupo encontra-se sujeito ao pagamento de impostos sobre lucros em diversas jurisdições. Para determinar o montante global de impostos sobre os lucros foi necessário efectuar determinadas interpretações e estimativas. Existem diversas transacções e cálculos para os quais a determinação dos impostos a pagar é incerta durante o ciclo normal de negócios.

Outras interpretações e estimativas poderiam resultar num nível diferente de impostos sobre os lucros, correntes e diferidos, reconhecidos no exercício.

As Autoridades Fiscais Portuguesas têm a possibilidade de rever o cálculo da matéria colectável efectuado pelo Banco e pelas suas subsidiárias residentes durante um período de quatro ou seis anos, no caso de haver prejuízos reportáveis. Desta forma, é possível que haja correcções à matéria colectável, resultantes principalmente de diferenças na interpretação da legislação fiscal, que pela sua probabilidade, o Conselho de Administração Executivo considera que não terão efeito materialmente relevante ao nível das demonstrações financeiras.

Pensões e outros benefícios a empregados

A determinação das responsabilidades pelo pagamento de pensões requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais, rentabilidade estimada dos investimentos e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades do plano de pensões.

Alterações a estes pressupostos poderiam ter um impacto significativo nos valores determinados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

2. Margem financeira e resultados em operações de negociação, cobertura e activos financeiros disponíveis para venda

As IFRS em vigor exigem a divulgação desagregada da margem financeira e dos resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, conforme apresentado nas notas 3, 6 e 7. Uma actividade de negócio específica pode gerar impactos quer na rubrica de resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda, quer nas rubricas da margem financeira, pelo que o requisito de divulgação, tal como apresentado, evidencia a contribuição das diferentes actividades de negócio para a margem financeira e para os resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda.

A análise conjunta destas rubricas é apresentada como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Margem financeira	1.196.787	1.091.759
Resultados em operações de negociação e de cobertura e em activos financeiros disponíveis para venda	<u>38.669</u>	<u>345.449</u>
	<u><u>1.235.456</u></u>	<u><u>1.437.208</u></u>

3. Margem financeira

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Juros e proveitos equiparados</i>		
Juros de crédito	2.294.229	1.954.800
Juros de títulos de negociação	96.581	72.371
Juros de outros activos financeiros		
ao justo valor através de resultados	-	42
Juros de activos financeiros disponíveis para venda	144.075	74.689
Juros de activos financeiros detidos até à maturidade	148.259	91.009
Juros de derivados de cobertura	197.960	198.163
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	49.001	68.635
Juros de depósitos e outras aplicações	<u>54.366</u>	<u>37.394</u>
	<u><u>2.984.471</u></u>	<u><u>2.497.103</u></u>
<i>Juros e custos equiparados</i>		
Juros de depósitos e outros recursos	1.254.064	826.479
Juros de títulos com acordo de recompra	12.809	12.177
Juros de títulos emitidos	390.687	394.391
Juros de derivados de cobertura	20.334	36.872
Juros de derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	10.522	10.512
Juros de outros passivos financeiros		
ao justo valor através de resultados	<u>99.268</u>	<u>124.913</u>
	<u><u>1.787.684</u></u>	<u><u>1.405.344</u></u>
Margem financeira	<u><u>1.196.787</u></u>	<u><u>1.091.759</u></u>

A rubrica de Juros de crédito inclui o montante de Euros 35.836.000 (30 de Setembro de 2010: Euros 24.576.000) relativo a comissões e outros custos/proveitos contabilizados de acordo com o método da taxa de juro efectiva, conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 c).

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

4. Rendimentos de instrumentos de capital

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Rendimentos de activos financeiros disponíveis		
para venda	1.320	35.435
Outros	34	35
	<u>1.354</u>	<u>35.470</u>

A rubrica Rendimentos de activos financeiros disponíveis para venda inclui dividendos e rendimentos de unidades de participação recebidos durante o período.

À data de 30 de Setembro de 2010, a referida rubrica incluía o montante de Euros 28.603.000 relativo a dividendos recebidos da Eureko, B.V.

5. Resultados de serviços e comissões

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Serviços e comissões recebidas:</i>		
Por garantias prestadas	81.793	74.173
Por compromissos perante terceiros	291	194
Por serviços bancários prestados	414.936	421.559
Comissões da actividade seguradora	682	451
Outras comissões	189.713	192.069
	<u>687.415</u>	<u>688.446</u>
<i>Serviços e comissões pagas:</i>		
Por garantias recebidas	3.687	1.531
Por compromissos assumidos perante terceiros	-	4
Por serviços bancários prestados por terceiros	62.200	60.859
Comissões da actividade seguradora	658	618
Outras comissões	26.330	23.611
	<u>92.875</u>	<u>86.623</u>
Resultados líquidos de serviços e comissões	<u>594.540</u>	<u>601.823</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

6. Resultados em operações de negociação e de cobertura

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Lucros em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	16.720.661	7.116.632
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	25.046	28.445
Rendimento variável	5.731	4.986
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	32.078	27.928
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	67.117	138.155
Outros instrumentos financeiros derivados	1.561.971	3.811.111
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	183.881	264.745
Recompras de emissões próprias	93.542	18.969
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	830.435	427.224
Instrumentos cobertos	163.660	26.057
Outras operações	113.097	5.551
	<u>19.797.219</u>	<u>11.869.803</u>
<i>Prejuízos em operações de negociação e de cobertura</i>		
Operações cambiais	16.608.986	7.032.009
Operações com instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados		
Detidos para Negociação		
Carteira de Títulos		
Rendimento fixo	151.089	30.665
Rendimento variável	7.235	4.228
Certificados e valores mobiliários estruturados emitidos	12.374	26.603
Derivados associados a instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	146.049	182.249
Outros instrumentos financeiros derivados	1.594.370	3.809.838
Outros instrumentos financeiros valorizados ao justo valor através de resultados	82.320	13.820
Recompras de emissões próprias	2.718	3.533
Contabilidade de cobertura		
Derivados de cobertura	747.907	205.191
Instrumentos cobertos	229.971	205.268
Outras operações	195.123	2.170
	<u>19.778.142</u>	<u>11.515.574</u>
Resultados líquidos em operações de negociação e de cobertura	<u>19.077</u>	<u>354.229</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

7. Resultados em activos financeiros disponíveis para venda

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Lucros em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	10.555	6.307
Rendimento variável	30.478	5.107
Prejuízos em operações com activos financeiros disponíveis para venda		
Rendimento fixo	(17.690)	(7.093)
Rendimento variável	(3.751)	(13.101)
Resultados em activos financeiros disponíveis para venda	<u>19.592</u>	<u>(8.780)</u>

A rubrica Lucro em operações com activos financeiros disponíveis para venda - Rendimento variável - inclui, em 30 de Setembro de 2011, o montante de Euros 24.480.000 relativo ao ajustamento do preço de venda das acções da Eureko, B.V. alienadas ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português, em resultado da avaliação efectuada durante o 1º trimestre de 2011, conforme estabelecido contratualmente.

8. Outros proveitos de exploração

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Proveitos</i>		
Prestação de serviços	23.764	27.668
Venda de cheques e outros	12.860	14.501
Outros proveitos de exploração	28.347	9.694
	<u>64.971</u>	<u>51.863</u>
<i>Custos</i>		
Impostos	22.982	20.624
Donativos e quotizações	3.438	4.094
Outros custos de exploração	40.377	14.854
	<u>66.797</u>	<u>39.572</u>
	<u>(1.826)</u>	<u>12.291</u>

9. Custos com o pessoal

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Remunerações	450.625	463.487
Encargos sociais obrigatórios	130.752	160.709
Encargos sociais facultativos	32.540	21.079
Outros custos	8.993	8.076
	<u>622.910</u>	<u>653.351</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

10. Outros gastos administrativos

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Água, energia e combustíveis	16.720	15.376
Material de consumo corrente	5.197	5.471
Rendas e alugueres	112.841	113.937
Comunicações	29.716	32.202
Deslocações, estadas e representações	9.564	10.896
Publicidade	28.511	33.413
Conservação e reparação	28.942	29.662
Cartões e crédito imobiliário	10.884	11.704
Estudos e consultas	12.744	15.595
Informática	16.790	20.653
<i>Outsourcing</i> e trabalho independente	64.612	66.781
Outros serviços especializados	21.877	24.078
Formação do pessoal	1.753	2.216
Seguros	13.611	14.310
Contencioso	8.940	5.831
Transportes	7.910	7.578
Outros fornecimentos e serviços	35.678	36.695
	426.290	446.398

11. Amortizações do exercício

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis:</i>		
'Software'	11.482	13.547
Outros activos intangíveis	270	7
	11.752	13.554
<i>Outros activos tangíveis:</i>		
Imóveis	30.402	35.583
Equipamento		
Mobiliário	3.396	4.479
Máquinas	2.156	2.103
Equipamento informático	12.542	16.167
Instalações interiores	2.952	3.323
Viaturas	2.290	2.300
Equipamento de segurança	1.914	2.106
Outros activos tangíveis	3.011	4.042
	58.663	70.103
	70.415	83.657

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

12. Imparidade do crédito

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Aplicações em instituições de crédito:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	-	1.791
Reversão do período	(2.846)	-
	<u>(2.846)</u>	<u>1.791</u>
<i>Crédito concedido a clientes:</i>		
Crédito concedido		
Dotação do período	1.001.028	922.260
Reversão do período	(221.925)	(350.883)
Recuperações de crédito e de juros	(12.257)	(23.267)
	<u>766.846</u>	<u>548.110</u>
	<u>764.000</u>	<u>549.901</u>

A rubrica Imparidade do crédito regista a estimativa de perdas incorridas determinadas de acordo com a avaliação da evidência objectiva de imparidade, conforme referida na política contabilística descrita na nota 1 c).

13. Outras provisões

O valor desta rubrica é composto por:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência		
Dotação do período	572	730
Reversão do período	-	(238)
Provisões para garantias e outros compromissos		
Dotação do período	6.588	7.867
Reversão do período	(10.420)	(13.788)
Outras provisões para riscos e encargos		
Dotação do período	2.928	28.860
Reversão do período	(36.860)	(5.036)
	<u>(37.192)</u>	<u>18.395</u>

14. Resultados por equivalência patrimonial

Os principais contributos na rubrica de rendimento de participações financeiras pelo método de apropriação por equivalência patrimonial são analisados como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Grupo Millenniumbcp Ageas	6.879	54.232
Outras empresas	(4.846)	(1.027)
	<u>2.033</u>	<u>53.205</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

15. Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos

A rubrica Resultados de alienação de subsidiárias e outros activos corresponde em 30 de Setembro de 2011 e 2010, às menos valias decorrentes da venda de imóveis detidos pelo Grupo e classificados como activos não correntes detidos para venda.

16. Impostos

O encargo com impostos sobre lucros com referência a 2011 e 2010 é analisado como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Imposto corrente		
Ano actual	57.030	42.503
Correcção de exercícios anteriores	46	-
	<u>57.076</u>	<u>42.503</u>
Imposto diferido		
Criação e reversão de diferenças temporárias	(244.341)	(67.337)
Efeito de alterações de taxa	-	(3.446)
Prejuízos fiscais reconhecidos / (utilizados)	(3.029)	52.388
	<u>(247.370)</u>	<u>(18.395)</u>
	<u>(190.294)</u>	<u>24.108</u>

A reconciliação da taxa de imposto decorrente dos efeitos permanentes antes referidos é analisada como segue:

	Set 2011		Set 2010	
	%	Euros '000	%	Euros '000
Lucro antes de impostos		(67.120)		284.005
Taxa de imposto corrente	29,0%	19.465	26,5%	(75.261)
Derrama estadual	0,0%	-	0,2%	(565)
Efeito das taxas de imposto no estrangeiro e na Região Autónoma da Madeira	17,2%	11.560	-2,0%	5.717
Acréscimos para efeitos de apuramento do lucro tributável	-68,1%	(45.688)	14,7%	(41.632)
Deduções para efeitos de apuramento do lucro tributável	130,8%	87.804	-33,3%	94.559
Benefícios fiscais não reconhecidos em resultados	11,2%	7.512	-0,5%	1.321
Efeito dos prejuízos fiscais utilizados / reconhecidos	-0,7%	(502)	2,3%	(6.411)
Efeito de impostos diferidos reconhecidos	173,4%	116.380	0,2%	(456)
Diferença de taxa no imposto diferido	-7,8%	(5.210)	0,2%	(562)
Correcções de anos anteriores	0,9%	590	0,0%	
Tributações autónomas	-2,4%	(1.617)	0,3%	(818)
	<u>283,5%</u>	<u>190.294</u>	<u>8,6%</u>	<u>(24.108)</u>

O montante de impostos diferidos em resultados em 30 de Setembro de 2011 e 2010 é atribuível a diferenças temporárias resultantes das seguintes rubricas:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	429	(313)
Outros activos tangíveis	(6.414)	(1.885)
Perdas por imparidade	(245.647)	(15.584)
Pensões de reforma	29.111	19.373
Derivados	323	(879)
Imputação de lucros	(21.391)	47.582
Prejuízos fiscais reportáveis	(3.029)	(32.350)
Outros	(752)	(34.339)
Impostos diferidos	<u>(247.370)</u>	<u>(18.395)</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

17. Resultado por acção

Os resultados por acção são calculados da seguinte forma:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido do período atribuível aos accionistas do Banco	59.384	217.410
Dividendos de outros instrumentos de capital	(40.373)	(75.170)
Resultado líquido ajustado	19.011	142.240
Nº médio de acções	5.939.064.865	5.050.428.156
Resultado por acção básico (Euros)	0,00	0,04
Resultado por acção diluído (Euros)	0,00	0,04

Concretizou-se em Junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) 990.147.000 euros, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) 259.852.986 euros, através da emissão de 721.813.850 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de 0,36 Euros, com reserva de preferência dos accionistas, no exercício dos respectivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 49/2010 de 19 de Maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por acções sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de accionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por acções sem valor nominal.

O número médio de acções acima indicado resultou do número de acções existentes no início de cada ano, ajustado pelo número de acções readquiridas ou emitidas no período, depois de ponderado pelo factor tempo. No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu três tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos que, em termos agregados totalizam Euros 1.000.000.000, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32.

A rubrica Dividendos de outros instrumentos de capital inclui os dividendos distribuídos das seguintes emissões:

a) Duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company Ltd e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.

- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

b) Três emissões de Valores mobiliários perpétuos analisados conforme segue:

- Em Junho de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Agosto de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

- Em Dezembro de 2009, conforme referido na nota 40, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000, tendo sido tratados como instrumento de capital.

Estas emissões foram trocadas no âmbito da oferta pública de troca de Valores mobiliários perpétuos por acções, efectuada em 2011. O valor não trocado ascende a Euros 9.853.000.

O efeito das distribuições efectuadas para os referidos instrumentos apenas afectou os resultados por acção até à data da sua conversão em acções ordinárias.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

18. Caixa e disponibilidades em bancos centrais

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Caixa	644.353	693.422
Bancos centrais	<u>1.145.902</u>	<u>790.840</u>
	<u><u>1.790.255</u></u>	<u><u>1.484.262</u></u>

A rubrica Bancos centrais inclui o saldo junto dos bancos centrais dos países em que o Grupo opera, com vista a satisfazer as exigências legais de reservas mínimas de caixa, calculadas com base no montante dos depósitos e outras responsabilidades efectivas. O regime de constituição de reservas de caixa, de acordo com as directrizes do Sistema Europeu de Bancos Centrais da Zona do Euro obriga à manutenção de um saldo em depósito junto do Banco Central, equivalente a 2% sobre o montante médio dos depósitos e outras responsabilidades, ao longo de cada período de constituição de reservas. Esta taxa é diferente para países fora da Zona Euro.

19. Disponibilidades em outras instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Em instituições de crédito no país	2.779	3.044
Em instituições de crédito no estrangeiro	1.307.163	879.207
Valores a cobrar	<u>242.336</u>	<u>376.774</u>
	<u><u>1.552.278</u></u>	<u><u>1.259.025</u></u>

A rubrica Valores a cobrar representa, essencialmente, cheques sacados por terceiros sobre outras instituições de crédito e que se encontram em cobrança.

20. Aplicações em instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Aplicações no Banco de Portugal	-	1.100.008
Aplicações em outras instituições de crédito no país	234.218	78.744
Aplicações em instituições de crédito no estrangeiro	<u>1.540.316</u>	<u>1.165.220</u>
	1.774.534	2.343.972
Crédito vencido - menos de 90 dias	-	-
Crédito vencido - mais de 90 dias	<u>1.760</u>	<u>13.759</u>
	1.776.294	2.357.731
Imparidade para aplicações em instituições de crédito	<u>(2.647)</u>	<u>(13.759)</u>
	<u><u>1.773.647</u></u>	<u><u>2.343.972</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

Os movimentos da Imparidade para aplicações em instituições de crédito são analisados como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	13.759	20.494
Transferências	887	-
Dotação do período	-	1.791
Reversão do período	(2.846)	-
Utilização de imparidade	(9.153)	(1)
	<u>2.647</u>	<u>22.284</u>
Saldo em 30 de Setembro	<u><u>2.647</u></u>	<u><u>22.284</u></u>

21. Créditos a clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito ao sector público	2.997.509	860.074
Crédito com garantias reais	44.545.731	44.889.345
Crédito com outras garantias	11.222.029	13.469.564
Crédito sem garantias	3.846.122	4.597.598
Crédito sobre o estrangeiro	3.709.127	3.782.085
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.306.253	1.413.609
Capital em locação	4.466.900	4.899.018
	<u>72.093.671</u>	<u>73.911.293</u>
Crédito vencido - menos de 90 dias	293.608	210.260
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.247.240	2.289.739
	<u>75.634.519</u>	<u>76.411.292</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3.102.161)	(2.505.886)
	<u><u>72.532.358</u></u>	<u><u>73.905.406</u></u>

Em 30 de Setembro de 2011, a rubrica Crédito a clientes inclui o montante de Euros 9.183.173.000 (31 de Dezembro 2010: Euros 8.751.236.000) relativo a créditos afectos a sete emissões de obrigações hipotecárias realizadas pelo Grupo, das quais três durante o exercício de 2010 e uma durante o exercício de 2011.

Conforme referido no parágrafo anterior, o Banco de Investimento Imobiliário, S.A. procedeu durante o exercício de 2011, à emissão de uma operação de Obrigações Hipotecárias no montante de Euros 1.000.000.000 com prazo de 3 anos. A referida emissão ocorreu em 19 de Janeiro de 2011 e tem uma taxa de juro de Euribor 1M+0,75%. Adicionalmente o Banco Comercial Português, S.A. procedeu durante o exercício de 2010, à emissão de 3 operações de Obrigações Hipotecárias no montante de Euros 1.750.000.000, Euros 1.000.000.000 e Euros 1.000.000.000 com prazos de 3, 10 e 8 anos e 6 meses, respectivamente. As emissões ocorreram em Maio, Julho e Outubro de 2010 e tiveram taxas de juro de Euribor 1M+0,75%, Euribor 1M+0,8% e Euribor 1M+0,75%, respectivamente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A análise do crédito a clientes, por tipo de operação, é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Crédito não titulado</i>		
Crédito por desconto de efeitos	548.220	646.735
Crédito em conta corrente	4.789.493	5.443.721
Descobertos em depósitos à ordem	2.109.366	2.066.538
Empréstimos	22.663.899	21.958.366
Crédito imobiliário	32.433.126	33.367.782
Crédito tomado em operações de 'factoring'	1.306.253	1.413.609
Capital em locação	4.466.900	4.899.018
	<u>68.317.257</u>	<u>69.795.769</u>
<i>Crédito titulado</i>		
Papel comercial	2.126.167	2.377.757
Obrigações	1.650.247	1.737.767
	<u>3.776.414</u>	<u>4.115.524</u>
	72.093.671	73.911.293
Crédito vencido - menos de 90 dias	293.608	210.260
Crédito vencido - mais de 90 dias	3.247.240	2.289.739
	<u>75.634.519</u>	<u>76.411.292</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3.102.161)	(2.505.886)
	<u><u>72.532.358</u></u>	<u><u>73.905.406</u></u>

A análise do crédito a clientes, por sector de actividade, é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	665.645	737.533
Indústrias extractivas	465.165	521.886
Alimentação, bebidas e tabaco	513.679	550.666
Têxteis	534.196	549.817
Madeira e cortiça	251.627	273.946
Papel, artes gráficas e editoras	319.114	328.841
Químicas	869.292	884.825
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	1.233.023	1.267.796
Electricidade, água e gás	987.244	911.403
Construção	5.500.050	5.091.181
Comércio a retalho	1.777.360	1.906.458
Comércio por grosso	2.662.758	2.696.972
Restaurantes e hotéis	1.400.788	1.353.510
Transportes e comunicações	1.843.268	2.138.944
Serviços	17.474.700	16.040.979
Crédito ao consumo	4.549.701	4.845.927
Crédito hipotecário	30.591.624	31.036.269
Outras actividades nacionais	934.173	1.031.408
Outras actividades internacionais	3.061.112	4.242.931
	<u>75.634.519</u>	<u>76.411.292</u>
Imparidade para riscos de crédito	(3.102.161)	(2.505.886)
	<u><u>72.532.358</u></u>	<u><u>73.905.406</u></u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A rubrica Crédito a clientes inclui o efeito de operações de securitização tradicionais, detidas por SPEs sujeitas a consolidação no âmbito da SIC 12, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 b).

As operações de securitização realizadas pelo Grupo respeitam a créditos hipotecários, créditos ao consumo, leasings, papel comercial e empréstimos a empresas. As referidas securitizações tradicionais realizadas são concretizadas através de entidades de finalidade especial (SPEs). Conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 b), quando a substância da relação com tais entidades indicia que o Grupo exerce controlo sobre as suas actividades, estas SPEs são consolidadas pelo método integral.

A rubrica de Crédito a clientes inclui os seguintes montantes relativos a operações de securitização, detalhados por tipo de operação:

	Tradicionais	
	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Crédito hipotecário	5.845.117	6.677.879
Crédito ao consumo	494.588	692.598
Leasing	1.092.425	1.333.884
Papel comercial	107.680	310.189
Empréstimos a empresas	4.754.301	4.560.432
	<u>12.294.111</u>	<u>13.574.982</u>

A rubrica de crédito a clientes inclui os seguintes valores relacionados com contratos de locação financeira:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Valor bruto	5.394.906	5.696.498
Juros ainda não devidos	(928.006)	(797.480)
Valor líquido	<u>4.466.900</u>	<u>4.899.018</u>

A carteira de crédito a clientes inclui créditos que foram objecto de reestruturação formal com os clientes, em termos de reforço de garantias, prorrogação de vencimentos ou alteração de taxa de juro. A análise dos créditos reestruturados por sectores da actividade é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	7.650	6.412
Indústrias extractivas	743	632
Alimentação, bebidas e tabaco	5.325	3.690
Têxteis	3.187	10.944
Madeira e cortiça	14.984	8.058
Papel, artes gráficas e editoras	1.406	1.448
Químicas	899	6.394
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	33.267	36.599
Electricidade, água e gás	2.699	3.066
Construção	31.093	27.750
Comércio a retalho	10.151	10.619
Comércio por grosso	56.929	50.573
Restaurantes e hotéis	2.653	2.525
Transportes e comunicações	14.557	23.097
Serviços	203.576	220.183
Crédito ao consumo	209.519	194.308
Crédito hipotecário	186.132	64.254
Outras actividades nacionais	282	489
Outras actividades internacionais	2.553	5.805
	<u>787.605</u>	<u>676.846</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A análise do crédito vencido por sectores de actividade é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	21.508	20.255
Indústrias extractivas	16.026	9.070
Alimentação, bebidas e tabaco	62.055	51.205
Têxteis	45.751	39.999
Madeira e cortiça	30.657	37.418
Papel, artes gráficas e editoras	25.184	14.102
Químicas	22.601	17.316
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	103.314	116.740
Electricidade, água e gás	5.030	2.970
Construção	896.769	457.274
Comércio a retalho	124.958	83.667
Comércio por grosso	252.112	238.036
Restaurantes e hotéis	159.348	49.236
Transportes e comunicações	44.142	58.908
Serviços	715.370	522.894
Crédito ao consumo	643.862	496.640
Crédito hipotecário	232.867	216.450
Outras actividades nacionais	14.783	18.383
Outras actividades internacionais	124.511	49.436
	<u>3.540.848</u>	<u>2.499.999</u>

Os movimentos da imparidade para riscos de crédito são analisados como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Imparidade para crédito vencido e outros créditos concedidos:</i>		
Saldo em 1 de Janeiro	2.505.886	2.157.094
Transferências resultantes de alterações na estrutura do Grupo	-	(12.903)
Outras transferências	(17.117)	(9.052)
Dotação do período	1.001.028	922.260
Reversão do período	(221.925)	(350.883)
Utilização de imparidade	(146.319)	(331.559)
Diferenças cambiais	(19.392)	8.651
Saldo em 30 de Setembro	<u>3.102.161</u>	<u>2.383.608</u>

Se o valor de uma perda de imparidade decresce num período subsequente à sua contabilização e essa diminuição pode ser relacionada objectivamente com um evento que tenha ocorrido após o reconhecimento dessa perda, a imparidade em excesso é anulada por contrapartida de resultados.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

A análise da imparidade por sectores de actividade é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	57.375	51.530
Indústrias extractivas	15.363	11.041
Alimentação, bebidas e tabaco	62.133	60.444
Têxteis	32.801	52.535
Madeira e cortiça	26.018	27.501
Papel, artes gráficas e editoras	26.856	16.920
Químicas	17.356	12.609
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	87.246	100.236
Electricidade, água e gás	7.092	7.413
Construção	494.512	300.512
Comércio a retalho	97.575	67.136
Comércio por grosso	204.364	185.403
Restaurantes e hotéis	95.440	45.663
Transportes e comunicações	35.677	43.655
Serviços	749.157	604.839
Crédito ao consumo	514.967	384.521
Crédito hipotecário	189.940	173.962
Outras actividades nacionais	2.713	11.399
Outras actividades internacionais	385.576	348.567
	<u>3.102.161</u>	<u>2.505.886</u>

A anulação de crédito por utilização de imparidade analisada por sector de actividade é a seguinte:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	1.113	3.080
Indústrias extractivas	369	11.339
Alimentação, bebidas e tabaco	773	6.918
Têxteis	11.111	9.159
Madeira e cortiça	3.195	7.993
Papel, artes gráficas e editoras	345	889
Químicas	359	681
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	6.355	19.417
Electricidade, água e gás	19	8
Construção	8.668	13.257
Comércio a retalho	1.028	8.020
Comércio por grosso	5.813	72.516
Restaurantes e hotéis	3.626	3.242
Transportes e comunicações	2.590	3.425
Serviços	9.933	128.994
Crédito ao consumo	27.045	33.811
Crédito hipotecário	170	209
Outras actividades nacionais	122	669
Outras actividades internacionais	63.685	7.932
	<u>146.319</u>	<u>331.559</u>

Em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 c), a anulação contabilística dos créditos é efectuada quando não existem perspectivas fiáveis de recuperação dos créditos e para créditos colateralizados, quando os fundos provenientes da realização dos colaterais já foram recebidos, pela utilização de perdas de imparidade, quando estas correspondem a 100% do valor dos créditos considerados como não recuperáveis.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A recuperação de créditos e de juros, efectuada no decorrer de 2011 e 2010, analisada por sectores de actividade, é a seguinte:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Agricultura e silvicultura	49	168
Indústrias extractivas	32	11
Alimentação, bebidas e tabaco	684	241
Têxteis	668	781
Madeira e cortiça	1.063	764
Papel, artes gráficas e editoras	113	268
Químicas	56	10
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	189	580
Construção	1.157	3.383
Comércio a retalho	293	539
Comércio por grosso	3.262	1.443
Restaurantes e hotéis	25	411
Transportes e comunicações	20	492
Serviços	2.857	2.004
Crédito ao consumo	1.763	12.082
Crédito hipotecário	2	-
Outras actividades nacionais	19	61
Outras actividades internacionais	5	29
	12.257	23.267

22. Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda

A rubrica de Activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	4.344.532	5.319.583
De outros emissores	1.096.974	1.105.750
	5.441.506	6.425.333
Títulos vencidos	4.925	4.925
Imparidade para títulos vencidos	(4.925)	(4.925)
	5.441.506	6.425.333
Acções e outros títulos de rendimento variável	256.051	207.656
	5.697.557	6.632.989
Derivados de negociação	1.175.227	1.076.374
	6.872.784	7.709.363

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 30 de Setembro de 2011, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	102.479	855.095	957.574
Estrangeiros	112.796	371.800	484.596
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	88.254	279.290	367.544
Estrangeiros	130.157	604.198	734.355
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública			
	<u>1.535.370</u>	<u>1.366.992</u>	<u>2.902.362</u>
	<u>1.969.056</u>	<u>3.477.375</u>	<u>5.446.431</u>
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	5.654	52.146	57.800
Estrangeiras	22.740	42.776	65.516
Unidades de participação			
	<u>273</u>	<u>132.462</u>	<u>132.735</u>
	<u>28.667</u>	<u>227.384</u>	<u>256.051</u>
Imparidade para títulos vencidos			
	<u>-</u>	<u>(4.925)</u>	<u>(4.925)</u>
	<u>1.997.723</u>	<u>3.699.834</u>	<u>5.697.557</u>
Derivados de negociação			
	<u>1.175.227</u>	<u>-</u>	<u>1.175.227</u>
	<u><u>3.172.950</u></u>	<u><u>3.699.834</u></u>	<u><u>6.872.784</u></u>

A carteira de negociação é valorizada de acordo com a política contabilística 1 d) ao justo valor.

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor no montante negativo de Euros 445.277.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 58.556.000.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

A análise dos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda por tipo em 31 de Dezembro de 2010, é a seguinte:

	Títulos		Total
	Negociação	Disponíveis para venda	
	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Títulos de rendimento fixo:			
Obrigações de emissores públicos			
Nacionais	909.880	22.431	932.311
Estrangeiros	262.977	893.063	1.156.040
Obrigações de outros emissores			
Nacionais	118.340	106.590	224.930
Estrangeiros	149.808	735.937	885.745
Bilhetes do Tesouro e outros títulos da Dívida Pública	2.567.070	664.162	3.231.232
	4.008.075	2.422.183	6.430.258
Títulos de rendimento variável:			
Acções de empresas			
Nacionais	9.123	46.671	55.794
Estrangeiras	23.347	47.469	70.816
Unidades de participação	19.380	61.666	81.046
	51.850	155.806	207.656
Imparidade para títulos vencidos	-	(4.925)	(4.925)
	4.059.925	2.573.064	6.632.989
Derivados de negociação	1.076.374	-	1.076.374
	5.136.299	2.573.064	7.709.363

Conforme descrito na política contabilística 1 d), a carteira de activos financeiros disponíveis para venda é apresentada ao seu valor de mercado sendo o respectivo justo valor registado por contrapartida de reservas de justo valor, conforme nota 42. A reserva de justo valor, em 31 de Dezembro de 2010, no montante negativo de Euros 167.239.000 é apresentada líquida de perdas por imparidade no montante de Euros 52.410.000.

No decurso do exercício de 2010, a Bitalpart BV, sociedade detida integralmente pelo BCP, alienou a participação minoritária correspondente a 2,7% do capital social da Eureka BV ao Fundo de Pensões do Grupo Banco Comercial Português. O valor da transmissão da participação foi determinado segundo a valorização da Eureka BV referente a 31 de Dezembro de 2009, conforme avaliação realizada por instituição financeira internacional independente, deduzido de valor do dividendo antecipado recebido no corrente exercício. O contrato de venda prevê um ajustamento ao preço de venda, em função da avaliação, segundo a mesma metodologia, referente a 31 de Dezembro de 2010, que foi efectuado durante o primeiro trimestre de 2011. Conforme referido na nota 7, durante o primeiro trimestre de 2011 o Grupo realizou uma mais valia adicional no valor de Euros 24.480.000 por contrapartida de resultados, em resultado do ajustamento do preço de venda resultante de nova avaliação, conforme estabelecido contratualmente.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 30 de Setembro de 2011 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Alimentação, bebidas e tabaco	-	7	-	-	7
Têxteis	-	1	-	-	1
Madeira e cortiça	-	-	-	361	361
Papel, artes gráficas e editoras	91	1.725	-	998	2.814
Químicas	-	7.193	-	-	7.193
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	216	-	-	216
Electricidade, água e gás	150.067	913	-	-	150.980
Construção	9.632	1.968	-	2.560	14.160
Comércio a retalho	-	161	-	-	161
Comércio por grosso	-	598	-	475	1.073
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	9.605	777	-	529	10.911
Serviços	902.324	109.646	132.735	2	1.144.707
Outras actividades internacionais	25.255	60	-	-	25.315
	1.096.974	123.316	132.735	4.925	1.357.950
Títulos Públicos	1.442.170	-	2.902.362	-	4.344.532
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	2.539.144	123.316	3.035.097	-	5.697.557

A análise da carteira de títulos incluídos nos activos financeiros detidos para negociação e disponíveis para venda, por sector de actividade, à data de 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	Obrigações	Ações	Outros Activos	Títulos	Total
	Euros '000	Euros '000	Financeiros	Vencidos	Bruto
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Indústrias extractivas	-	205	-	-	205
Alimentação, bebidas e tabaco	-	2	-	-	2
Têxteis	-	1.387	-	-	1.387
Madeira e cortiça	-	3.674	-	361	4.035
Papel, artes gráficas e editoras	90	19.488	-	998	20.576
Químicas	-	17.171	-	-	17.171
Máquinas, equipamentos e metalúrgicas de base	-	5.278	-	-	5.278
Electricidade, água e gás	-	2.028	-	-	2.028
Construção	11.177	3.615	-	2.560	17.352
Comércio a retalho	-	179	-	-	179
Comércio por grosso	-	3.371	-	475	3.846
Restaurantes e hotéis	-	51	-	-	51
Transportes e comunicações	14.740	2.064	-	529	17.333
Serviços	1.079.743	67.854	81.046	2	1.228.645
Outras actividades internacionais	-	243	-	-	243
	1.105.750	126.610	81.046	4.925	1.318.331
Títulos Públicos	2.088.351	-	3.231.232	-	5.319.583
Imparidade para títulos vencidos	-	-	-	(4.925)	(4.925)
	3.194.101	126.610	3.312.278	-	6.632.989

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

23. Derivados de cobertura

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Instrumentos de cobertura		
Activo:		
Swaps	560.754	476.674
Passivo:		
Swaps	522.793	346.473

24. Activos financeiros detidos até à maturidade

A rubrica de Activos financeiros detidos até à maturidade é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Obrigações e outros títulos de rendimento fixo		
De emissores públicos	3.000.662	3.284.953
De outros emissores	2.640.848	3.459.720
	5.641.510	6.744.673
Imparidade para títulos	(136.103)	-
	5.505.407	6.744.673

A análise por sector de actividade da carteira de obrigações e outros títulos de rendimento fixo incluídos na rubrica Activos financeiros detidos até à maturidade, é a seguinte:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Transportes e comunicações	172.957	169.693
Serviços	2.467.891	3.290.027
	2.640.848	3.459.720
Títulos Públicos	2.864.559	3.284.953
	5.505.407	6.744.673

25. Investimentos em associadas

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Instituições de crédito residentes	23.517	24.340
Instituições de crédito não residentes	23.506	21.880
Outras empresas residentes	252.667	343.156
Outras empresas não residentes	9.139	7.997
	308.829	397.373

O valor dos investimentos em associadas é analisado como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Banque BCP, S.A.S.	19.139	17.571
Banque BCP (Luxembourg), S.A.	4.368	4.309
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	239.324	323.219
SIBS - Sociedade Interbancária de Serviços, S.A.	13.056	15.610
Unicre - Cartão Internacional de Crédito, S.A.	23.517	24.340
Outras	9.425	12.324
	308.829	397.373

Estes investimentos referem-se a entidades cujas acções não se encontram admitidas à negociação em Bolsa, sendo consolidados pelo método de equivalência patrimonial. O valor de investimento na Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador corresponde à participação de 49% no capital da Companhia. A relação das empresas que integram o perímetro do Grupo é apresentada na nota 48.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

26. Activos não correntes detidos para venda

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto prazo	64.680	37.459
Imóveis e outros activos resultantes da resolução de contratos de crédito sobre clientes	1.248.418	1.186.983
	1.313.098	1.224.442
Imparidade	(247.385)	(227.670)
	<u>1.065.713</u>	<u>996.772</u>

Os activos registados nesta rubrica estão contabilizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 k).

A rubrica Subsidiárias adquiridas com o objectivo de serem alienadas no curto prazo corresponde a duas sociedades imobiliárias adquiridas pelo Grupo no âmbito de reestruturações de exposições creditícias e que o Grupo pretendia alienar no prazo de um ano. No entanto, face às actuais condições de mercado poderá não ser possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado. Até ao momento da venda, o Grupo continua a consolidar em reservas e resultados as variações ocorridas na situação patrimonial das subsidiárias.

A rubrica Imóveis e outros activos resulta da resolução de contratos de crédito sobre clientes, decorrente de (i) dação simples, com opção de recompra ou com locação financeira, sendo contabilizadas com a celebração do contrato de dação ou promessa de dação e respectiva procuração irrevogável emitida pelo cliente em nome do Banco; ou (ii) adjudicação dos bens em consequência do processo judicial de execução das garantias, sendo contabilizadas com o título de adjudicação ou na sequência do pedido de adjudicação após registo de primeira penhora (dação prosolvendo).

Os referidos activos estão disponíveis para venda num prazo inferior a um ano, tendo o Grupo uma estratégia para a sua alienação. No entanto, face às actuais condições de mercado não é possível em algumas situações concretizar essas alienações no prazo esperado.

A referida rubrica inclui imóveis para os quais foram já celebrados contratos-promessa de compra e venda no montante de Euros 110.437.000 (31 de Dezembro 2010: Euros 138.775.000) .

27. Propriedades de investimento

A rubrica Propriedades de Investimento inclui o montante de Euros 504.244.000 (31 de Dezembro de 2010: Euros 396.957.000) relativos a imóveis registados no Fundo de Investimento Imobiliário Imosotto Acumulação, no Fundo de Investimento Imobiliário Gestão Imobiliária, no Fundo de Investimento Imobiliário Imorenda e no Fundo Especial de Investimento Imobiliário Oceânico II que, de acordo com a SIC 12, são consolidados integralmente, conforme política contabilística descrita na nota 1 b).

Os imóveis encontram-se valorizados de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 r).

28. Outros activos tangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Imóveis	959.549	955.574
Equipamento		
Mobiliário	98.443	96.742
Máquinas	55.031	56.905
Equipamento informático	317.037	317.413
Instalações interiores	144.372	141.238
Viaturas	20.904	20.392
Equipamento de segurança	82.542	80.437
Obras em curso	93.101	68.516
Outros activos tangíveis	49.166	52.222
	<u>1.820.145</u>	<u>1.789.439</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(58.663)	(92.505)
Relativas a períodos anteriores	(1.141.677)	(1.075.495)
	(1.200.340)	(1.168.000)
<i>Imparidade</i>	(4.199)	(4.199)
	<u>615.606</u>	<u>617.240</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

29. Goodwill e activos intangíveis

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Activos intangíveis</i>		
'Software'	138.894	134.377
Outros activos intangíveis	55.488	60.578
	<u>194.382</u>	<u>194.955</u>
<i>Amortizações acumuladas</i>		
Relativas ao período corrente	(11.752)	(17.726)
Relativas a períodos anteriores	(147.144)	(137.893)
	<u>(158.896)</u>	<u>(155.619)</u>
	<u>35.486</u>	<u>39.336</u>
<i>Diferenças de consolidação e de reavaliação ('Goodwill')</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	294.260	294.260
Bank Millennium, S.A. (Polónia)	164.040	164.040
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	40.859	40.859
Unicre - Cartão de Crédito Internacional, S.A.	7.436	7.436
Outros	2.097	2.001
	<u>508.692</u>	<u>508.596</u>
<i>Imparidade</i>		
Millennium Bank, Societé Anonyme (Grécia)	(147.130)	(147.130)
	<u>361.562</u>	<u>361.466</u>
	<u>397.048</u>	<u>400.802</u>

30. Activos e Passivos por impostos diferidos

Activos e passivos por impostos diferidos em 30 de Setembro de 2011 e 31 de Dezembro de 2010 gerados por diferenças temporárias da seguinte natureza:

	Set 2011		Dez 2010	
	Activo	Passivo	Activo	Passivo
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Activos intangíveis	59	-	374	-
Outros activos tangíveis	2.541	7	2.557	5.850
Perdas por imparidade	477.450	3.896	260.970	26.098
Pensões de reforma	270.285	-	299.620	-
Activos financeiros disponíveis para venda (AFS)	166.739	99.620	77.822	57.519
Derivados	-	3.092	-	3.068
Imputação de lucros	66.912	-	45.521	-
Prejuízos fiscais reportáveis	206.393	-	156.083	-
Outros	38.542	132.631	55.276	117.058
	<u>1.228.921</u>	<u>239.246</u>	<u>898.223</u>	<u>209.593</u>
Activos por impostos diferidos	<u>989.675</u>		<u>688.630</u>	
Activos intangíveis	-	1.803	-	-
Outros	-	-	-	344
Passivos por impostos diferidos		<u>1.803</u>		<u>344</u>
Impostos diferidos líquidos	<u>987.872</u>		<u>688.286</u>	

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

31. Outros activos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Devedores	187.765	220.449
Valores a cobrar	18.437	34.440
Outros impostos a recuperar	96.622	87.785
Bonificações a receber	27.398	19.816
Associadas	23.095	1.190
Juros e outros proveitos a receber	37.133	37.392
Despesas antecipadas	1.741.042	1.776.741
Operações sobre títulos a receber	254.613	5.791
Valores a debitar a clientes	160.254	133.565
Provisões técnicas de resseguro cedido	3.124	3.469
Contas diversas	289.939	246.125
	<u>2.839.422</u>	<u>2.566.763</u>
Imparidade para outros activos	(48.367)	(33.754)
	<u>2.791.055</u>	<u>2.533.009</u>

32. Depósitos de instituições de crédito

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de bancos centrais	15.310.216	16.279.127
Depósitos de outras instituições de crédito no país	984.955	627.714
Depósitos de instituições de crédito no estrangeiro	3.360.867	3.169.715
	<u>19.656.038</u>	<u>20.076.556</u>

33. Depósitos de clientes

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos para com clientes		
Depósitos à ordem	13.336.604	13.951.061
Depósitos a prazo	32.599.605	29.417.052
Depósitos de poupança	1.202.980	1.850.058
Bilhetes do Tesouro e outros activos		
com acordo de recompra	105.576	94.527
Outros	322.936	296.417
	<u>47.567.701</u>	<u>45.609.115</u>

Nos termos da lei, o Fundo de Garantia de Depósitos tem por finalidade garantir o reembolso de depósitos constituídos nas Instituições Financeiras. Os critérios a que obedecem os cálculos das contribuições anuais para o referido Fundo estão definidos no Aviso do Banco de Portugal n.º 11/94.

34. Títulos de dívida emitidos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos obrigacionistas	14.147.835	17.723.943
Papel comercial	550.836	321.955
Outros	100.882	91.492
	<u>14.799.553</u>	<u>18.137.390</u>

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

35. Passivos financeiros detidos para negociação

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Empréstimos de títulos	5	-
FRA	310	415
Swaps	1.256.817	1.064.721
Futuros	-	66
Opções	77.090	61.815
Derivados embutidos	983	2.831
Forwards	33.174	46.603
Outros	72.555	-
	1.440.934	1.176.451

36. Outros passivos financeiros ao justo valor através de resultados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Depósitos de instituições de crédito	41.698	232.760
Depósitos de clientes	22.702	3.919
Empréstimos obrigacionistas	3.387.104	3.776.017
Papel comercial e outros passivos	-	25.543
	3.451.504	4.038.239

37. Provisões

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Provisão para garantias e outros compromissos	84.400	80.906
Provisões técnicas da actividade seguradora:		
De seguro directo e resseguro aceite:		
Para prémios não adquiridos	13.873	9.626
Matemática do ramo vida	51.810	42.780
Para participação nos resultados	3.616	1.195
Outras provisões técnicas	8.342	7.738
Provisões para pensões de reforma, complementos de pensões de reforma e sobrevivência	4.263	3.691
Outras provisões para riscos e encargos	52.297	89.397
	218.601	235.333

Os movimentos da Provisão para garantias e outros compromissos são analisados como segue:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Saldo em 1 de Janeiro	80.906	88.257
Transferências	7.033	(129)
Dotação do período	6.588	7.867
Reversão do período	(10.420)	(13.788)
Utilização de imparidade	(233)	(113)
Diferenças cambiais	526	(151)
	84.400	81.943
Saldo em 30 de Setembro	84.400	81.943

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

38. Passivos subordinados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011 Euros '000	Dez 2010 Euros '000
Obrigações	1.090.510	2.039.174
	1.090.510	2.039.174

Em 30 de Setembro de 2011, as emissões de passivos subordinados são analisadas como segue:

Denominação	Data de emissão	Data de reembolso	Taxa de juro	Valor nominal Euros '000	Valor balanço Euros '000
<i>Obrigações não perpétuas</i>					
Banco Comercial Português:					
Mbcp Ob Cx Sub 1 Serie 2008-2018	Setembro 2008	Setembro 2018	Ver referência (i)	259.589	259.589
Mbcp Ob Cx Sub 2 Serie 2008-2018	Outubro 2008	Outubro 2018	Ver referência (ii)	72.505	72.505
Bcp Ob Sub June 2020 - Emtn 727	Junho 2010	Junho 2020	Ver referência (ii)	90.708	92.306
Bcp Ob Sub Aug 2020 - Emtn 739	Agosto 2010	Agosto 2020	Ver referência (iii)	55.233	56.394
Bcp Ob Sub Mar 2021 - Emtn 804	Março 2011	Março 2021	Ver referência (iv)	114.000	114.000
Bcp Ob Sub Abr 2021 - Emtn 809	Abril 2011	Abril 2021	Ver referência (iv)	64.100	64.100
Bcp Ob Sub 3S Abr 2021 - Emtn 812	Abril 2011	Abril 2021	Ver referência (iv)	35.000	35.000
Bcp Sub 11/25.08.2019 - Emtn 823	Agosto 2011	Agosto 2019	Taxa fixa de 6,383%	7.500	7.619
Bank Millennium:					
Bank Millennium	Dezembro 2001	Dezembro 2011	Taxa fixa de 6,360 %	80.236	80.236
Bank Millennium 2007	Dezembro 2007	Dezembro 2017	Taxa fixa de 6,337 %	150.087	150.087
Banco de Investimento Imobiliário:					
BII 2004	Dezembro 2004	Dezembro 2014	Ver referência (v)	15.000	14.986
BCP Finance Bank:					
BCP Fin. Bank Ltd EMTN -295	Dezembro 2006	Dezembro 2016	Ver referência (vi)	71.209	71.198
Magellan No. 3:					
Magellan No. 3 Series 3 Class F	Junho 2005	Mai 2058	-	44	44
					1.018.064
<i>Obrigações perpétuas</i>					
BCP - Euro 200 milhões	Junho 2002	-	Ver referência (vii)	85	36
BPA 1997	Junho 1997	-	Euribor 3 meses + 0,95%	37.915	37.915
TOPS BPSM 1997	Dezembro 1997	-	Euribor 6M + 0,9%	22.690	23.414
BCP Leasing 2001	Dezembro 2001	-	Ver referência (viii)	4.986	4.986
					66.351
<i>Periodificações</i>					
					6.095
					1.090.510

- Referências :
- (i) - 1º ano 6%; 2º ao 5º ano Euribor 6 meses + 1%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,4%;
 - (ii) - Até ao 5º ano taxa fixa 3,25%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,0%;
 - (iii) - 1º ano 3%; 2º ano 3,25%; 3º ano 3,5%; 4º ano 4%; 5º ano 5%; 6º ano e seguintes Euribor 6 meses + 1,25% ;
 - (iv) - Euribor 3 meses + 3,75% por ano
 - (v) - Até 10º cupão Euribor 6 meses + 0,4%; Após 10º cupão Euribor 6 meses + 0,9%;
 - (vi) - Euribor 3 meses + 0,3% (0,8% a partir de Dezembro 2011);
 - (vii) - Até 40º cupão 6,130625%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,4%;
 - (viii) - Até 40º cupão Euribor 3 meses + 1,75%; Após 40º cupão Euribor 3 meses + 2,25%.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

39. Outros passivos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Credores:		
Fornecedores	35.982	29.177
Por contratos de 'Factoring'	8.026	7.413
Associadas	75	1.689
Outros credores	288.486	398.228
Sector Público Administrativo	74.084	76.178
Juros e outros custos a pagar	86.299	72.672
Receitas antecipadas	9.760	3.577
Férias e subsídios de férias a pagar	92.345	71.995
Outros custos administrativos a pagar	1.637	2.177
Operações sobre títulos a liquidar	168.259	23.249
Contas diversas	515.543	404.873
	1.280.496	1.091.228

40. Capital, acções preferenciais e outros instrumentos de capital

O capital social do Banco é de Euros 6.064.999.986 representado por 7.207.167.060 acções nominativas, escriturais e sem valor nominal, encontrando-se integralmente realizado.

Concretizou-se em Junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) 990.147.000 euros, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal que resultaram na conversão da maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos;
- (iii) 259.852.986 euros, através da emissão de 721.813.850 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de 0,36 Euros, com reserva de preferência dos accionistas, no exercício dos respectivos direitos legais de preferência.

De acordo com o estabelecido no Decreto-lei n.º 49/2010 de 19 de Maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por acções sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Accionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por acções sem valor nominal.

O valor das acções preferenciais corresponde a duas emissões efectuadas pelo BCP Finance Company e que, de acordo com as regras da IAS 32, e conforme referido na política contabilística descrita na nota 1 h), foram consideradas como instrumentos de capital. As referidas emissões são analisadas como segue:

- 5.000.000 acções preferenciais, de Euros 100 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 9 de Junho de 2004, destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 8.000.000 de acções preferenciais, de Euros 50 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 400.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 14 de Junho de 1999.
- 10.000 acções preferenciais, de Euros 50.000 cada, perpétuas e sem direito a voto, no montante total de Euros 500.000.000, emitidas em 13 de Outubro de 2005 destinadas a refinarciar a amortização antecipada da emissão de 6.000.000 de acções preferenciais, de Euros 100 cada, sem direito a voto, no montante total de Euros 600.000.000, emitidas pela BCP Finance Company, em 28 de Setembro de 2000.

No decurso do exercício de 2009, o Banco Comercial Português, S.A. emitiu 3 tranches do seu programa de Valores mobiliários perpétuos, os quais, face às suas características, são considerados, de acordo com a política contabilística descrita na nota 1 h), como instrumentos de capital nos termos da IAS 32. As 3 tranches emitidas em 2009 são analisadas como segue:

- Em Junho de 2009, foram emitidos Euros 300.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.
- Em Agosto de 2009, foram emitidos Euros 600.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.
- Em Dezembro de 2009, foram emitidos Euros 100.000.000 de Valores mobiliários perpétuos com juros condicionados, ao valor nominal de Euros 1.000.

O efeito das distribuições efectuadas para os referidos instrumentos afectou os resultados por acção até à data da sua conversão em acções ordinárias.

No âmbito do aumento de capital acima referido, a maioria das emissões de valores mobiliários perpétuos foram convertidos em acções ordinárias.

41. Reserva legal

Nos termos da legislação portuguesa, o Banco deverá reforçar anualmente a reserva legal com pelo menos 10% dos lucros anuais, até à concorrência do capital social, não podendo normalmente esta reserva ser distribuída. De acordo com a proposta de aplicação de resultados aprovada na Assembleia Geral de Accionistas do dia 18 de Abril de 2011, o Banco reforçou a sua reserva legal no montante de Euros 30.064.794.

As empresas do Grupo, de acordo com a legislação vigente, deverão reforçar anualmente a reserva legal com uma percentagem mínima entre 5 e 20% dos lucros líquidos anuais, dependendo da actividade económica.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

42. Reservas de justo valor, outras reservas e resultados acumulados

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Outro rendimento integral:		
Diferença cambial de consolidação	(123.205)	(78.052)
Reservas de justo valor		
Activos financeiros disponíveis para venda	(445.277)	(167.239)
Cobertura de fluxos de caixa	4.258	(17.480)
Impostos		
Activos financeiros disponíveis para venda	67.732	15.037
Cobertura de fluxos de caixa	(795)	3.321
	<u>(497.287)</u>	<u>(244.413)</u>
Reservas livres e resultados acumulados:		
Reserva legal	476.107	446.042
Reserva estatutária	30.000	20.000
Outras reservas e resultados acumulados	2.675.529	2.467.587
'Goodwill' resultante da consolidação	(2.883.580)	(2.883.580)
Outras reservas de consolidação	<u>(162.705)</u>	<u>(162.057)</u>
	<u>135.351</u>	<u>(112.008)</u>

A variação da rubrica Reserva legal é analisada na nota 41. As Reservas de justo valor correspondem às variações acumuladas do valor de mercado dos Activos financeiros detidos para venda e da Cobertura de fluxos de caixa em conformidade com a política contabilística descrita na nota 1 d).

A rubrica Reserva estatutária corresponde a uma reserva para estabilização de dividendos que, de acordo com os estatutos da sociedade, é distribuível.

A rubrica Outras reservas e resultados acumulados inclui, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006, uma correcção de Euros 220.500.000 (efeito líquido de impostos diferidos) resultante da decisão do Conselho de Administração Executivo relativamente a um activo registado nas demonstrações financeiras consolidadas, resultante de operações efectuadas com entidades não residentes sedeadas em zonas off-shore.

De acordo com a proposta de aplicação de resultados de 2010, o Banco efectuou uma transferência no montante de Euros 167.157.000 das Outras reservas para resultados acumulados negativos no mesmo montante.

A rubrica Outro rendimento integral inclui proveitos e custos que de acordo com o definido nas IAS/IFRS, são reconhecidos nos capitais próprios.

43. Títulos próprios

Esta rubrica é analisada como segue:

	Acções do	Outros títulos	Total
	Banco Comercial	próprios	
	Português, S.A.		
Set 2011			
Valor de balanço (Euros '000)	10.953	66.443	77.396
Número de títulos	44.522.815	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,25		
Dez 2010			
Valor de balanço (Euros '000)	17.266	64.672	81.938
Número de títulos	28.795.443	(*)	
Valor unitário médio (Euros)	0,60		

As acções próprias detidas por entidades incluídas no perímetro de consolidação encontram-se dentro dos limites estabelecidos pelos estatutos do Banco e pelo Código das Sociedades Comerciais.

(*) Esta rubrica em 30 de Setembro de 2011, inclui 24.194.217 acções (31 de Dezembro de 2010: 23.261.904 acções) detidas por clientes e cuja aquisição foi financiada pelo Banco. Considerando que para os referidos clientes existe evidência de imparidade, à luz da IAS 32/39 as acções do Banco por eles detidas foram, apenas para efeitos contabilísticos e em respeito por esta norma, consideradas como acções próprias.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
 Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
 30 de Setembro de 2011

44. Interesses que não controlam

Esta rubrica é analisada como segue:

	Balço		Demonstração de Resultados	
	Set 2011	Dez 2010	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000	Euros '000	Euros '000
Bank Millennium, S.A.	347.177	354.930	30.783	19.896
BIM - Banco Internacional de Moçambique	96.620	67.700	22.015	15.129
Banco Millennium Angola, S.A.	75.793	66.196	10.715	7.594
Outras subsidiárias	8.821	8.675	277	(132)
	528.411	497.501	63.790	42.487

45. Garantias e outros compromissos

Esta rubrica é analisada como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
Garantias e avales prestados	8.392.921	8.862.015
Garantias e avales recebidos	31.241.727	31.164.239
Compromissos perante terceiros	10.227.742	11.877.095
Compromissos assumidos por terceiros	12.115.370	12.909.483
Valores recebidos em depósito	128.342.002	163.291.551
Valores depositados na Central de Valores	141.638.589	169.114.150
Outras contas extrapatrimoniais	174.290.434	178.988.845

Os montantes de Garantias e avales prestados e os Compromissos perante terceiros são analisados como segue:

	Set 2011	Dez 2010
	Euros '000	Euros '000
<i>Garantias e avales prestados:</i>		
Garantias e avales	7.698.806	8.146.414
Cartas de crédito "stand-by"	424.770	350.171
Créditos documentários abertos	201.263	283.554
Fianças e indemnizações	68.082	81.733
Outros passivos eventuais	-	143
	8.392.921	8.862.015
<i>Compromissos perante terceiros:</i>		
Compromissos irrevogáveis		
Contratos a prazo de depósitos	101.793	116.689
Linhas de crédito irrevogáveis	2.327.573	2.258.969
Subscrição de títulos	46.045	64.844
Outros compromissos irrevogáveis	352.138	309.020
Compromissos revogáveis		
Linhas de crédito revogáveis	5.964.180	7.043.685
Facilidades em descobertos de conta	1.316.530	2.018.575
Outros compromissos revogáveis	119.483	65.313
	10.227.742	11.877.095

As garantias e avales prestados podem estar relacionadas com operações de crédito, em que o Grupo presta uma garantia em relação a crédito concedido a um cliente por uma entidade terceira. De acordo com as suas características específicas, espera-se que algumas destas garantias expirem sem terem sido exigidas, pelo que estas operações não representam necessariamente fluxos de saída de caixa.

As cartas de crédito e os créditos documentários abertos destinam-se particularmente a garantir pagamentos a entidades terceiras no âmbito de transacções comerciais com o estrangeiro, financiando o envio das mercadorias adquiridas. Desta forma, o risco de crédito destas transacções encontra-se limitado, uma vez que se encontram colateralizadas pelas mercadorias enviadas e são geralmente de curta duração.

Os compromissos irrevogáveis constituem partes não utilizadas de facilidades de crédito concedidas a clientes empresas e particulares. Muitas destas operações têm uma duração fixa e uma taxa de juro variável, pelo que o risco de crédito e de taxa de juro é limitado.

Os instrumentos financeiros contabilizados como Garantias e outros compromissos estão sujeitos aos mesmos procedimentos de aprovação e controlo aplicados à carteira de crédito, nomeadamente quanto à análise da evidência objectiva de imparidade tal como descrito na política contabilística 1 c). A exposição máxima de crédito é representada pelo valor nominal que poderia ser perdido relativo aos passivos contingentes e outros compromissos assumidos pelo Grupo na eventualidade de incumprimento pelas respectivas contrapartes, sem ter em consideração potenciais recuperações de crédito ou colaterais.

Em virtude da natureza destas operações conforme acima descrito, não se prevêem quaisquer perdas materiais nestas operações.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

46. Factos relevantes ocorridos durante 2011

Aumento de Capital Social do Banco Comercial Português, S.A. de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986

Concretizou-se em Junho de 2011 o aumento de capital do Banco Comercial Português, S.A., de Euros 4.694.600.000 para Euros 6.064.999.986, integrado pelas seguintes componentes:

- (i) 120.400.000 euros, por incorporação de reservas de prémio de emissão, mediante a emissão de 206.518.010 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas sem valor nominal;
- (ii) 990.147.000 euros, por entradas em espécie de 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados, mediante a emissão de 1.584.235.200 novas acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal;
- (iii) 259.852.986 euros, através da emissão de 721.813.850 acções ordinárias, escriturais e nominativas, sem valor nominal, com o valor de emissão e preço de subscrição unitário de 0,36 Euros, com reserva de preferência dos accionistas, no exercício dos respectivos direitos legais de preferência.

Na sequência dos aumentos de capital e de acordo com o estabelecido no Decreto-lei nº 49/2010 de 19 de Maio, que veio permitir que o capital social de uma sociedade anónima possa ser representado por acções sem valor nominal, a Assembleia Geral Anual de Accionistas aprovou que o capital social passasse a ser representado por acções sem valor nominal.

Aplicação de resultados

Na Assembleia Geral de Accionistas realizada no dia 18 de Abril de 2011 foi aprovada a seguinte proposta de aplicação de resultados do exercício:

- a) Euros 30.064.794 para reforço da reserva legal;
- b) Euros 10.000.000 para reforço da reserva para estabilização de dividendos;
- c) Euros 167.157.049 para para outras reservas;
- d) Euros 93.426.096 para resultados transitados.

Assembleia Geral de 27 de Junho de 2011

Em 27 de Junho de 2011 foi realizada uma Assembleia Geral em que foram tomadas as seguintes deliberações:

- Alteração ao artigo 5.º do contrato de sociedade, por aditamento de um novo n.º 6, com relação a processos de concessão de garantias do Estado ao abrigo do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro.

- Supressão do direito de preferência dos accionistas em eventual aumento ou aumentos de capital, designadamente através de acções preferenciais, a deliberar pelo Conselho de Administração Executivo no âmbito do regime jurídico das garantias do Estado citado no ponto anterior.

Solicitação de garantia do Estado para emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro

O Banco decidiu accionar o processo legalmente previsto para a concessão de garantia do Estado a emissão de dívida, nos termos do disposto na Lei n.º 60-A/2008, de 20 de Outubro. Para este efeito foi apresentado ao Banco de Portugal um pedido de aprovação para garantia do Estado a um financiamento através da emissão de valores mobiliários de dívida não subordinada, no montante de Euros 1.750 milhões, com um spread a determinar com referência às condições de mercado e um prazo até 3 anos.

A emissão está sujeita a deliberação do Conselho de Administração Executivo sobre os seus termos finais, e à obtenção de acordo por todas as entidades legalmente competentes nos termos do referido diploma.

Amortização dos valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados

De acordo com a autorização concedida pelo Banco de Portugal, o Banco procedeu à amortização da totalidade dos 990.147 valores mobiliários perpétuos subordinados com juros condicionados que detinha em resultado da oferta pública geral de aquisição por si lançada.

Oferta de troca de emissões

Em 22 de Setembro de 2011, o Banco Comercial Português, S.A. lançou uma oferta de troca destinada a detentores de instrumentos de dívida perpétua e de acções preferenciais, enquadrada na gestão proactiva da estrutura de financiamento e de fundos próprios do Grupo, constituindo uma das iniciativas para atingir um rácio de capital regulamentar de Core Tier I de 9% em 2011.

As emissões que foram objecto desta oferta foram as seguintes: BCP Finance Company Series C Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares (ISIN: XS0194093844); BCP Finance Company Series D Perpetual Non-cumulative Guaranteed Non-voting Step-Up Preference Shares (ISIN: XS0231958520); BCP Finance Bank, Ltd. Floating Rate Subordinated Callable Step-Up Notes due December 2016 (ISIN: XS0278435226).

A oferta de troca destinou-se a detentores de instrumentos emitidos pelas filiais BCP Finance Bank Ltd. e BCP Finance Company, sendo a contrapartida constituída por novos instrumentos de dívida com valor unitário de 50.000 euros emitidos ao abrigo do seu Euro Note Programme e sem prejuízo da entrega de um montante numérico correspondente aos juros corridos dos instrumentos trocados, bem como à fracção do valor nominal dos novos instrumentos, na impossibilidade de serem entregues fracções dos novos instrumentos de dívida aos participantes, tendo os participantes na oferta a possibilidade de optar por receber instrumentos de dívida sénior com um cupão de 9,25% e um prazo de 3 anos ou, alternativamente, instrumentos de dívida subordinada com um cupão de 13% e um prazo de 10 anos.

Em 7 de Outubro de 2011, o Banco Comercial Português divulgou os resultados finais da operação de troca anteriormente referida. A oferta registou um grau de adesão global de aproximadamente 75% das emissões abrangidas. O montante agregado nominal de dívida sénior a emitir na data de liquidação, 13 de Outubro de 2011, ascendeu a 555.600.000 euros, o montante agregado nominal de dívida subordinada a emitir na data de liquidação atingiu 95.600.000 euros e o montante a pagar aos detentores não elegíveis na data de liquidação foi de 6.764.910 euros.

47. Indicadores do Balanço e Demonstração de resultados consolidados por segmentos operacionais

O relato por segmentos apresentado segue, no que respeita aos segmentos de negócio e geográficos, o disposto na IFRS 8. Em conformidade com o modelo de gestão do Grupo BCP, o segmento primário corresponde aos segmentos utilizados para efeitos de gestão por parte do Conselho de Administração Executivo. O Grupo BCP desenvolve um conjunto de actividades bancárias e de serviços financeiros em Portugal e no estrangeiro, com especial ênfase nos negócios de Banca de Retalho, de Banca de Empresas e de Private Banking & Asset Management.

Caracterização dos Segmentos

O negócio da Banca de Retalho inclui a actividade de Retalho do Banco Comercial Português em Portugal, que actua como canal de distribuição dos produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento de Negócios no Exterior, onde o Grupo actua através de diversas instituições sediadas em mercados de afinidade com Portugal e em países que apresentam maiores perspectivas de crescimento.

O Retalho em Portugal inclui: (i) a Rede de Retalho em Portugal, a qual se encontra delineada tendo em consideração os clientes que valorizam uma proposta de valor alicerçada na inovação e rapidez, designados clientes "Mass-market", e os clientes cuja especificidade de interesses, dimensão do património financeiro ou nível de rendimento, justificam uma proposta de valor baseada na inovação e na personalização de atendimento através de um gestor de cliente dedicado, designados clientes "Prestige" e "Negócios"; e (ii) o ActivoBank, um banco vocacionado para clientes com espírito jovem, utilizadores intensivos das novas tecnologias de comunicação e que privilegiam uma relação bancária assente na simplicidade, oferecendo serviços e produtos inovadores.

O negócio da Banca de Empresas inclui a Rede de Empresas do Banco Comercial Português em Portugal que funciona, no âmbito da estratégia de "cross-selling" do Grupo, como canal de distribuição de produtos e serviços de outras empresas do Grupo, e o segmento Corporate & Banca de Investimento.

A Rede de Empresas em Portugal, serve as necessidades financeiras de empresas com volume anual de negócios compreendidos entre 7,5 milhões de euros e 100 milhões de euros, apostando na inovação e numa oferta global de produtos bancários tradicionais complementada com financiamentos especializados.

O segmento Corporate & Banca de Investimento inclui: (i) a Rede Corporate em Portugal, dirigida a empresas e entidades institucionais com um volume anual de negócios superior a 100 milhões de euros, oferecendo uma gama completa de produtos e serviços de valor acrescentado; (ii) a Banca de Investimento, especializada no mercado de capitais, na prestação de serviços de consultoria e assessoria estratégica e financeira, serviços especializados de "Project finance", "Corporate finance", corretagem de valores mobiliários e "Equity research", bem como na estruturação de produtos derivados de cobertura de risco; e (iii) a actividade da Direcção Internacional do Banco.

O segmento Private Banking & Asset Management, para efeitos de segmentos geográficos, engloba a rede de Private Banking em Portugal e as subsidiárias especializadas no negócio de gestão de fundos de investimento que operam em Portugal. Em termos de segmentos de negócio inclui também a actividade do Banque Privée BCP e do Millennium bcp Bank & Trust.

O segmento Negócios no Exterior, para efeitos de segmentos geográficos, engloba as diferentes operações do Grupo fora de Portugal, nomeadamente o Bank Millennium na Polónia, o Millennium Bank na Grécia, o Banque Privée BCP na Suíça, a Banca Millennium na Roménia, o BIM - Banco Internacional de Moçambique, o Banco Millennium Angola e o Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Nos primeiros nove meses de 2010 faziam também parte deste segmento o Millennium bank na Turquia (operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010) e o Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América (operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010). Para efeitos de segmentos de negócios, o segmento Negócios no Exterior contempla as diferentes operações do Grupo fora de Portugal anteriormente referidas com excepção do Banque Privée BCP na Suíça e do Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão que, neste âmbito, fazem parte do segmento Private Banking & Asset Management.

Na Polónia o Grupo está representado por um banco universal de âmbito nacional que oferece uma vasta gama de produtos e serviços financeiros a particulares e a empresas, na Grécia por uma operação centrada no Retalho e baseada na oferta de produtos inovadores e elevados níveis de serviço, na Suíça pelo Banque Privée BCP, uma operação de "Private Banking" de direito suíço e na Roménia por uma operação vocacionada para os segmentos de particulares e de pequenas e médias empresas. O Grupo encontra-se ainda representado em Moçambique por um banco universal, direccionado para clientes particulares e empresas, em Angola por um banco enfocado em clientes particulares, empresas e instituições do sector público e privado e nas Ilhas Caimão pelo Millennium bcp Bank & Trust, um banco especialmente vocacionado para a prestação de serviços internacionais na área de "Private Banking", a clientes com elevado património financeiro (segmento "Affluent").

Todos os outros negócios encontram-se reflectidos no segmento Outros e incluem a gestão centralizada de participações financeiras, as actividades e operações de carácter corporativo não integradas nos restantes segmentos de negócio, nomeadamente a actividade de "Bancassurance", uma "Joint-venture" com o Grupo Belga-Holandês Ageas, e outros valores não alocados aos segmentos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Actividade dos segmentos

Os valores reportados para cada segmento resultam da agregação das subsidiárias e das unidades de negócio definidas no perímetro de cada segmento, reflectindo também o impacto, ao nível do balanço e da demonstração de resultados, do processo de afectação de capital e de balanceamento de cada entidade, efectuado com base em valores médios. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

Tendo em consideração que o processo de alocação de capital obedece a critérios regulamentares de solvabilidade em vigor, os riscos ponderados, e consequentemente o capital afecto aos segmentos, baseiam-se na metodologia de Basileia II, aplicando-se: i) nos primeiros nove meses de 2010 o método padrão para o cálculo dos requisitos de capital para riscos de crédito; e ii) nos primeiros nove meses de 2011 o IRB Advanced para riscos de crédito da carteira de Retalho relativos a pequenos negócios ou colateralizados por bens imóveis residenciais ou comerciais e IRB Foundation para o crédito a empresas, em Portugal, excepto promotores imobiliários e entidades do sistema de rating simplificado. A afectação de capital a cada segmento, nos primeiros nove meses de 2010 e de 2011, resultou da aplicação de 6,5% aos riscos geridos por cada um dos segmentos.

A partir de 2009, mediante autorização concedida pelo Banco de Portugal, foi adoptado o método "standard" para o risco operacional e o método dos modelos internos para o risco genérico de mercado e para riscos cambiais, no perímetro gerido centralmente desde Portugal. O balanceamento das várias operações é assegurado por transferências internas de fundos, não determinando, contudo, alterações ao nível consolidado.

Os custos operacionais apurados para cada uma das áreas de negócio têm subjacentes os montantes contabilizados directamente nos centros de custo respectivos, por um lado, e os valores resultantes de processos internos de afectação de custos, por outro. A título de exemplo, integram o primeiro conjunto os custos registados com telefones, com deslocações, com estadias e representação e com estudos e consultas, e incluem-se no segundo conjunto os custos com correio, com água e energia e com as rendas associadas aos espaços ocupados por cada área de negócio, entre outros. A afectação deste último conjunto de custos é efectuada com base na aplicação de critérios previamente definidos, relacionados com o nível de actividade de cada área de negócio, tais como o número de contas de depósitos à ordem, o número de clientes ou de colaboradores, o volume de negócios e as áreas ocupadas.

Os fluxos financeiros gerados pelas áreas de negócio, designadamente as aplicações de fundos associadas aos depósitos captados e as tomadas de fundos relacionadas com a concessão de créditos, são processados a preços de mercado, tendo como contraparte a Tesouraria do Banco. Estes preços de mercado são determinados em função da moeda, do prazo da operação e dos respectivos períodos de "repricing". Por outro lado, todos os fluxos financeiros resultantes de afectação de capitais são valorizados com base na taxa média da Euribor a 6 meses para os períodos considerados.

A informação referente nos primeiros nove meses de 2010 encontra-se em base comparável com a informação reportada para nos primeiros nove meses de 2011 reflectindo a estrutura actual organizativa das áreas de negócio do Grupo referidas na Caracterização dos Segmentos anteriormente descritas.

As contribuições líquidas de cada segmento não estão deduzidas, quando aplicável, dos interesses que não controlam. Assim, os valores das contribuições líquidas apresentados reflectem os resultados individuais das unidades de negócio, independentemente da percentagem de participação detida pelo Grupo, incluindo os impactos dos movimentos de fundos anteriormente descritos. A informação seguidamente apresentada foi preparada tendo por base as demonstrações financeiras elaboradas de acordo com as IFRS e com a organização das áreas de negócio do Grupo em vigor em 30 de Setembro de 2011.

Segmentos Geográficos

O Grupo actua no mercado Português e em mercados de afinidade que apresentam maiores perspectivas de crescimento. Deste modo, a informação por segmentos geográficos encontra-se estruturada em Portugal, Polónia, Grécia, Moçambique, Angola, e Outros, sendo que o segmento Portugal representa, essencialmente, a actividade desenvolvida pelo Banco Comercial Português em Portugal, pelo ActivoBank e pelo Banco de Investimento Imobiliário. O segmento Polónia inclui as operações desenvolvidas pelo Bank Millennium (Polónia); o segmento Grécia corresponde à actividade do Millennium Bank (Grécia), o segmento Moçambique equivale à actividade do BIM - Banco Internacional de Moçambique (Moçambique) e o segmento Angola inclui a actividade do Banco Millennium Angola (Angola). O segmento Outros considera as operações do Grupo que não estão incluídas nos restantes segmentos, nomeadamente as actividades desenvolvidas em outros países, tais como pelo Banque Privée BCP na Suíça, pela Banca Millennium na Roménia e pelo Millennium bcp Bank & Trust nas Ilhas Caimão. Adicionalmente, e no que se refere à informação reportada aos primeiros nove meses de 2010, contempla ainda a actividade do Millennium Bank na Turquia, operação parcialmente alienada em 27 de Dezembro de 2010 e pelo Millennium bcpbank nos Estados Unidos da América, operação parcialmente alienada em 15 de Outubro de 2010.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Em 30 de Setembro de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca de Retalho			Banca de Empresas			Private	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Rede de Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Total	Banking e Asset Management		
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	847.270	967.516	1.814.786	331.222	459.513	790.735	110.692	268.258	2.984.471
Juros e custos equiparados	(494.969)	(513.971)	(1.008.940)	(197.336)	(286.630)	(483.966)	(88.309)	(206.469)	(1.787.684)
Margem financeira	352.301	453.545	805.846	133.886	172.883	306.769	22.383	61.789	1.196.787
Comissões e outros proveitos	348.717	220.258	568.975	61.530	132.543	194.073	48.274	(23.380)	787.942
Comissões e outros custos	(14.333)	(57.494)	(71.827)	(962)	(2.174)	(3.136)	(13.784)	(90.211)	(178.958)
Comissões e outros proveitos líquidos	334.384	162.764	497.148	60.568	130.369	190.937	34.490	(113.591)	608.984
Resultados em operações financeiras	43	77.137	77.180	-	(14.587)	(14.587)	565	(24.489)	38.669
Custos com pessoal e FSTs	510.740	388.408	899.148	42.046	57.621	99.667	39.438	10.947	1.049.200
Amortizações	1.447	33.591	35.038	69	77	146	278	34.953	70.415
Custos operacionais	512.187	421.999	934.186	42.115	57.698	99.813	39.716	45.900	1.119.615
Imparidade e provisões	(148.732)	(116.294)	(265.026)	(193.982)	(199.643)	(393.625)	(107.356)	(22.473)	(788.480)
Resultados por equivalência patrimonial	-	219	219	-	(38)	(38)	-	1.852	2.033
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	(5.498)	(5.498)
Resultado antes de impostos	25.809	155.372	181.181	(41.643)	31.286	(10.357)	(89.634)	(148.310)	(67.120)
Impostos	(7.727)	(35.047)	(42.774)	12.120	(9.073)	3.047	26.999	203.022	190.294
Interesses que não controlam	-	(58.042)	(58.042)	-	-	-	-	(5.748)	(63.790)
Resultado do exercício	18.082	62.283	80.365	(29.523)	22.213	(7.310)	(62.635)	48.964	59.384
Rédito intersegmentos	17.045	-	17.045	7.390	(24.410)	(17.020)	(25)	-	-
Balço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	2.898.153	3.283.391	6.181.544	1.997.612	7.052.194	9.049.806	3.681.572	(13.796.742)	5.116.180
Crédito a clientes	32.120.599	15.710.036	47.830.635	9.624.919	12.341.407	21.966.326	2.049.687	685.710	72.532.358
Activos financeiros	1.459	1.750.111	1.751.570	-	5.770.615	5.770.615	41.834	5.374.926	12.938.945
Outros activos	1.226.492	595.614	1.822.106	54.486	322.255	376.741	47.258	4.519.214	6.765.319
Total do Activo	36.246.703	21.339.152	57.585.855	11.677.017	25.486.471	37.163.488	5.820.351	(3.216.892)	97.352.802
Depósitos de instituições de crédito	7.111.817	4.606.445	11.718.262	4.653.730	10.161.909	14.815.639	2.894.849	(9.772.712)	19.656.038
Depósitos de clientes	21.118.851	13.613.943	34.732.794	1.303.143	6.655.622	7.958.765	2.663.997	2.212.145	47.567.701
Títulos de dívida emitidos	4.965.703	698.862	5.664.565	3.672.399	5.462.398	9.134.797	-	191	14.799.553
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.550.049	324.098	1.874.147	1.146.343	1.705.093	2.851.436	39.626	127.229	4.892.438
Outros passivos financeiros	(31.763)	564.206	532.443	(21.575)	(86.633)	(108.208)	(5.073)	1.211.149	1.630.311
Outros passivos	577.424	710.110	1.287.534	274.555	539.327	813.882	74.471	(664.164)	1.511.723
Total do Passivo	35.292.081	20.517.664	55.809.745	11.028.595	24.437.716	35.466.311	5.667.870	(6.886.162)	90.057.764
Capital e Interesses que não controlam	954.622	821.488	1.776.110	648.422	1.048.755	1.697.177	152.481	3.669.270	7.295.038
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	36.246.703	21.339.152	57.585.855	11.677.017	25.486.471	37.163.488	5.820.351	(3.216.892)	97.352.802

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Em 30 de Setembro de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos de negócio é apresentada como segue:

	Banca de retalho			Banca de Empresas			Private	Outros	Consolidado
	Retalho em Portugal	Negócios no Exterior	Total	Rede de Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Total	Banking e Asset Management		
Demonstração de Resultados									
Juros e proveitos equiparados	722.237	840.366	1.562.603	256.897	319.845	576.742	84.967	272.791	2.497.103
Juros e custos equiparados	(324.073)	(468.209)	(792.282)	(125.073)	(172.431)	(297.504)	(59.618)	(255.940)	(1.405.344)
Margem financeira	398.164	372.157	770.321	131.824	147.414	279.238	25.349	16.851	1.091.759
Comissões e outros proveitos	343.799	221.052	564.851	68.902	116.308	185.210	48.029	18.488	816.578
Comissões e outros custos	(9.108)	(52.857)	(61.965)	(278)	(1.523)	(1.801)	(17.462)	(73.327)	(154.555)
Comissões e outros proveitos líquidos	334.691	168.195	502.886	68.624	114.785	183.409	30.567	(54.839)	662.023
Resultados em operações financeiras	40	85.023	85.063	-	23.005	23.005	715	236.666	345.449
Custos com pessoal e FSTs	501.594	401.752	903.346	45.087	54.512	99.599	38.687	58.117	1.099.749
Amortizações	1.268	42.208	43.476	80	72	152	311	39.718	83.657
Custos operacionais	502.862	443.960	946.822	45.167	54.584	99.751	38.998	97.835	1.183.406
Imparidade e provisões	(118.798)	(114.595)	(233.393)	(164.626)	(150.805)	(315.431)	(20.864)	(110.219)	(679.907)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	-	-	(34)	(34)	-	53.239	53.205
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	-	-	-	(5.118)	(5.118)
Resultado antes de impostos	111.235	66.820	178.055	(9.345)	79.781	70.436	(3.231)	38.745	284.005
Impostos	(29.565)	(15.481)	(45.046)	2.473	(21.142)	(18.669)	2.040	37.567	(24.108)
Interesses que não controlam	-	(39.085)	(39.085)	-	-	-	-	(3.402)	(42.487)
Resultado do exercício	81.670	12.254	93.924	(6.872)	58.639	51.767	(1.191)	72.910	217.410
Rédito intersegmentos	45.640	-	45.640	2.777	(36.470)	(33.693)	(11.947)	-	-
Balço									
Caixa e aplicações em instituições de crédito	3.737.632	2.549.991	6.287.623	2.178.921	7.814.017	9.992.938	3.617.815	(15.771.915)	4.126.461
Crédito a clientes	33.905.041	15.334.737	49.239.778	10.095.768	13.577.566	23.673.334	2.568.324	(1.227.043)	74.254.393
Activos financeiros	1.266	2.165.248	2.166.514	-	3.833.669	3.833.669	61.034	8.209.891	14.271.108
Outros activos	671.006	1.490.439	2.161.445	37.197	50.267	87.464	31.698	4.501.420	6.782.027
Total do Activo	38.314.945	21.540.415	59.855.360	12.311.886	25.275.519	37.587.405	6.278.871	(4.287.647)	99.433.989
Depósitos de instituições de crédito	8.505.924	4.377.818	12.883.742	4.978.314	10.173.586	15.151.900	3.114.347	(12.730.601)	18.419.388
Depósitos de clientes	19.356.394	13.382.454	32.738.848	1.463.909	4.430.060	5.893.969	2.712.905	3.973.647	45.319.369
Títulos de dívida emitidos	6.241.484	931.410	7.172.894	3.657.319	6.862.204	10.519.523	84.808	413	17.777.638
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.067.154	221.006	2.288.160	1.211.289	2.272.734	3.484.023	87.579	127.545	5.987.307
Outros passivos financeiros	346.827	382.062	728.889	172.965	268.018	440.983	46.528	999.290	2.215.690
Outros passivos	192.414	1.189.406	1.381.820	27.792	31.634	59.426	17.420	917.278	2.375.944
Total do Passivo	36.710.197	20.484.156	57.194.353	11.511.588	24.038.236	35.549.824	6.063.587	(6.712.428)	92.095.336
Capital e Interesses que não controlam	1.604.748	1.056.259	2.661.007	800.298	1.237.283	2.037.581	215.284	2.424.781	7.338.653
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	38.314.945	21.540.415	59.855.360	12.311.886	25.275.519	37.587.405	6.278.871	(4.287.647)	99.433.989

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Em 30 de Setembro de 2011 a contribuição líquida dos principais segmentos geográficos, é apresentada como segue:

	Portugal											
	Private	Corporate e Banca de Investimento		Banking e Asset Management	Outros	Total	Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retalho	Banca de Empresas	Investimento	Management	Outros	Total	Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	847.270	331.222	459.513	54.417	268.258	1.960.680	493.471	235.768	67.857	140.502	86.193	2.984.471
Juros e custos equiparados	(494.969)	(197.336)	(286.630)	(38.703)	(206.469)	(1.224.107)	(291.674)	(143.441)	(24.194)	(39.592)	(64.676)	(1.787.684)
Margem financeira	352.301	133.886	172.883	15.714	61.789	736.573	201.797	92.327	43.663	100.910	21.517	1.196.787
Comissões e outros proveitos	348.717	61.530	132.543	31.263	(23.380)	550.673	131.588	24.539	13.741	45.670	21.731	787.942
Comissões e outros custos	(14.333)	(962)	(2.174)	(9.647)	(90.211)	(117.327)	(28.607)	(10.036)	(1.640)	(15.643)	(5.705)	(178.958)
Comissões e outros proveitos líquidos	334.384	60.568	130.369	21.616	(113.591)	433.346	102.981	14.503	12.101	30.027	16.026	608.984
Resultados em operações financeiras	43	-	(14.587)	(5)	(24.489)	(39.038)	33.796	6.571	19.122	13.437	4.781	38.669
Custos com pessoal e FSTs	510.740	42.046	57.621	24.057	10.947	645.411	195.141	80.560	37.131	49.241	41.716	1.049.200
Amortizações	1.447	69	77	1	34.953	36.547	12.427	7.486	4.889	5.171	3.895	70.415
Custos operacionais	512.187	42.115	57.698	24.058	45.900	681.958	207.568	88.046	42.020	54.412	45.611	1.119.615
Imparidade e provisões	(148.732)	(193.982)	(199.643)	(100.420)	(22.473)	(665.250)	(31.741)	(52.436)	(9.619)	(13.344)	(16.090)	(788.480)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(38)	-	1.852	1.814	219	-	-	-	-	2.033
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(5.498)	(5.498)	-	-	-	-	-	(5.498)
Resultado antes de impostos	25.809	(41.643)	31.286	(87.153)	(148.310)	(220.011)	99.484	(27.081)	23.247	76.618	(19.377)	(67.120)
Impostos	(7.727)	12.120	(9.073)	25.282	203.022	223.624	(21.402)	(774)	(1.577)	(13.948)	4.371	190.294
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(5.748)	(5.748)	(26.930)	-	(10.243)	(20.869)	-	(63.790)
Resultado do exercício	18.082	(29.523)	22.213	(61.871)	48.964	(2.135)	51.152	(27.855)	11.427	41.801	(15.006)	59.384
Rédito intersegmentos	17.045	7.390	(24.410)	(25)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balço												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	2.898.153	1.997.612	7.052.194	223.110	(13.796.742)	(1.625.673)	1.330.419	1.293.120	309.960	276.749	3.531.605	5.116.180
Crédito a clientes	32.120.599	9.624.919	12.341.407	1.313.027	685.710	56.085.662	9.248.020	4.746.113	450.424	941.126	1.061.013	72.532.358
Activos financeiros	1.459	-	5.770.615	1.704	5.374.926	11.148.704	544.016	478.682	398.673	254.584	114.286	12.938.945
Outros activos	1.226.492	54.486	322.255	28.828	4.519.214	6.151.275	184.851	141.941	108.483	131.440	47.329	6.765.319
Total do Activo	36.246.703	11.677.017	25.486.471	1.566.669	(3.216.892)	71.759.968	11.307.306	6.659.856	1.267.540	1.603.899	4.754.233	97.352.802
Depósitos de instituições de crédito	7.111.817	4.653.730	10.161.909	115.927	(9.772.712)	12.270.671	1.105.238	2.780.875	321.637	180.576	2.997.041	19.656.038
Depósitos de clientes	21.118.851	1.303.143	6.655.622	1.366.502	2.212.145	32.656.263	8.426.445	2.979.565	807.499	1.150.179	1.547.750	47.567.701
Títulos de dívida emitidos	4.965.703	3.672.399	5.462.398	-	191	14.100.691	309.610	360.319	-	28.933	-	14.799.553
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	1.550.049	1.146.343	1.705.093	-	127.229	4.528.714	205.536	118.357	-	-	39.831	4.892.438
Outros passivos financeiros	(31.763)	(21.575)	(86.633)	(1.863)	1.211.149	1.069.315	567.070	(1.331)	(1.820)	(2.780)	(143)	1.630.311
Outros passivos	577.424	274.555	539.327	30.123	(664.164)	757.265	297.066	153.231	85.512	163.440	55.209	1.511.723
Total do Passivo	35.292.081	11.028.595	24.437.716	1.510.689	(6.886.162)	65.382.919	10.910.965	6.391.016	1.212.828	1.520.348	4.639.688	90.057.764
Capital e Interesses que não controlam	954.622	648.422	1.048.755	55.980	3.669.270	6.377.049	396.341	268.840	54.712	83.551	114.545	7.295.038
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	36.246.703	11.677.017	25.486.471	1.566.669	(3.216.892)	71.759.968	11.307.306	6.659.856	1.267.540	1.603.899	4.754.233	97.352.802

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Em 30 de Setembro de 2010 a contribuição líquida dos principais segmentos geograficos é apresentada como segue:

	Portugal					Total	Polónia	Grécia	Angola	Moçambique	Outros	Consolidado
	Retail	Banca de Empresas	Corporate e Banca de Investimento	Private Banking e Asset Management	Outros							
Demonstração de Resultados												
Juros e proveitos equiparados	722.237	256.897	319.845	37.657	272.791	1.609.427	437.868	185.922	50.585	92.286	121.015	2.497.103
Juros e custos equiparados	(324.073)	(125.073)	(172.431)	(21.633)	(255.940)	(899.150)	(274.625)	(108.937)	(16.726)	(25.178)	(80.728)	(1.405.344)
Margem financeira	398.164	131.824	147.414	16.024	16.851	710.277	163.243	76.985	33.859	67.108	40.287	1.091.759
Comissões e outros proveitos	343.799	68.902	116.308	27.536	18.488	575.033	126.659	32.949	12.287	36.557	33.092	816.577
Comissões e outros custos	(9.108)	(278)	(1.523)	(11.504)	(73.327)	(95.740)	(23.388)	(8.487)	(914)	(16.510)	(9.515)	(154.554)
Comissões e outros proveitos líquidos	334.691	68.624	114.785	16.032	(54.839)	479.293	103.271	24.462	11.373	20.047	23.577	662.023
Resultados em operações financeiras	40	-	23.005	-	236.666	259.711	37.001	(623)	19.673	23.624	6.063	345.449
Custos com pessoal e FSTs	501.594	45.087	54.512	23.650	58.117	682.960	183.058	83.865	33.968	41.420	74.478	1.099.749
Amortizações	1.268	80	72	1	39.718	41.139	14.144	7.491	3.452	4.080	13.351	83.657
Custos operacionais	502.862	45.167	54.584	23.651	97.835	724.099	197.202	91.356	37.420	45.500	87.829	1.183.406
Imparidade e provisões	(118.798)	(164.626)	(150.805)	(20.062)	(110.219)	(564.510)	(44.915)	(35.783)	(9.283)	(11.715)	(13.701)	(679.907)
Resultados por equivalência patrimonial	-	-	(34)	-	53.239	53.205	-	-	-	-	-	53.205
Resultados de alienação de outros activos	-	-	-	-	(5.118)	(5.118)	-	-	-	-	-	(5.118)
Resultado antes de impostos	111.235	(9.345)	79.781	(11.657)	38.745	208.759	61.398	(26.315)	18.202	53.564	(31.603)	284.005
Impostos	(29.565)	2.473	(21.142)	3.259	37.567	(7.408)	(12.138)	4.296	(2.428)	(9.599)	3.169	(24.108)
Interesses que não controlam	-	-	-	-	(3.402)	(3.402)	(16.989)	-	(7.456)	(14.640)	-	(42.487)
Resultado do exercício	81.670	(6.872)	58.639	(8.398)	72.910	197.949	32.271	(22.019)	8.318	29.325	(28.434)	217.410
Rédito intersegmentos	45.640	2.777	(36.470)	(11.947)	-	-	-	-	-	-	-	-
Balanco												
Caixa e aplicações em em instituições de crédito	3.737.632	2.178.921	7.814.017	165.825	(15.771.915)	(1.875.520)	710.169	1.303.269	221.258	210.614	3.556.671	4.126.461
Crédito a clientes	33.905.041	10.095.768	13.577.566	1.388.772	(1.227.043)	57.740.104	8.927.819	4.999.471	398.517	721.985	1.466.497	74.254.393
Activos financeiros	1.266	-	3.833.669	1.756	8.209.891	12.046.582	1.381.867	363.694	243.543	92.186	143.236	14.271.108
Outros activos	671.006	37.197	50.267	19.485	4.501.420	5.279.375	192.172	123.514	85.340	75.531	1.026.095	6.782.027
Total do Activo	38.314.945	12.311.886	25.275.519	1.575.838	(4.287.647)	73.190.541	11.212.027	6.789.948	948.658	1.100.316	6.192.499	99.433.989
Depósitos de instituições de crédito	8.505.924	4.978.314	10.173.586	177.132	(12.730.601)	11.104.355	1.451.894	2.333.980	275.421	58.277	3.195.461	18.419.388
Depósitos de clientes	19.356.394	1.463.909	4.430.060	1.188.611	3.973.647	30.412.621	8.451.375	3.275.419	563.896	838.886	1.777.172	45.319.369
Títulos de dívida emitidos	6.241.484	3.657.319	6.862.204	84.808	413	16.846.228	289.847	641.563	-	-	-	17.777.638
Passivos financeiros ao justo valor através de resultados	2.067.154	1.211.289	2.272.734	28.088	127.545	5.706.810	155.126	64.482	-	-	60.889	5.987.307
Outros passivos financeiros	346.827	172.965	268.018	15.743	999.290	1.802.843	240.445	87.764	15.518	20.663	48.457	2.215.690
Outros passivos	192.414	27.792	31.634	8.615	917.278	1.177.733	139.238	63.760	22.022	86.882	886.309	2.375.944
Total do Passivo	36.710.197	11.511.588	24.038.236	1.502.997	(6.712.428)	67.050.590	10.727.925	6.466.968	876.857	1.004.708	5.968.288	92.095.336
Capital e Interesses que não controlam	1.604.748	800.298	1.237.283	72.841	2.424.781	6.139.951	484.102	322.980	71.801	95.608	224.211	7.338.653
Total do Passivo, Capital e Interesses que não controlam	38.314.945	12.311.886	25.275.519	1.575.838	(4.287.647)	73.190.541	11.212.027	6.789.948	948.658	1.100.316	6.192.499	99.433.989

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Reconciliação do resultado líquido dos segmentos relatáveis com o resultado líquido do Grupo

Descrição dos itens de reconciliação materialmente relevantes:

	Set 2011	Set 2010
	Euros '000	Euros '000
Resultado líquido (excluindo efeito dos Interesses que não controlam)		
Retalho em Portugal	18.082	81.670
Rede de Empresas	(29.523)	(6.872)
Corporate & Banca de Investimento	22.213	58.639
Private Banking & Asset Management	(61.871)	(8.398)
Negócios no Exterior	119.561	58.546
	<u>68.462</u>	<u>183.585</u>
Impacto na margem financeira da alocação de capital (1)	4.987	5.096
	<u>63.475</u>	<u>178.489</u>
Valores não imputados aos segmentos		
Interesses que não controlam (2)	(63.790)	(42.487)
Custos operacionais (3)	1.001	(97.836)
Imparidade e outras provisões (4)	(22.474)	(36.654)
Instrumentos avaliados ao FVO (Risco de crédito próprio)	33.543	185.860
Contabilização de cobertura de risco de taxa de juro (5)	-	36.600
Imparidade para títulos de dívida pública Grega e Goodwill da Grécia	(136.103)	(73.565)
Ganhos com a operação de liability management	98.315	-
Acerto da alienação da participação na Eureka	24.480	-
Outros (6)	60.937	67.003
	<u>(4.091)</u>	<u>38.921</u>
Total não imputado aos segmentos	<u>(4.091)</u>	<u>38.921</u>
Resultado líquido consolidado	<u>59.384</u>	<u>217.410</u>

(1) Representa o impacto na margem financeira decorrente da alocação de capital. As rubricas do balanço de cada subsidiária e de cada unidade de negócio são recalculadas tendo em conta a substituição dos capitais próprios contabilísticos pelos montantes afectos através do processo de alocação de capital, respeitando os critérios regulamentares de solvabilidade.

(2) Corresponde, essencialmente, aos resultados atribuíveis a terceiros relacionados com as subsidiárias na Polónia, em Moçambique e em Angola.

(3) Inclui os custos operacionais não alocados aos segmentos de negócio, nomeadamente os relacionados com as áreas corporativas e com projectos estratégicos.

(4) Inclui as provisões para imóveis em dação, contraordenações, contingências diversas e outras não alocados aos segmentos de negócio.

(5) Resultados em operações financeiras associados à estratégia de cobertura económica do risco de taxa de juro associado a um passivo de taxa fixa, que foi efectuado através de um swap de taxa de juro, resultantes de quebras de cobertura na sequência de avaliação da efectividade da relação de cobertura.

(6) Inclui o financiamento dos activos não geradores de juros e das participações financeiras estratégicas bem como o efeito fiscal associado aos restantes impactos.

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

48. Empresas subsidiárias e associadas do Grupo Banco Comercial Português

Em 30 de Setembro de 2011 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português incluídas na consolidação pelo método integral foram as seguintes:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium bcp Gestão de Activos - Sociedade Gestora de Fundos de Investimento, S.A.	Oeiras	6.720.691	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	100,0
Interfundos - Gestão de Fundos de Investimento Imobiliários, S.A.	Lisboa	1.500.000	EUR	Gestão de fundos de investimento imobiliário	100,0	100,0	100,0
BII Investimentos International, S.A.	Luxemburgo	150.000	EUR	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	100,0	–
BCP Capital - Sociedade de Capital de Risco, S.A.	Lisboa	28.500.000	EUR	Capital de risco	100,0	100,0	100,0
Banco de Investimento Imobiliário, S.A.	Lisboa	157.000.000	EUR	Banca	100,0	100,0	100,0
BII Internacional, S.G.P.S., Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
BII Finance Company	George Town	25.000	USD	Financeira	100,0	100,0	–
Banco ActivoBank, S.A.	Lisboa	23.500.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–
BIM - Banco Internacional de Moçambique, S.A.	Maputo	4.500.000.000	MZN	Banca	66,7	66,7	–
Banco Millennium Angola, S.A.	Luanda	3.809.398.820	AOA	Banca	52,7	52,7	52,7
Bank Millennium, S.A.	Varsóvia	1.213.116.777	PLN	Banca	65,5	65,5	65,5
Millennium TFI - Towarzystwo Funduszy Inwestycyjnych, S.A.	Varsóvia	10.300.000	PLN	Gestão de fundos de investimento mobiliário	100,0	65,5	–
Millennium Dom Maklerski, S.A.	Varsóvia	16.500.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
Millennium Leasing, Sp.z o.o.	Varsóvia	48.195.000	PLN	Locação financeira	100,0	65,5	–
BBG Finance BV	Roterdão	18.000	EUR	Financeira	100,0	65,5	–
TBM Sp.z o.o.	Varsóvia	500.000	PLN	Consultoria e serviços	100,0	65,5	–
MB Finance AB	Estocolmo	500.000	SEK	Financeira	100,0	65,5	–
Millennium Service, Sp.z o.o.	Varsóvia	1.000.000	PLN	Serviços	100,0	65,5	–
Millennium Telecommunication, Sp.z o.o.	Varsóvia	100.000	PLN	Corretora	100,0	65,5	–
BG Leasing, S.A.	Gdansk	1.000.000	PLN	Locação financeira	74,0	48,5	–
Banque Privée BCP (Suisse) S.A.	Genebra	70.000.000	CHF	Banca	100,0	100,0	–
Millennium Bank, Societe Anonyme	Atenas	184.905.000	EUR	Banca	100,0	100,0	–

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millennium Fin Commerce of Vehicles, Vessels, Devices and Equipment, Societe Anonyme	Atenas	589.980	EUR	Financeira	100,0	100,0	–
Millennium Mutual Funds Management Company, Societe Anonyme	Atenas	1.176.000	EUR	Gestão de fundos de investimento	100,0	100,0	–
Banca Millennium S.A.	Bucareste	519.390.000	RON	Banca	100,0	100,0	–
Millennium bcp Participações, S.G.P.S., Sociedade Unipessoal, Lda.	Funchal	25.000	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
Bitapart, B.V.	Roterdão	19.370	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
BCP Investment B.V.	Amesterdão	620.774.050	EUR	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	100,0
bcp holdings (usa), Inc.	Newark	250	USD	Gestão de participações sociais	100,0	100,0	–
MBCP REO I, LLC	Delaware	370.174	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
MBCP REO II, LLC	Delaware	924.804	USD	Gestão de imóveis	100,0	100,0	–
Millennium bcp Bank & Trust	George Town	340.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Bank, Ltd.	George Town	246.000.000	USD	Banca	100,0	100,0	–
BCP Finance Company	George Town	1.031.000.692	EUR	Financeira	100,0	3,0	–
Millennium BCP - Escritório de Representações e Serviços, Ltda.	São Paulo	36.520.000	BRL	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium BCP - Serviços de Comércio Electrónico, S.A.	Lisboa	50.004	EUR	Serviços de videotex	100,0	100,0	100,0
Caracas Financial Services, Limited	George Town	25.000	USD	Serviços financeiros	100,0	100,0	100,0
Millennium bcp Imobiliária, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Gestão de imóveis	99,9	99,9	99,9
Millennium bcp - Prestação de Serviços, A. C. E.	Lisboa	331.000	EUR	Serviços	91,5	92,2	73,5
Servitrust - Trust Managment Services S.A.	Funchal	100.000	EUR	Serviços de Trust	100,0	100,0	100,0
Imábida - Imobiliária da Arrábida, S.A.	Oeiras	1.750.000	EUR	Gestão de imóveis	100,0	100,0	100,0
QPR Investimentos, S.A.	Lisboa	50.000	EUR	Consultoria e serviços	100,0	100,0	100,0

BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS
Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas Intercalares
30 de Setembro de 2011

Em 30 de Setembro de 2011 as empresas associadas do Grupo Banco Comercial Português eram as seguintes:

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Academia Millennium Atlântico	Luanda	47.500.000	AOA	Ensino	33,0	17,4	–
Baía de Luanda - Promoção, Montagem e Gestão de Negócios, S.A.	Luanda	19.200.000	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Banque BCP, S.A.S.	Paris	76.104.114	EUR	Banca	19,9	19,9	19,9
Banque BCP (Luxemburgo), S.A.	Luxemburgo	13.750.000	EUR	Banca	19,9	19,9	–
Constellation, S.A.	Maputo	1.053.500.000	MZN	Imobiliária	20,0	12,0	–
Beira Nave	Maputo	2.849.640	MZN	Equipamentos electrónicos	22,8	13,7	–
Luanda Waterfront Corporation	George Town	9.804	USD	Serviços	10,0	10,0	–
Lubuskie Fabryki Mebli, S.A.	Swiebodzin	13.400.050	PLN	Industria de móveis	50,0	32,8	–
Pomorskie Hurtowe Centrum Rolno - Spożycze S.A.	Gdansk	21.357.000	PLN	Comércio por grosso	38,4	25,2	–
Nanium, S.A.	Vila do Conde	15.000.000	EUR	Equipamentos electrónicos	41,1	41,1	41,1
SIBS - Forward Payment Solutions, S.A.	Lisboa	24.642.300	EUR	Serviços Bancários	21,9	21,9	21,5
UNICRE - Instituição Financeira de Crédito, S.A.	Lisboa	10.000.000	EUR	Cartões de Crédito	32,0	32,0	31,7
VSC - Aluguer de Veículos Sem Condutor, Lda.	Lisboa	12.500.000	EUR	Aluguer de longa duração	50,0	50,0	–

Em 30 de Setembro de 2011 as empresas subsidiárias do Grupo Banco Comercial Português do ramo segurador incluídas na consolidação pelo método integral e pelo método da equivalência patrimonial, são apresentadas como segue:

Empresas subsidiárias	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
S&P Reinsurance Limited	Dublin	1.500.000	EUR	Resseguro de riscos do ramo vida	100,0	100,0	100,0
SIM - Seguradora Internacional de Moçambique, S.A.R.L.	Maputo	147.500.000	MZN	Seguros	89,9	60,0	–

Empresas associadas	Sede	Capital social	Moeda	Actividade económica	Grupo		Banco
					% de controlo	% de particip. efectiva	% de particip. directa
Millenniumbcp Ageas Grupo Segurador, S.G.P.S., S.A.	Lisboa	1.000.002.375	EUR	Gestão de participações sociais	49,0	49,0	–
Médis - Companhia Portuguesa Seguros de Saúde, S.A.	Lisboa	12.000.000	EUR	Seguros do ramo saúde	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros de Vida, S.A.	Lisboa	22.375.000	EUR	Seguros do ramo vida	49,0	49,0	–
Ocidental - Companhia Portuguesa de Seguros, S.A.	Lisboa	12.500.000	EUR	Seguros de ramos reais	49,0	49,0	–
Pensõesgere, Sociedade Gestora Fundos de Pensões, S.A.	Lisboa	1.200.000	EUR	Gestão de fundos de pensões	49,0	49,0	–